

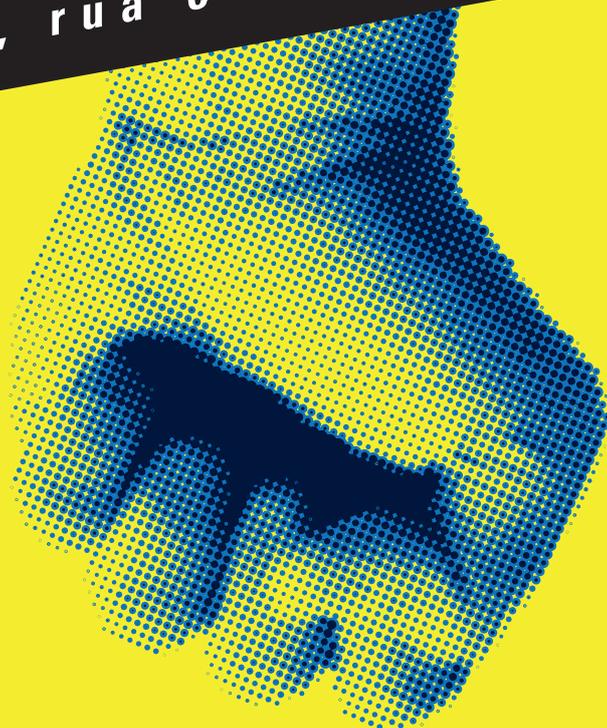
cadernos

IHU

em **formação**

ano X nº 46 2014

ISSN 1807-7862



CONSEQUÊNCIAS DO OUTONO:

juventude, rua e desencontro político

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



JESUÍTAS BRASIL

UNISINOS

Somos infinitas possibilidades

Cadernos IHU em formação é uma publicação em formato digital que oferece edições monotemáticas, com debates de problemáticas atuais através da colaboração de especialistas de diversas áreas. Este caderno busca reunir entrevistas e artigos produzidos na **Revista IHU On-Line**, no **Notícias do Dia** do IHU, nos **Cadernos IHU ideias**, além de colaborações inéditas.

Cadernos IHU em formação

Consequências do Outono:

rua, juventude e desencontro político

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Reitor

Marcelo Fernandes Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Diretor

Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo

Jacinto Schneider

Cadernos IHU em formação

Ano 10 – Nº 46 – 2014

ISSN 1807-7862

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Prof. MS Lucas Henrique da Luz – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja – Unisinos – Doutor em Psicologia

Prof. Dr. Gilberto Dupas (†) – USP – Notório Saber em Economia e Sociologia

Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos – UFJF – Doutor em Sociologia

Profa. Dra. Maria Victoria Benevides – USP – Doutora em Ciências Sociais

Prof. Dr. Mário Maestri – UPF – Doutor em História

Prof. Dr. Marcial Murciano – UAB – Doutor em Comunicação

Prof. Dr. Márcio Pochmann – Unicamp – Doutor em Economia

Prof. Dr. Pedrinho Guareschi – PUCRS – Doutor em Psicologia Social e Comunicação

Responsável técnico

Caio Fernando Flores Coelho

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto gráfico e editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Cadernos IHU em formação / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2005)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005- .

v.

Irregular, 2005-2012 ; Semestral, 2013-.

Publicado também em forma impressa, 2005-2008.

Publicado exclusivamente on-line (desde 2009): <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-em-formacao>>.

Descrição baseada em: Ano1, n. 1 (2005); última edição consultada: Ano 9, n. 45 (2013).

ISSN 1807-7862

1. Sociologia. 2. Religião. 3. Ética. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

2

17

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

www.ihu.unisinos.br

Sumário

| | |
|---|----|
| Apresentação | |
| <i>A cultura do ressentimento é venenosa</i> | 5 |
| As manifestações renovarão os mecanismos existentes ou criarão novos? | |
| <i>Entrevista especial com Rodrigo Nunes</i> | 8 |
| “A força bruta é a ação de quem não tem argumentos” | |
| <i>Entrevista especial com Antonio Martins</i> | 17 |
| “Chegamos a um ponto em que, antes de entender, reagimos. E, frequentemente, reagimos mal” | |
| <i>Entrevista especial com Leandro Beguoci</i> | 22 |
| “Eu não sou o jovem pobre, favelado, sem perspectiva. Eu tô podendo” | |
| <i>Entrevista especial com Lucia Mury Scalco</i> | 27 |
| Os direitos humanos e a violência social | |
| <i>Entrevista especial com Salete Valesan</i> | 31 |
| As manifestações e a luta por outro modelo de democracia | |
| <i>Entrevista especial com Ricardo Antunes</i> | 33 |
| Potencialidades e limites dos levantes da juventude no século XXI | |
| <i>Entrevista especial com Jorge Barcellos</i> | 41 |
| “O devir-multidão dos excluídos e de todos os que são incluídos somente na extensão necessária para serem explorados” | |
| <i>Entrevista especial com Adriano Pilatti</i> | 49 |
| Manifestações expõem fragilidades e limites do projeto constitucional-republicano de democracia (Relatos das manifestações da IHU Online) | 53 |
| As ruas em movimento e a democracia direta | |
| <i>Entrevista especial com Bruno Lima Rocha</i> | 64 |
| “A juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros” | |
| <i>Entrevista especial com Jorge Barcellos</i> | 69 |
| “O levante de junho: uma potentíssima bifurcação dentro da qual ainda estamos” | |
| <i>Entrevista especial com Giuseppe Cocco</i> | 77 |

| | |
|--|-----|
| “Vivemos um momento constituinte. É preciso pensar, atuar, propor como nunca” <i>Entrevista especial com Hugo Albuquerque</i> | 86 |
| Monstro e multidão: a estética das manifestações <i>Entrevista especial com Barbara Szaniecki</i> | 92 |
| Expectativas sociais: o combustível das manifestações <i>Entrevista especial com Hervé Théry</i> | 100 |
| A esquerda e o desejo por trás do rugido da plebe <i>Entrevista especial com Bruno Cava</i> | 103 |
| Grito da Seca e Revolta do Busão <i>Entrevista especial com Tárzia Medeiros</i> | 109 |
| Para ler mais | 112 |

Apresentação

A cultura do ressentimento é venenosa

*Esta reportagem feita para o Instituto Humanitas Unisinos – IHU por Luciano Gallas é um relato da participação do Prof. Dr. Luiz Werneck Vianna no evento **Constituição 25 anos: República, Democracia e Cidadania** promovido pelo IHU em 2013.*

Para o professor Luiz Werneck Vianna, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio, ao saírem em manifestações pelas ruas do país em junho, os jovens tinham o propósito de denunciar que “foram expulsos da esfera pública, da possibilidade de participação. O Brasil cresceu muito rápido, teve êxitos consideráveis, mas este Estado não foi capaz de oferecer cidadania”. Segundo sua avaliação, neste exato momento, entretanto, “estamos nos comportando como profetas do caos, da crise. Eu via os jovens se organizando para participar das jornadas de junho, preparando faixas, se pintando. Foi uma experiência muito rica. Mas já estamos distantes da jornada de junho, estamos vivendo agora outro clima. Faltou política para dar continuidade àquela mobilização. Parece que não vai resultar nada deste processo”.

Werneck fez sua análise durante palestra realizada na tarde de 31-10-2013 na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, intitulada *A evolução processual, participação, representação e democracia progressiva a partir da Constituição Federal de 1988*, a qual integra a programação do evento *Constituição 25 Anos: República, Democracia e Cidadania*.

Para o professor, as manifestações recentes realizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, as quais tiveram entre seus objetivos denunciar a violência cotidiana de vieses classista e racista,

praticadas pela polícia mais diretamente e pelo Estado de forma mais ampla, correspondem a um momento de características distintas daquelas primeiras manifestações de junho e de julho.

“Além da superfície, havia algo encoberto que apareceu. Uma ideia de ressentimento: ‘eu fiquei de fora, agora eu quero o meu, e quero agora, não quero trabalhar por isso’. Não nasce uma cultura do trabalho daí. Da cultura do ressentimento, o que nasce é a violência”, enfatiza Luiz Werneck Vianna. “Os jovens foram às ruas recusando a política. Eles são contra a política, mas enquanto eles são contra, os outros fazem [política], inclusive contra os jovens. Por outro lado, os partidos confirmam sua trajetória de erros. E este esvaziamento dos partidos é perigoso. Então, qual seria o caminho?”, questiona o professor, para quem a multidão não tem instinto sobre a história. “Os jovens foram mobilizados para a ação social? Não foram. O que se quis deles? Que eles fossem consumidores. E eles se tornaram um exército de consumidores. A pauta juvenil não está voltada, por exemplo, para a questão ambiental”.

Violência

Na avaliação de Luiz Werneck Vianna, é a violência que difere um momento e outro das manifestações que tomaram as ruas do país. “A

questão está na violência como vocalização das reivindicações. É triste ver uma assembleia de professores apoiar a violência nas manifestações, como ocorreu com os **black blocs**, como se eles fossem a vanguarda das reivindicações. Ninguém tem controle sobre o que está aí. A cultura do ressentimento é uma cultura venenosa”, frisa o professor. Para ele, contribuem para este cenário o esvaziamento dos movimentos sociais, a partir do momento em que os mesmos conquistaram maior participação na estrutura estatal e que parte de suas lideranças foi incorporada ao governo, e a incapacidade dos partidos de se manterem protagonistas da ação pública, tendo em vista o foco nos resultados eleitorais e na manutenção do poder.

Transição

O professor lembra que a **Constituição Federal de 1988** foi elaborada em um momento de transição, após o fim do período de regime militar e durante o início do processo de reabertura política. Assim, há várias questões de conflitos presentes no documento, como são os casos relacionados à posse da terra e à preservação de direitos de comunidades tradicionais, como os indígenas e os quilombolas. “É interessante observar como o intérprete constituinte operou neste quadro de incertezas, de conflitos. A constituinte oferece uma leitura da nossa história. O intérprete percebeu que havia uma tradição republicana. No império, o tema da esfera pública era central”, enfatiza.

Conforme Werneck, é possível perceber este movimento de continuidade no documento aprovado pela Assembleia Constituinte de 1988 em relação à nossa tradição republicana. “Não fomos uma sociedade criada com base no livre interesse e no mercado. Ao contrário da sociedade dos Estados Unidos, cujo processo se deu de baixo para cima. Nós éramos o caso único na história de um Estado portador de uma teoria política voltada para a criação de uma nação, baseada no liberalismo. O direito administrativo, o direito do Estado, foi preponderante na nossa constituição, e não o direito civil”.

Liberalismo

“Este tema, da esfera pública, que é do império, passa para a república como se tivesse havido o deslocamento do público pela esfera privada, como se a sociedade brasileira tivesse sido capaz de se organizar e reivindicar direitos. O tema da esfera pública já estava na **carta de 1891**. Entretanto, uma coisa é o país legal, outra coisa é o país real”, pondera Werneck Vianna. A constituição de 1891, de características liberais, a primeira do período da república, estabeleceu uma organização política que culminou no domínio do estado de São Paulo sobre toda a confederação. “Isso foi minando a ordem. E a ordem estabelecida era refratária aos movimentos sociais. Não admitia a greve, por exemplo. Era o liberalismo ortodoxo”.

Alternativas

De acordo com Werneck, a precedência do público sobre o privado se manteve na **Constituição de 1934**. Entretanto, entre esta e a constituição anterior, há uma grande mudança social. Como lembra o professor, o Brasil presenciou o surgimento da classe operária, testemunhou a realização de duas grandes greves nacionais, assistiu a fundação do **Partido Comunista** e acompanhou a **Semana de Arte Moderna**. No mundo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas implementa seus planos quinquenais, estoura a **Crise de 1929** e os Estados Unidos firmam o *New Deal*. “É um mundo que está procurando novas alternativas. Na Europa, há um momento muito conturbado. Ocorre a Revolução de 1917, a primeira revolução operária do mundo. E um corporativismo começa a avançar, católico de um lado, secular de outro”.

Autoritarismo

Este momento de profundas mudanças dá lugar, a partir da década de 1930, à ascensão de movimentos de cunho autoritário em todo o Ocidente. No Brasil, Getúlio Vargas instaura o Estado Novo e outorga a **Constituição de 1937**, trans-

formando os sindicatos em correia de transmissão do Estado e esvaziando a presença liberal no texto.

“Quando o Estado Novo cai, imediatamente são retomadas as principais instituições políticas, assim como os sindicatos. O papel do *público* ganha outra conotação, e seu conceito autoritário passa a ser visto como um projeto de nação. Antigos protagonistas são incorporados, assimilados, sem que o novo encontrasse passagem. Se é que havia passagem. O fato é que esta dimensão do público ganha uma aura de nacionalista, de anti-imperialista. O regime militar vai concordar com esta experiência. Em seu primeiro ciclo, há declarações neste sentido”, afirma Werneck, antes de completar: “Há uma natureza constitutivamente autoritária em nossa sociedade. A Constituinte de 1988 criou meios para contê-la, entre os quais o Ministério Público, a ação popular e a ação direta de inconstitucionalidade. Portanto, não apostou todas as suas fichas no sistema de representação”.

Quem é Luiz Werneck Vianna

Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outros, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra **Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna**, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012).

As manifestações renovarão os mecanismos existentes ou criarão novos?

Entrevista especial com Rodrigo Nunes

“No Brasil, o maior movimento de massa desde as Diretas Já aconteceu sem que as grandes organizações de massa tivessem um papel central”, pontua o filósofo.

As manifestações que se iniciaram no país desde junho do ano passado relacionadas à “convergência de três tendências históricas”, das quais duas são “irreversíveis”: o uso das redes digitais, que gerou uma “autocomunicação de massa”, e a “queda vertiginosa dos custos de organização”, pontua Rodrigo Nunes, autor do livro *The Organisation of the Organisationless: Organisation After Networks (A Organização dos Sem Organização: Organização Depois das Redes)*, que será publicado nos próximos meses. Por outro lado, assinala, a terceira “tendência histórica”, compreendida como a crise dos mecanismos de representação, não será solucionada rapidamente.

Para compreender o fenômeno que está ocorrendo, Nunes utiliza o conceito “sistema-rede”, a partir do qual se pode compreender como as manifestações nas ruas e nas redes estão conectadas. “Os sistemas-rede não são um mero agregado de indivíduos; são internamente diferenciados, com zonas mais esparsas e núcleos mais densos, mais orgânicos, mais organizados. Normalmente, são estes núcleos que têm o papel de convocar, definir protocolos, garantir um mínimo de estrutura, inclusive física, às ações”.

Na entrevista a seguir, concedida à **IHU On-Line** por e-mail, Nunes também avalia as divergências e aproximações entre as novas manifes-

tações e os movimentos sociais tradicionalmente organizados, surgidos durante a redemocratização do país. “Perguntar se um tipo de organização vai substituir o outro é como perguntar se o pires vai substituir o prato de sopa: são objetos semelhantes, mas que servem a fins distintos, e possuem uma forma adequada a sua finalidade. A organização é sempre uma resposta a uma situação específica”, esclarece. E acrescenta: “Não me parece que as organizações de massa tradicionais deixarão de existir, pelo menos no médio prazo. O que certamente muda é a ideia de que elas sejam o único modelo de organização viável, de que quem não se organiza como elas não está organizado. ‘Organizar-se’ deixa de ser sinônimo de ‘organizar-se assim’”.

Rodrigo Guimarães Nunes é doutor em Filosofia pelo **Goldsmiths College, Universidade de Londres**, e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. É colaborador de diversas publicações nacionais e internacionais, como **Radical Philosophy, Mute, Le Monde Diplomatique, Serrote, The Guardian** e **Al Jazeera**. Como organizador e educador popular, participou de diferentes iniciativas ativistas, como as primeiras edições do **Fórum Social Mundial** e a campanha **Justice for Cleaners**, em Londres. Além disso, foi membro do coletivo editorial de **Turbulence**, uma revista influente entre os movimentos sociais da Europa e da América do Norte na segunda metade da década passada.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor define os fenômenos que têm ocorrido no Brasil desde junho do ano passado, e em vários outros países nos últimos três anos, como “movimento de massa sem organizações de massa”. O que isso significa?

Rodrigo Nunes – Durante muito tempo, se acreditou que um movimento de massa de grande porte, mobilizando um grande número de pessoas em escala nacional, só poderia existir na condição de ser impulsionado por organizações com muitos membros, uma estrutura formal, uma liderança instituída.

Isso foi um motivo de grande crise para a esquerda mundial desde os anos 1980 e no Brasil desde a década de 1990, porque os sindicatos encolheram, os partidos e movimentos perderam capacidade de mobilização. Logo, grandes movimentos pareciam estar se tornando impossíveis. Foi também a crise dos partidos à esquerda do PT desde 2002, que tentaram, justamente, criar novas centrais sindicais, novos organismos de representação estudantil.

Os últimos três anos provaram que é possível que um movimento de massa se constitua na ausência deste tipo de organização. Pode-se discutir em que medida isso é bom ou ruim, mas o fato é inquestionável: no Brasil, o maior movimento de massa desde as **Diretas Já** aconteceu sem que as grandes organizações de massa tivessem um papel central.

IHU On-Line – O que mudou no modo de as pessoas se organizarem e quais são as razões dessas mudanças?

Rodrigo Nunes – Parece-me claro que estamos vivendo a convergência de três tendências históricas, pelo menos duas das quais são irreversíveis.

Primeiro, a generalização crescente do uso de redes digitais de diversos tipos (e-mail, Twitter, Facebook, Whatsapp, Reddit, etc.), o que cria a possibilidade daquilo que Manuel Castells chamou de “autocomunicação de massa”.

Segundo, como consequência direta, uma queda vertiginosa dos custos de organização: ações coletivas, que no passado seria impossível organizar sem estruturas formais, agora são tarefas relativamente simples. Manifestações

sindicais com carros de som, camisetas, jingles, “showmícios”, às vezes até militantes pagos, são hoje menores que protestos convocados no Facebook. Estas duas tendências são, em princípio, irreversíveis.

A terceira é uma crise dos mecanismos de representação que tem caracterizado as sociedades modernas do século XVIII para cá: voto, parlamento, partidos, sindicatos. Fatalmente, ela respinga também nas instituições da esquerda. Mais óbvia e urgente em países como Egito e Tunísia, ela é sentida mesmo nas democracias mais antigas, que foram corroídas por dentro pelo financiamento privado de campanhas, os lobbies corporativos, a concentração da mídia e da riqueza. Não à toa, o “eles não nos representam” espanhol é um dos slogans que mais circulou nos últimos anos.

Note-se que apenas o terceiro ponto tem a ver com uma disposição subjetiva. Várias análises ficam apenas neste nível, frequentemente para lamentar que se tenha perdido a fé em projetos coletivos de grande escala, porque só a renovação das organizações de massa existentes seria capaz de resolver a crise da representação. Mas elas perdem de vista o fato de que a organização em rede não é uma escolha consciente, sem ser, antes, o próprio modo como a vida pessoal e profissional da maioria das pessoas se dá. As pessoas não se organizam politicamente em rede porque elas querem – embora muitas também conscientemente prefiram fazê-lo –, mas porque elas já estão organizadas assim. É de se esperar que, se as pessoas vivem e se percebem vivendo cada vez mais em rede, o modo como elas se expressam politicamente também tenha essa forma.

Uma das questões em aberto hoje é: estes movimentos que estão ocorrendo, para quem a crise da representação é um problema central, renovarão os mecanismos existentes, constituirão novos mecanismos, ou caminharemos para uma crise cada vez mais aguda da democracia?

IHU On-Line – O que diferencia estes movimentos dos movimentos sociais tradicionais?

Rodrigo Nunes – A própria categoria de “movimento” é problemática para falar do que estamos vendo. “Movimento”, mesmo que não necessaria-

mente implique estruturas formais como aquelas dos movimentos sociais “tradicionais”, inevitavelmente sugere uma certa unidade de objetivos, práticas, identidade. Em contraste, alguns pesquisadores têm usado o conceito de “sistema-rede”. Eu tento defini-lo com clareza no livro que será publicado este ano.

O sistema-rede é um sistema com diversas camadas, cada uma das quais é uma rede: a rede de pessoas na rua, de perfis do Facebook, de contas do Twitter, de espaços físicos em que as pessoas se encontram. As camadas não são redutíveis uma a outra. Nem todo mundo está em todas, e a rede no Twitter é diferente daquela do Facebook, que é diferente daquela do mundo físico. Os laços são outros, os nós são outros. Mas elas pertencem todas ao mesmo sistema, ou seja, interagem todo o tempo.

Pensar nestes termos nos permite ver como coisas que não estão direta ou conscientemente ligadas se comunicam. Por exemplo, como os “rolezinhos”, cujos organizadores talvez não estivessem inicialmente pensando em política, foram rapidamente politizados; ou como o Bom Senso FC, cujos membros provavelmente não estiveram nas ruas em junho, foi influenciado pelos protestos. Permite, ainda, entender como diferentes grupos tomam a dianteira em diferentes lugares e momentos, ou como as pautas e reivindicações vão se conectando, se diferenciando, se transformando (das tarifas à Copa, da Aldeia Maracanã ao “Onde Está Amarildo?” e ao “Fora Cabral”, de volta às tarifas).

Ou seja, não estamos falando de um movimento, com base social claramente delimitada, liderança definida, processos claros de tomada de decisão, mas de um sistema complexo de interações contínuas, dentro do qual pode haver de tudo: movimentos tradicionais, partidos, sindicatos, pequenos coletivos, redes informais de amigos, indivíduos “soltos”. E, portanto, diferentes identidades, objetivos, práticas.

É a diferença entre analisar um indivíduo isolado e como ele interage com o ambiente (como

um movimento se organiza, que estratégia, que táticas usa), por um lado, e um ecossistema, por outro. Você não consegue explicar o que ocorre num ecossistema apenas pela ação de um agente – digamos, o Movimento Passe Livre (MPL). Você precisa observar como todos agem sobre todos, direta e indiretamente. A segunda perspectiva não invalida a primeira, obviamente, mas a primeira está contida na segunda.

IHU On-Line – O senhor critica também a oposição que às vezes se faz entre “redes” e “ruas”.

Rodrigo Nunes – É uma dicotomia falsa. A maioria esmagadora dos manifestantes está em ambas, e a ação das duas se complementa, se comunica, se amplifica. São duas camadas distintas, mas pertencem ao mesmo sistema.

Imagine que ninguém daqueles que foram ao primeiro ato de junho de 2013, digamos mil pessoas, tivesse postado imagens e relatos no Facebook, no Youtube, no Twitter; o alcance teria sido bem menor, menos gente teria saído às ruas no ato seguinte. Mas como quem ia num ato usava as redes digitais para discuti-lo e comentá-lo, no próximo ia mais gente, que por sua vez fazia o mesmo e alcançava ainda mais gente, que também ia no próximo – até que as imagens e relatos de repressão fizeram a coisa explodir. Cria-se um efeito de retroalimentação, um feedback positivo. É assim que o meio digital permite ir muito além da capacidade imediata de mobilização de quem está convocando, ao mesmo tempo que expande esta capacidade.

Aliás, não é preciso estar na internet para estar exposto a seus efeitos: o seu amigo se indigna com o que leu no Facebook, a liderança do seu movimento muda de posição depois de um debate no Twitter, a TV muda a notícia por causa do vídeo no Youtube. Como diz um amigo, nem todo mundo está na internet, mas todo mundo que está na internet está no mundo. Não existe “a internet” e “o mundo real”: a internet está dentro do mundo e age dentro dele, respondendo ao que a cerca.



“Não existe ‘a internet’ e ‘o mundo real’: a internet está dentro do mundo e age dentro dele, respondendo ao que a cerca”

Imersos num fluxo contínuo

Nós vivemos em um ambiente cada vez mais mediatizado, tanto pela comunicação de massa como pela autocomunicação de massa. Este é um dos motivos pelos quais os custos de organização caíram. No tempo das Diretas, ainda sob a ditadura e com um bloqueio completo da mídia, você realmente precisava de organizações com estrutura nacional, de lideranças que viajassem pelo país, etc. Mas hoje estamos cada vez mais imersos num fluxo contínuo de informação e afetos que nos chegam por diferentes meios – do qual, ainda por cima, podemos participar, dando nossas opiniões, fazendo propostas, expressando sentimentos.

Isto não se dá “na rede”, nem “na rua”; se dá no movimento entre uma e outra. E quando processos de retroalimentação se estabelecem, determinadas informações, afetos, palavras e imagens passam a dominar as interações nas ruas, nas redes digitais, na mídia tradicional. E aí um ato de mil pessoas vira o assunto de todas as conversas no dia seguinte, uma decisão tomada por 50 pessoas consegue a adesão de milhares no Facebook, uma frase dita no Twitter é reproduzida em centenas de cartazes.

IHU On-Line – Os movimentos sociais tradicionais deixarão de existir, então?

Rodrigo Nunes – Se você observar bem, a organização mais “orgânica” não deixou de existir; mas é como se, assim como tudo mais nas últimas décadas, ela tivesse passado por um **downsizing**. É preciso uma boa dose de pensamento mágico para achar que o que temos são indivíduos isolados convergindo “do nada”. Os sistemas-rede

não são um mero agregado de indivíduos; são internamente diferenciados, com zonas mais esparsas e núcleos mais densos, mais orgânicos, mais organizados. Normalmente, são estes núcleos que têm o papel de convocar, definir protocolos, garantir um mínimo de estrutura, inclusive física, às ações. Isto porque eles têm mais capacidade executiva, já têm um certo reconhecimento entre as pessoas, têm as assembleias mais cheias, administram as páginas mais frequentadas, as contas de Twitter mais seguidas.

Como a mediatização permite, mesmo a quem não tem muitos membros, alcançar e mobilizar um grande número de pessoas, uma organização relativamente pequena pode gerar efeitos antes só possíveis com uma grande estrutura. Com isso, estes grupos podem permanecer relativamente pequenos e, portanto, mais flexíveis, informais, “horizontais”. Mas são eles que tendem a ter maior peso na estruturação da ação coletiva do sistema-rede. É o caso do Movimento Passe Livre (em São Paulo e agora no Rio), do Bloco de Lutas (Porto Alegre), dos Comitês Populares da Copa.

Fins distintos

Agora, perguntar se um tipo de organização vai substituir o outro é como perguntar se o pires vai substituir o prato de sopa: são objetos semelhantes, mas que servem a fins distintos, e possuem uma forma adequada a sua finalidade. A organização é sempre uma resposta a uma situação específica. Trabalhadores rurais, numa grande dispersão geográfica e com pouco acesso à internet, não vão se organizar da mesma maneira que a juventude urbana, embora os dois grupos possam estar conectados de diferentes maneiras, e nenhuma forma de organização seja mais “real” que a outra. Ambas são reais, as realidades é que são diferentes. Os sindicatos, tal como existem hoje, não dão conta de um imenso setor não formal, flexível e precarizado, mas formas de ação coletiva adequadas a esta realidade precisam ser elaboradas.

Não me parece que as organizações de massa tradicionais deixarão de existir, pelo menos no

médio prazo. O que certamente muda é a ideia de que elas sejam o único modelo de organização viável, de que quem não se organiza como elas não está organizado. “Organizar-se” deixa de ser sinônimo de “organizar-se assim”.

A esquerda e a visão do átomo isolado

Uma das razões do preconceito que a esquerda “tradicional” nutre contra os “não tradicionais” parece ser a ideia de que, fora das organizações de massa que as agrupariam, as pessoas existem apenas como átomos isolados. As pessoas que estão nas ruas seriam, então, meros indivíduos “expressando sua subjetividade”. Isto é evidentemente falso. Por mais atomizantes que sejam as condições de vida hoje, as pessoas existem sempre dentro de diferentes redes familiares, profissionais, afetivas, políticas. As pessoas estão sempre agindo coletivamente, em graus maiores ou menores de consistência ou formalização; e normalmente é de núcleos mais organizados que partem as principais iniciativas. É um cenário mais fragmentário e complexo, sem dúvida, mas nem por isso caótico.

IHU On-Line – Quais podem ser as desvantagens deste tipo de organização?

Rodrigo Nunes – Desvantagens e vantagens são faces da mesma moeda. Usa-se uma metáfora da informática para distinguir um ativismo de “código fechado” (identidade definida, bandeira, camiseta, lideranças, etc.) de um ativismo de “código aberto”, relativamente aberto a diferentes identidades, práticas, táticas, compreensões. Isto não quer dizer que código fechado e aberto se excluam: dentro de um sistema-rede de código aberto você tem zonas de código fechado, e abertura e fechamento são sempre relativos, existem em graus. É óbvio, porém, que o poder de mobilização do código aberto é muito maior, porque se comunica com muito mais temas, muito mais pessoas. O código fechado exige uma conversão, o código aberto, apenas conexão. Alguém duvida que, se os protestos de junho tivessem sido só dos movimentos tradicionais, teriam sido bem menores? Aliás, também teriam sido menores se tives-

sem sido “puro sangue”: muita gente que saiu às ruas não necessariamente se identificaria como “de esquerda”, embora possa defender pautas progressistas.

Contudo, abertura implica menor coesão, dificultando a definição de estratégias, diluindo mensagens no meio de muito ruído, expondo o sistema-rede ao risco de tentativas de apropriação, como se viu no Brasil.

A questão é: vale mais um ecossistema pequeno e homogêneo, ou um grande, heterogêneo e difícil de controlar? Não existe resposta certa, mas são escolhas que precisam ser feitas continuamente, e cada uma tem seu preço. Quando aconteceu a tentativa de ressignificar o que estava ocorrendo como um movimento “anticorrupção” e “antigoverno”, houve uma resposta clara no sentido de aumentar o “fechamento”: “coxinhas, fora das ruas, este é um movimento de esquerda”. Barrou-se a tentativa de apropriação, mas mandou-se para casa também muita gente que não era necessariamente “de direita”. Foi uma oportunidade perdida de dialogar com pessoas que estavam participando da política pela primeira vez.

Fluxo contínuo de interações

Há outros limites, também. Como a vontade coletiva vai se formando dentro de um fluxo contínuo de interações, o processo de tomada de decisões é mais dinâmico, não está concentrado em um lugar. Por outro lado, muito do que se faz corre o risco de ser de curto prazo, reativo, uma resposta mais ou menos automática não à conjuntura como um todo, mas àquela coisa que aconteceu ontem.

Mas não é impossível que um pensamento de mais largo prazo se desenvolva a partir das redes. Experiências como o **Rolling Jubilee** nos Estados Unidos, a **Plataforma de los Afectados por la Hipoteca** na Espanha e o **UK Uncut** na Inglaterra, o próprio **Movimento Passe Livre (MPL)** no Brasil, demonstram isso. E aí voltamos à questão da irreversibilidade: se é fato que a política cada vez mais terá a forma das redes, é preciso pensar a partir delas para

desenvolver suas capacidades imanentes de autocompreensão e ação estratégica. Não adianta ficar se lamentando. Para quem acredita que o *telos* de toda ação coletiva é sempre a constituição de um partido, a resposta a dar é a seguinte: hoje, se for surgir um partido, será de dentro das redes. Como, aliás, é o caso de uma experiência interessantíssima como o Partido X na Espanha, que propõe uma inovação realmente original da forma partidária.

IHU On-Line – Qual o legado dos movimentos sociais tradicionais para as novas manifestações de massa? Em sua intervenção no Conexões Globais, o senhor falou em um “conflito de gerações políticas”.

Rodrigo Nunes – Quando falo de geração, não é no sentido de idade. Uma geração se forma em relação a um evento, ou eventos, aos quais ela responde. O PT, a CUT, o MST são projetos da geração do período da redemocratização, que chegou ao poder, produziu mudanças importantes, mas cuja energia de transformação se exauriu. Não sou eu que digo isso, é o Secretário-Geral da Presidência da República!

“

“Parece-me que desde junho do ano passado se cristalizou uma nova geração política no país, gestada no período em que o projeto da geração anterior tanto se realizou quanto revelou seus limites”

Parece-me que desde junho do ano passado se cristalizou uma nova geração política no país, gestada no período em que o projeto da geração anterior tanto se realizou quanto revelou seus limites. Ela se organiza de outras formas e é movida não só pelo tema da pobreza, mas também por preocupações que se tornaram secundárias para aquele projeto: meio ambiente, direitos indígenas, diversidade sexual, direito à cidade. Acima de tudo, ela experimenta a crise de representação

“do lado de cá”: a geração anterior virou representante, a nova não se sente representada.

Se os “mais velhos” forem sinceros em relação ao slogan “Para o Brasil Continuar Mudando”, terão de reconhecer que, hoje, a energia para a mudança vem da mais nova. Os protagonistas da política das ruas – e um compromisso com a política das ruas era uma das características da geração formada na redemocratização – são essa nova geração.

Essa clivagem geracional, aliás, passa por dentro das ruas também. Há muita gente de partidos ou movimentos mais tradicionais que está nas ruas, vivendo o choque. Por isso, há alguns meses, eu dizia: o antagonismo principal não é entre esquerda institucional e ruas, mas entre quem reconhece que algo de novo se passou de junho para cá e quem não reconhece. A condição para o diálogo é que se reconheça que há algo novo, fora das coordenadas que definiram a política brasileira da redemocratização até aqui. Com quem acha que junho não muda nada, não há conversa possível.

Qual é o legado importante da geração da redemocratização, que se exprime ou exprimiu nas organizações de massa que ela construiu? Além de um conceito específico de organização de massa, ao qual ela atribuía centralidade, aquela geração foi guiada pela ideia de que a população mais pobre deve se tornar protagonista da política. Trata-se de uma certa noção do “popular”, da importância do trabalho de base, da formação de lideranças, que tem sua origem nas Comunidades Eclesiais de Base da Teologia da Libertação.

Isto é, aliás, a origem de uma confusão (ou chantagem) comum, porque as organizações de massa criadas na década de 1980 tinham base popular; faz-se uma oposição entre “quem está nas ruas” (subentenda-se: a classe média) e as “organizações populares”. Em muitos casos, porém, isto é uma miragem. É olhar para as organizações tais como elas são hoje e enxergá-las como elas eram na década de 1980. Vá para um comício sindical, vá para o meio do **Black Bloc**, aí me diga, sem entrar em nenhum outro mérito: qual é o mais “popular”? Sem falar que, desde junho, temos visto muito mais mobilização nas favelas e nas periferias. Pode-se responder que

são fenômenos pontuais que, se não forem organizados, não vão resultar em nada. É verdade. Mas, de novo, a organização pode tomar diferentes formas, e estes processos ainda estão muito no início. As classes populares não são monopólio das “organizações populares” formadas décadas atrás – e estas organizações, aliás, deveriam estar se perguntando por que perderam a penetração que um dia tiveram.

Embora muitos na esquerda tradicional os critiquem como pequeno-burgueses, “coxinhas de esquerda”, etc., grande parte de quem está nas ruas não me parece alheia à questão de como envolver a população mais pobre como agente da política. Podem ainda não ter ideias claras de como resolvê-la, mas o problema está posto, inclusive na prática de vários grupos: o MPL de São Paulo e vários Comitês da Copa têm base popular, há grupos que trabalham com os sem-teto ou moradores de favelas, o Bloco de Lutas dialoga com a base do Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre.

IHU On-Line – Os novos manifestantes recebem críticas por não apresentarem uma liderança ou direção tal qual a dos antigos movimentos. Qual é o significado dessa “horizontalidade” e da ausência de estruturas formais?

Rodrigo Nunes – Em primeiro lugar, é bom notar que você não tem um único movimento marchando sozinho, mas vários grupos de tamanho médio ou pequeno e um grande número de indivíduos soltos. Alguns grupos têm mais autoridade moral, mais experiência, mas nenhum conseguiria se impor sobre os demais. As pessoas não atentam para essa diferença e ficam cobrando uma “direção” que é objetivamente impossível, como se não tê-la fosse apenas uma opção subjetiva.

Em segundo lugar, ao invés de “movimentos horizontais”, prefiro falar em “movimentos distribuídos”. O “horizontalismo” é uma ideologia, segundo a qual seria possível eliminar completamente todos os diferenciais de poder; mas basta estudar as redes um pouco para ver que nunca são totalmente planas ou igualitárias. A horizontalidade tem valor como “ideia regulativa” no sentido kantiano: algo que você sabe que nunca

vai conseguir realizar, mas ainda assim serve e orienta suas escolhas práticas. Mas movimentos distribuídos se caracterizam não por serem plenamente horizontais, mas por possuírem liderança distribuída. Como eles são mais informais e flexíveis, as funções de liderança estão distribuídas no tempo e no espaço e podem ser assumidas em diferentes momentos por diferentes grupos, indivíduos, etc. Neste sentido, não seriam movimentos “sem líderes”, mas o contrário: com muitos líderes, atuais e potenciais. A função de liderança está disseminada e circula, podendo ser ocupada, em princípio, por qualquer um.

Ação coletiva

Neste caso, “direção” é quem dirige, no momento em que dirige; quem consegue canalizar e estruturar a atenção e a ação coletiva para uma tarefa determinada num instante determinado. A direção existe em ato, dentro de um processo contínuo de formação de vontade coletiva e tomada de decisão. Pelos motivos práticos que vimos acima, é mais provável que núcleos mais organizados assumam essa função a maior parte do tempo. Mas isto é diferente de você ter uma estrutura formalmente designada como “representante” ou como “direção”, que será reconhecida como tal mesmo quando não estiver dirigindo nada.

O descompasso entre uma concepção e outra ficou patente em junho. Há uma maioria de jovens estudantes nas ruas, logo o governo chama a União Nacional dos Estudantes para conversar; mas eles não têm nenhum papel efetivo nos protestos, portanto não têm nada para negociar com o governo. Eis a crise da representação em um capítulo: o sistema político aloca a determinadas organizações a função de representar determinados segmentos, mas o segmento está se organizando completamente à revelia de seu “representante”. Então, você vai concluir que a culpa é da realidade, que não está conforme o sistema? Não, a culpa é do sistema, que está claramente em defasagem com a realidade. A rua não mente, não porque tenha sempre razão, mas porque é sintoma de alguma coisa real.

Na verdade, muitos ataques à falta de “direção” provêm justamente da recusa de setores da esquerda institucional em aceitar que a crise da representação afeta também as instituições da esquerda. A única direção legítima para um movimento de massa teria de vir das organizações de massa constituídas, dos partidos? Então por que eles não fizeram este movimento antes?

IHU On-Line – Diante deste quadro de “horizontalização” e “liderança distribuída”, como vislumbrar negociações ou mudanças no campo político?

Rodrigo Nunes – Há três questões a distinguir aí: a capacidade de implementar mudanças, os tempos e escalas das mudanças, a elaboração e negociação de programas positivos.

Começo do início. Embora se ouça uma retórica anarquista difusa, é evidente que reivindicações como passe livre e desmilitarização da polícia são dirigidas ao Estado e, portanto, exigem mediações institucionais. Porém, se é verdade que você dependerá do Estado para implementar certas transformações, não é o caso que você precise virar Estado para fazê-lo. Um exemplo? A redução das tarifas foi imposta pelas ruas aos governos. Por enquanto, é uma vitória pontual, impede que se faça algo, mas não cria nada novo. Mas digamos que pelos próximos três anos a pressão popular consiga barrar os aumentos; inevitavelmente, então, será preciso discutir as outras questões levantadas em 2013, que os prefeitos até aqui preferiram ignorar: o lucro das empresas, o financiamento do sistema de transporte, o passe livre universal. Aí se entra numa outra fase, em que será preciso combinar mobilização nas ruas, propostas concretas e agentes capazes de fazer a mediação. Isto é mais complicado, porque é muito mais fácil criar um consenso negativo (“não aos aumentos”) que um consenso positivo (“como financiar o transporte público”).

O que é pouco provável é que os movimentos atuais ponham todas as fichas na institucionalização. Não porque sejam “pós-modernos” ou tenham lido muito John Holloway, mas porque não crêem que o sistema político tal como é possa responder a suas demandas mais radicais. Não é

que as pessoas acreditem que é possível mudar o mundo sem tomar o poder; elas duvidam que seja possível mudar o mundo tomando o poder! Se você sai das ruas e vira Estado, perde a alavancagem que permitiria fazer com que o sistema político saia do próprio eixo, pare de girar em falso.

Potenciais

Aí entra a questão dos tempos e escalas. Em virtude da convergência de crises mundiais (capitalista, ecológica, da representação) e do crescimento da mobilização, há um sentimento bastante compartilhado hoje de que é possível e necessário lutar não somente na curta, mas também na longa escala. Não só reduzir as passagens, mas transformar o sistema de transporte público; não só punir abusos, mas transformar a polícia; não só eleger representantes, mas transformar a política. Há tempos não havia um período tão perigoso, mas também tão rico em potenciais.

Inevitavelmente, porém, a longa escala envolve altos e baixos, vitórias e derrotas, avanços e recuos. Ela nem é linear nem se mede pelos tempos curtos dos ciclos eleitorais. Pelo contrário: se você sempre submete o objetivo de longo prazo às circunstâncias da próxima eleição, está apenas se iludindo que ainda o persegue. Há quem diga: “olhem o Egito, eles acabaram com uma ditadura; olhem a Espanha, a direita se elegeu”.

Em primeiro lugar, isso é esquecer que o Egito antes tinha uma ditadura, que a esquerda espanhola há anos fazia governos de direita. As pessoas deveriam ter ficado quietas, então?

Em segundo lugar, lá os movimentos estão falando de algo mais profundo que uma troca de governo; e você não pode julgar um jogo longo na segunda rodada. É como estar na Rússia em julho de 1917 e dizer: “está vendo? Só o que os bolcheviques fizeram foi substituir o Czar por um governo burguês!”. Aliás, era o que o Partidão dizia para os fundadores do PT: “Parem de agitar! Vocês vão fazer com que a ditadura endureça de novo!”.

Fazer política é correr riscos, e os ganhos são proporcionais aos riscos que se corre. Por outro

lado, quanto mais ambicioso, mais um movimento deve ter maturidade, estratégia, saber construir apoios, diversificar suas táticas. E isto inclui saber criar suas próprias mediações institucionais.

Organização do sistema-rede

Entramos, então, na questão da elaboração e negociação de programas. Se você tem um ecossistema complexo, parcialmente estruturado, mas não hegemonizado por núcleos mais organizados, como isso ocorre? Neste ponto, os movimentos tradicionais parecem realmente levar vantagem: eles constroem agendas, preparam quadros, fazem formação política, mobilizam as bases, botam as lideranças para negociar.

Mas é impossível que isto ocorra dentro de um sistema-rede? Não creio. Os grupos “especializados” já têm muita apropriação sobre seu tema. O MPL tem um debate sofisticado sobre o transporte público, e a Articulação Nacional dos Comitês da Copa, sobre a questão urbana. Nestas e em outras áreas, é preciso saber criar os fóruns onde propostas e estratégias possam ser discutidas. Não grandes assembleias, que dificilmente funcionam para estes fins, mas diferentes espaços que se comuniquem e se construam um sobre a base do outro: debates com especialistas, entre os movimentos, aulas públicas, audiências públicas. Quem está na academia pode ter um papel importante aí, caso se ponha à disposição. À medida que as ideias vão se formando, é possível testar sua recepção online, em assembleias, ver como as pessoas respondem, ir reformulando-as, conquistando adesão. Lembremos que, aqui no Brasil, a reforma do direito autoral e o Marco Civil da internet foram parcialmente construídos em processos assim. Pode não ser perfeito, mas nenhum processo é.

Mas e quem seriam os mediadores? A liderança distribuída é um cenário propício para o “oportunismo”, mas oportunismo não é necessa-

riamente uma coisa má, significa apenas saber tirar o melhor de oportunidades. Neste sentido, é a essência da ação prática. Se alguém conseguir se posicionar como mediador, e logo ficar claro que está negociando em seu próprio interesse, acabará rapidamente desconstituído. O “oportunista do mal”, que explora as oportunidades para seus próprios fins, também é um “mau oportunista”, não vai durar. Mas não é impossível que quem assuma este papel – uma organização, um grupo, indivíduos – o faça bem. A posição de representante numa situação como a que atravessamos é, na verdade, extremamente ingrata, porque a legitimidade está no fio da navalha todo o tempo. Manter-se legítimo implica entender que os limites da legitimidade são muito estreitos, que é preciso escutar mais que falar, colocar-se na posição de veículo ao invés de protagonista. Como diria Maquiavel, ao “oportunista virtuoso” não basta a Fortuna, é preciso virtù.

João Pedro Stédile declarou recentemente: a mobilização “da juventude” é legítima, porque é sintoma de problemas estruturais latentes, mas quem tem que apresentar um “programa de mudanças” são os “movimentos sociais organizados”. Note-se a equivocidade desta expressão: ela se refere a qualquer tipo de organização, a organizações nos moldes tradicionais, ou especificamente àquelas constituídas nos anos 1980, já reconhecidas como tal? Ainda parece haver aí uma certa resistência ao novo protagonismo, mesmo que misturada com o reconhecimento explícito de que os protestos também abrem oportunidades políticas para o MST. É óbvio que estes novos movimentos terão que desenvolver suas próprias mediações com o tempo; mas digamos que movimentos como o MST queiram também tentar ocupar este espaço e o façam da maneira certa – escutando mais que falando, atentando para o terreno em que se movem, respeitando as diferenças. Quem diz que não poderíamos ter resultados interessantes?

“A força bruta é a ação de quem não tem argumentos”

Entrevista especial com Antonio Martins

“Infelizmente até agora não temos visto nenhum comportamento de civilidade da polícia. (...) Tudo indica que em certo sentido a polícia está procurando criar e provocar violência”, avalia o jornalista.

As críticas à atuação policial nas sucessivas manifestações que ocorrem em várias cidades brasileiras desde os protestos massivos de junho passado reiteram, na avaliação de Antonio Martins, a existência de uma “violência endêmica do Estado contra a sociedade”. Assim, “a violência principal parte do Estado, parte da polícia e é incomparavelmente mais brutal do que as ações que os **Black Blocs** têm realizado”, pontua, em entrevista à **IHU On-Line**.

Crítico também das ações dos **Black Blocs**, Martins é enfático: “Já se tornou claro que essa tática de promover a violência estética contra símbolos do capitalismo desencadeia e legitima uma violência muito mais potente e muito mais brutal no Estado e, mesmo de elementos da sociedade que são despolitizados, uma onda geral de violência. Então, se não nos distanciamos disso, acabamos, para o conjunto da população, transmitindo a imagem de que a violência é natural, porque a polícia bate, mas os **Black Blocs** também batem. Qual o percentual da sociedade que compreende esse sentido estético da violência contra o capitalismo? 1%, 2%? Para a maioria da população isso é parte da ‘geleia geral’ da violência”. E dispara: “Na ausência de um projeto, às vezes no desespero, a única forma que o sujeito enxerga de enfrentar o capitalismo é destruindo vidraças de banco, ou às vezes jogando ‘rojão’ contra a polícia”.

Para o jornalista, as transformações sociais passam necessariamente por uma mudança de

comportamento em relação à violência, a qual deve ser tratada como um “tabu”. Em conversa com a **IHU On-Line**, por telefone, ele chama a atenção para atitudes violentas que permeiam a sociedade brasileira, como o caso de “pessoas que provavelmente não eram da polícia” e “que acorrentaram um garoto negro a um poste no Rio de Janeiro. Ou a outro caso, que também foi revelado nesta semana, de um assassinato, com tiro a queima roupa, também por populares, de um garoto que foi apontado como ladrão na periferia do Rio de Janeiro”.

Antonio Martins é jornalista e editor do sítio **Outras Palavras**. Participou da construção do **Fórum Social Mundial** e integra seu Conselho Internacional.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como avalia a atuação da polícia nas diversas manifestações que estão ocorrendo em todo o país? A atuação policial foi abusiva? Quais são as causas?

Antonio Martins – Ela tem sido violenta, abusiva e estranha. Há registros de episódios de uma violência indiscriminada e aparentemente sem objetivo concreto nem de proteger pessoas – que supostamente seria o papel da polícia –, e muito menos de proteger o patrimônio. São episódios como, por exemplo, os do dia 13 ou 14 de junho em São Paulo, em que a polícia encurralou os manifestantes e atirou balas de borracha sem nenhum objetivo do ponto de vista da função policial.

Em outubro ocorreram outros episódios, como o quase incêndio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ou também aquele episódio estranhíssimo em que um coronel teria sido agredido

por manifestantes. Esses episódios foram marcados pelos seguintes paradoxos: havia manifestantes promovendo depredações em São Paulo, no Terminal de Ônibus do Parque Dom Pedro, e no Rio de Janeiro, na Câmara Municipal, e existem registros de repórteres de que a polícia assistiu a esses casos e não agiu em relação a esses manifestantes. Ela deveria ter agido, não com violência, mas para proteger o patrimônio. Não tem sentido depredar um terminal de ônibus. Nesses mesmos dias, a polícia dispersou com selvageria manifestantes que estavam cantando na Praça da Sé.

Infelizmente até agora não temos visto nenhum comportamento de civilidade por parte da polícia. As manifestações de junho foram quase sempre pacíficas. As manifestações mais recentes, inclusive as de 2014, têm registrado alguns episódios de violência, porém ocorrem em manifestações pequenas, e não em manifestações incontroláveis em que a polícia não pode atuar de maneira civilizada.

Então, o que me chama mais a atenção, além da brutalidade, é esse comportamento muito errático. Para complementar, episódios que ocorreram no Rio de Janeiro demonstraram que pessoas da polícia agiam exatamente como os **Black Blocs**, ou seja, atirando rojões. Tudo indica que, em certo sentido, a polícia está procurando criar, provocar violência.

IHU On-Line – A polícia recebe muitas críticas por não estar preparada para lidar com os manifestantes. É possível evitar um conflito? Em que consistiria uma polícia preparada para lidar com essas manifestações?

Antonio Martins – Não sou especialista em táticas de ação policial, porém nós verificamos, inclusive com base em experiências internacionais, que mesmo nas manifestações em que há pessoas dispostas a praticar atos de violência, a polícia não pode ter o papel de reagir com mais violência. Primeiro porque ela fere e atinge pessoas que são pacíficas; segundo porque ela representa o Estado, portanto não pode se colocar na posição de vingadora. Se existe algum manifestante que está atirando “rojão” contra outro manifestante ou contra os policiais, se está depredando

banco, latas de lixo ou terminais de ônibus, a polícia tem meios, tem efetivo e tem de ter treinamento para controlar essas pessoas ou para detê-las, se for o caso. Tem uma reportagem muito boa da Tânia Caliari, na **Retrato do Brasil**, sobre como a atuação policial, ao tratar todos os manifestantes de modo igual e ao responder a todos com violência, parece provocar mais violência.

O **Black Bloc** é um fenômeno estrangeiro e surgiu no Brasil a partir do momento em que houve, em São Paulo e no Rio de Janeiro, ações muito violentas, muito indiscriminadas, inclusive da polícia. Então, será que não há, em certo sentido, interesse de criar a sensação de que os manifestantes são violentos também, e que, portanto, a violência é naturalizada, e assim a violência policial é muito maior?



“Devemos tratar esse tipo de violência como um tabu, como algo que deve ser proibido, como algo que não é aceitável, como argumento daqueles que não têm argumento”

IHU On-Line – Mas por outro lado, o senhor faz amplas críticas aos black blocs. Como interpreta, nesse sentido, o discurso deles de que se trata de uma estética da violência, de uma violência justificada e, ao mesmo tempo, como vê as ações de depredação do patrimônio público e privado nas manifestações? São ações justificáveis?

Antonio Martins – A violência principal parte do Estado, parte da polícia e é incomparavelmente mais brutal do que as ações que os **Black Blocs** têm realizado. Eles se dizem partidários de uma violência estética contra os símbolos do capitalismo, e a maior parte das ações deles foi mesmo nesse sentido, embora tenha havido mais recentemente outras que se transformaram em ações contra pessoas também.

Agora, as últimas semanas têm demonstrado que a violência na sociedade brasileira é endê-

mica e é praticada principal e esmagadoramente por aqueles que apoiam e querem manter o capital, ou até mesmo por ações de elementos da sociedade que não são muitas vezes da polícia, mas que expressam uma brutalidade conservadora. Estou me referindo, por exemplo, às pessoas que provavelmente não eram da polícia, que acorrentaram um garoto negro a um poste no Rio de Janeiro. Ou a outro caso, que também foi revelado nesta semana, de um assassinato, com tiro a queima roupa, também por populares, de um garoto que foi apontado como ladrão na periferia do Rio de Janeiro.

Então, nós que somos anticapitalistas e que queremos superar o capitalismo, deveríamos assumir claramente uma distância em relação a esse tipo de violência gratuita. Não estou debatendo as formas revolucionárias em determinados momentos muito específicos da história da sociedade em que é necessário reagir, romper. As sociedades estão preparadas para fazer grandes transformações, e há uma resistência. Muitas vezes você precisa agir com certa dose de violência para superar essa resistência, mas não é nada disso que está acontecendo no Brasil. Aqui nós temos uma violência endêmica do Estado contra a sociedade, e devemos nos distanciar completamente disso. Devemos tratar esse tipo de violência como um tabu, como algo que deve ser proibido, como algo que não é aceitável, como argumento daqueles que não têm argumento. Nós devemos mostrar que a força bruta é a ação de quem não tem argumentos.

Já se tornou claro que essa tática de promover a violência estética contra símbolos do capitalismo desencadeia e legitima uma violência muito mais potente e muito mais brutal no Estado, e mesmo de elementos da sociedade que são despolitizados, uma onda geral de violência. Então, se não nos distanciamos disso, acabamos, para o conjunto da população, transmitindo a imagem de que a violência é natural, porque a polícia bate, mas os **Black Blocs** também batem. Qual o percentual da sociedade que compreende esse sentido estético da violência contra o capitalismo? 1%, 2%? Para a maioria da população isso é parte da ‘geleia geral’ da violência.

Não se trata de uma condenação dos meninos por princípio, mas taticamente isso está se revelando um tiro no pé. Por trás disso precisamos entender um problema maior: estamos em uma situação no Brasil em que se perdeu aquilo que chamo de horizonte utópico; é uma situação diferente e grave em relação a tudo que vivemos nos últimos 30, 40 anos, porque a maior parte da esquerda entrou no Estado. Depois de um primeiro ciclo de algumas mudanças sociais importantes, o Estado está paralisado e gere uma sociedade extremamente desigual. Em contrapartida, não tem surgido, entre aqueles que são das esquerdas tradicionais, um projeto de transformação social. Então, as pessoas ficam perdidas em meio a uma sociedade muito desigual. Nesse sentido, os **Black Blocs** são, em geral, pessoas muito jovens, sinceramente anticapitalistas, mas que estão sem um projeto. Então, na ausência de um projeto, às vezes no desespero, a única forma que o sujeito enxerga de enfrentar o capitalismo é destruindo vidraças de banco, ou às vezes jogando “rojão” contra a polícia. Não podemos isolar as ações dos **Black Blocs** de um problema maior, que é a falta de um projeto utópico e a necessidade de reconstruir esse projeto utópico. Então, não tentaria resolver o problema dos **Black Blocs** simplesmente criticando-os, mas sim frisando a necessidade de reconstituir um horizonte utópico.

“

“Em que país nós temos hoje um projeto concreto de transformação social que não seja mais do que slogan?”

IHU On-Line – É possível esperar a resposta deste “projeto utópico” das esquerdas?

Antonio Martins – Não sei quem será essa esquerda. Não sei se serão os ativistas ou os militantes que estão nos governos. Mas para mim isso não é um problema brasileiro, é um problema mundial. Em que país nós temos hoje um

projeto concreto de transformação social que não seja mais do que slogan? Nós passamos por muitas mudanças políticas nos últimos anos, teve o período do neoliberalismo, depois teve o período de reemergência da sociedade civil a partir dos Fóruns Sociais. Mas a partir de 2009 surge outro fenômeno, que é o contra-ataque dos capitalistas. No mundo todo há um processo de destruição dos sistemas de solidariedade, dos sistemas de previdência social, dos serviços sociais – a Europa é um caso típico –, e ainda não encontramos respostas para isso. Na Espanha, centenas de milhares de manifestantes do 15-M estão há dois anos organizando manifestações e a cada vez o governo aprofunda as medidas de destruição do estado de bem-estar social.

O Egito teve uma revolução e depois uma contrarrevolução. Você vê o que está acontecendo na Ucrânia, onde quem está liderando as manifestações sociais são os neonazistas. É uma situação difícil, porque ao contrário do que se via, por exemplo, a partir de 1999 – naquela época havia o esboço de criação de uma alternativa com os Fóruns Sociais Mundiais –, a crise aprofundou o ataque aos sistemas sociais. Nós ainda não encontramos uma resposta à altura. Essa resposta exige recompor o horizonte histórico, exige pensar para o capitalismo do século XXI quais seriam os pontos de um programa de transformação: é a renda cidadã para todos? É a redução da jornada de trabalho? É o apoio às redes de economia solidária? Nós precisamos mudar isso, mas não sei se essa mudança irá partir do que nós chamamos de esquerda; dificilmente. Mas tem de partir de algum sujeito social que se proponha a superar o capitalismo. Esse para mim é um dos grandes desafios.



“Nós precisamos mudar isso, mas não sei se essa mudança irá partir do que nós chamamos de esquerda; dificilmente”

IHU On-Line – Como interpreta a suposta criação de uma tropa de choque de dez mil homens para atuar durante a Copa do Mundo? Como entender a reação do Estado e o modo como tem lidado com as manifestações?

Antonio Martins – É uma atitude péssima, porque esperávamos do governo federal e de pessoas como o ministro José Eduardo Cardozo, que tem um passado democrático, que servissem de contraponto a essa violência que tem sido patrocinada pelas polícias estaduais e por alguns governos estaduais claramente ligados a projetos antipopulares e neoliberais. Ao invés disso, o governo federal, que teria poderes de em certo sentido enquadrar esse comportamento das polícias estaduais, tem reforçado e procurado fazer uma suposta articulação das medidas de segurança em relação à Copa sem criticar essas atitudes que só provocam a população.

Então, essa história da Força Nacional é exagerada, porque ela não tem efetivo; esses 10 mil policiais são os mesmos que participam das tropas de choque estaduais, os quais serão treinados e colocados em determinado momento sob responsabilidade e comando da Força Nacional.

IHU On-Line – Em que consiste o manual produzido pelo Estado Maior das Forças Armadas? Qual a orientação do manual para os militares?

Antonio Martins – Essa é mais uma das coisas estranhas. Infelizmente o ministro Celso Amorim tem razão em certa medida quando diz que não está criando a possibilidade da intervenção das Forças Armadas nas manifestações populares, porque já existe base legal para isso. Ele argumenta que está criando um protocolo para que essa ação não seja realizada sem parâmetros, porém, do nosso ponto de vista – e do dele, que se diz de esquerda, crítico às desigualdades da sociedade –, deveria se limitar ao máximo àquilo que a lei permite. E o manual, ao contrário, é baseado em termos muito parecidos com a doutrina de segurança nacional do início ao fim, só não fala claramente em inimigo interno, mas é aquela lógica e linguajar de repressão ao movimento social. Então, felizmente, o Ministro disse que vai passar

um “pente-fino”, que vai rever completamente esse manual.

Em primeiro lugar, as Forças Armadas não deveriam jamais atuar na defesa da ordem pública. As Forças Armadas são – e isto é uma bandeira histórica da esquerda – para a defesa da soberania nacional, a defesa do território. Nós precisamos ter polícias preparadas para a defesa da ordem pública. Em segundo lugar, a existência de manuais de ação, seja de qual corpo de segurança for, é uma coisa positiva. Nós não temos manuais de atuação, e o ministro José Eduardo

Cardozo falou várias vezes sobre isso, mas até agora, nada. Qual vai ser o protocolo de atuação das polícias durante os protestos que irão ocorrer na Copa do Mundo? Não sabemos, mas é fundamental saber.

Elas vão atuar da forma brutal como têm atuado as polícias estaduais? Então, em certo sentido a existência de um protocolo é bom, mas esse protocolo, da forma que foi redigido pelo Estado Maior das Forças Armadas, é um retrocesso ao tempo da ditadura.

Por Patricia Fachin

“Chegamos a um ponto em que, antes de entender, reagimos. E, frequentemente, reagimos mal”

Entrevista especial com Leandro Beguoci

“Talvez a surpresa com os rolezinhos tenha sido tão grande porque a periferia, finalmente, está se tornando visível. E nós, finalmente, estamos percebendo que ela não é aquilo que nós achávamos que era”, declara o jornalista.

“Os rolezinhos tiveram um lado amplamente positivo: mostrar quão pobre é nosso debate político e escancarar as consequências negativas deste debate miserável. Porque poucas coisas podem ser mais constrangedoras e reveladoras do que um shopping pedindo à polícia que barre, na marra, a entrada de eventuais consumidores. Quando a truculência vira categoria de pensamento, olha, é hora de mudar de rumo”, pondera o jornalista Leandro Beguoci em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line** sobre os rolezinhos e a reação da sociedade a eles.

“Ao longo das últimas semanas, a reação aos rolezinhos mostrou que nós não sabemos muito bem como lidar com esses jovens e com o que eles representam. É um fenômeno novo. A maior parte desses meninos se declara apolítica, diz ter horror à política, e afirma que só quer dar uns beijos, se divertir e ser feliz – de preferência, com seus tênis supercaros. Eles só vão se sentir excluídos se o acesso a esse mundo de consumo for cortado. Isso pode acontecer tanto pela reação intempestiva dos shoppings e da polícia, que estão criando um problema grave onde não havia confronto, quanto pela situação do país, que está com a economia cambaleando e não consegue mais oferecer aumentos expressivos da renda, como aconteceu nos últimos anos. Nós, ao longo dos últimos anos, dissemos a uma geração inteira de pessoas que consumir, comprar suas próprias

coisas, era um dos poucos caminhos que alguém poderia almejar nessa vida. Mas os discursos têm consequências. E ainda não é possível saber quais serão elas se as condições econômicas e políticas mudarem rapidamente”, avalia.

Leandro Beguoci é editor da revista digital Oene, professor da FAAP Pós-Graduação, de São Paulo, no curso de Comunicação Multimídia e colunista da **revista VIP**.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Nas discussões sobre os rolezinhos, além do preconceito em relação às camadas sociais mais pobres, percebe-se certa tendência de sintetizar o assunto a conflitos partidário-eleitorais ou a grandes projetos ideológicos. Na sua avaliação, há motivação política na organização dos rolezinhos? Ou o que estes jovens querem é ascender socialmente?

Leandro Beguoci – Os meninos e meninas que vão ao shopping paquerar, dar uma volta, se divertir e desejar alguns dos produtos que estão na vitrine não praticam um ato político-partidário – ao menos não na forma como entendemos política hoje, no senso comum. Não há uma crítica à sociedade na ocupação dos shoppings, estes espaços meio públicos, meio privados. Não há um posicionamento sobre a agenda do dia. Não há uma defesa de um ou outro partido. É apenas uma reunião de jovens que sempre existiu. Mas, agora, é ampliada pelas redes sociais, que dão escala a fenômenos que aconteciam, no passado, de forma limitada, e pela queda do desemprego e acesso ao crédito, que aproximam, em parcelas,

o orçamento dos mais pobres dos produtos que antigamente só as pessoas de classe média poderiam comprar.

Porém, a reação aos rolezinhos e as consequências a eles são políticas, mas políticas num sentido clássico. Se política é originalmente o trato das coisas que acontecem na cidade, das relações de poder que ocorrem na cidade, em uma das definições mais antigas do termo, então os rolezinhos são políticos por natureza.

Porém, estão longe, muito longe, de política como entendemos hoje: como instrumentos de uma guerra entre siglas que querem conquistar e manter o poder. Não há nada disso neles. Porém, ficou claro que as forças que disputam as eleições no Brasil quiseram, de uma forma ou de outra, se apropriar dos rolezinhos. Algumas, aliás, tentando filiar os meninos, sem avisá-los, a uma sigla que apoia o governo federal. Por outro lado, vários dos críticos do rolezinho tentaram transformar os meninos e as meninas em símbolos claros de uma degradação moral e de uma desordem que eles associam às políticas do governo federal. Como qualquer visita ao shopping Itaquera [em São Paulo] mostra, nenhum dos dois tem a menor ideia do que está fazendo e dizendo. E ambas as correntes deram razão às mais variadas críticas que se faz do conceito de política hoje: como uma ferramenta para acumular e aumentar seu poder em relação aos grupos rivais, desprezando qualquer outro valor que não a acumulação de poder. É por isso que eu tenho usado a palavra “política” com cautela.

O conceito de política está tão desgastado por mau uso que perdeu praticamente toda a sua composição. Ele se esvaziou, e significa tantas coisas para tantas pessoas que hoje mais confunde do que esclarece. Na maior parte das vezes, para muitas pessoas, fazer política significa agir de maneira questionável para obter benefícios indeclaráveis.

Discutir a cidade

Os conflitos que aconteceram a partir dos rolezinhos mostram que, sim, precisamos discutir a cidade. Há um conflito na sociedade que ora

aparece, ora acalma, sobre o uso de espaços híbridos, como shoppings, sobre quem tem direito a frequentar esses espaços e sobre como as pessoas devem se comportar neles. No final das contas, há uma disputa de poder aí, sobre o que se convencionou chamar de bom ou mau comportamento. Porém, é preciso muita cautela e sangue frio para se colocar em qualquer um dos lados desse conflito. A maior parte dos rolezinhos aconteceu nas periferias de São Paulo. Logo, são pessoas pobres recriminando outras pessoas pobres, por uma série de razões que apontei no texto no começo do mês [em 14-01-2014]: disputa sobre o uso do espaço, diferenças comportamentais entre pessoas de idades diferentes, desejo de se diferenciar. É um problema complexo, um sinal de que o Brasil vem se tornando uma sociedade cada vez mais complicada. A pessoa pode ser completamente contra o rolezinho e ser de esquerda, vendo nos meninos uma manifestação de um desejo egoísta e individualista de ocupar um espaço a qualquer preço sem se importar com os outros. E outra pessoa pode ser de direita e ser a favor dos rolezinhos, vendo nelas a livre expressão do desejo individual de pessoas livres em fazer o que bem entendem. Portanto, uma dicotomia elite x pobres, a meu ver, não se aplica no caso dos rolezinhos.

Entretanto, a reação do Estado a eles mostra o quanto o debate político está empobrecido. Em vez de entender o problema, o governo de São Paulo e os shoppings trataram de enviar a polícia para revistar e impedir, de forma arbitrária, a entrada dos meninos e das meninas nos shoppings. E aí se vê o quanto a política, a política que se ocupa das relações de poder na cidade, é necessária. Porque essa política, para administrar o conflito, parte primeiro da compreensão do problema para, em seguida, elaborar e aplicar medidas que acalmem ou solucionem os conflitos. Chegamos a um ponto em que antes de entender, reagimos. E, frequentemente, reagimos mal.

Os rolezinhos tiveram um lado amplamente positivo, portanto: mostrar quão pobre é nosso debate político e escancarar as consequências negativas deste debate miserável. Porque poucas coisas podem ser mais constrangedoras e reveladoras do que um shopping pedindo à polícia que

barre, na marra, a entrada de eventuais consumidores. Quando a truculência vira categoria de pensamento, olha, é hora de mudar de rumo.

IHU On-Line – Nas redes sociais, uma série de elogios aos rolezinhos consideram estas manifestações como uma resposta ao preconceito e à invisibilidade social que afligem a população de baixa renda. É possível conciliar estes significados com o desejo de participar de uma sociedade de consumo capitalista?

Leandro Beguoci – Acho que essas reações nas redes sociais, infelizmente, são tentativas de enquadrar os rolezinhos dentro de uma categoria à qual eles não pertencem. É uma tentativa de adaptar a realidade ao conceito, e não o conceito à realidade. Quem frequenta os shoppings das periferias de São Paulo não é invisível naquela parte da cidade. Pelo contrário, é bem visível e faz questão de ser, com roupas caras e música alta. Somos nós, olhando os pobres e vendo neles coisas que gostaríamos que eles fizessem, e não o que eles de fato fazem. Esse erro de avaliação leva a diagnósticos complicados.

O rolezinho é diversão de jovens pobres. Eles se sentem completamente confortáveis em uma sociedade que estimula e glorifica o consumo exacerbado. E não só a sociedade. O governo federal teve, nos últimos anos, um papel fundamental em associar consumo a pertencimento, em associar consumismo tanto à realização pessoal quanto a uma espécie de patriotismo em 12 parcelas iguais sem juros. Em 2008, o presidente Lula incentivou as pessoas a continuar consumindo para impedir que o país entrasse em crise.

Ao longo das últimas semanas, a reação aos rolezinhos mostrou que nós não sabemos muito bem como lidar com esses jovens e com o que eles representam. É um fenômeno novo. A maior parte desses meninos se declara apolítica, diz ter horror à política, e afirma que só quer dar uns beijos, se divertir e ser feliz – de preferência, com seus tênis supercaros. Eles só vão se sentir excluídos se o acesso a esse mundo de consumo for cortado. Isso pode acontecer tanto pela reação intempestiva dos shoppings e da polícia, que estão criando um problema grave onde não havia

confronto, quanto pela situação do país, que está com a economia cambaleando e não consegue mais oferecer aumentos expressivos da renda, como aconteceu nos últimos anos. Nós, ao longo dos últimos anos, dissemos a uma geração inteira de pessoas que consumir, comprar suas próprias coisas, era um dos poucos caminhos que alguém poderia almejar nessa vida. Mas os discursos têm consequências. E ainda não é possível saber quais serão elas se as condições econômicas e políticas mudarem rapidamente.

IHU On-Line – Quem é o jovem que participa dos rolezinhos? É possível definir um perfil social, econômico, étnico, cultural para ele?

Leandro Beguoci – Algumas pesquisas recentes vêm tentando entender quem são, o que querem, onde moram. Mas o fato é que conhecemos muito pouco sobre a periferia das grandes cidades do Brasil. Dois grupos são bastante desconhecidos no país: as pessoas muito ricas e as pessoas pobres que moram nas periferias das grandes cidades. Há grandes estudos sobre a classe média tradicional, há estudos clássicos sobre as pessoas muito pobres das zonas rurais, mas ainda se sabe pouco sobre quem são e como pensam as pessoas que moram nas bordas das nossas maiores cidades e nas nossas regiões metropolitanas.

Eu vim de uma cidade pobre da região metropolitana de São Paulo. Embora esteja ao lado da maior cidade do país, as práticas político-partidárias na cidade onde cresci são semelhantes ao que existe de pior nos lugares mais remotos do Brasil. Mas a gente praticamente não fala disso. Parece que coronelismo só acontece nos rincões. Olha que coisa: o Philip Roth é um dos maiores escritores americanos vivos e várias das suas obras são sobre Newark, uma área muito semelhante à Grande São Paulo. Quantos escritores brasileiros retratam, com essa qualidade, a vida em Itaquera ou Pirituba, Franco da Rocha ou Diadema? Há pouquíssimos estudos e livros sobre essas áreas que estão tão perto, mas tão longe.

Talvez a surpresa com os rolezinhos tenha sido tão grande porque a periferia, finalmente, está se tornando visível. E nós, finalmente, estamos percebendo que ela não é aquilo que nós

achávamos que era. Porque, afinal, não existe uma única periferia...

“

“Precisamos ser mais curiosos. Empatia não é apenas se solidarizar com as pessoas que apanham da polícia. Empatia também é entender essas pessoas e vê-las como parte fundamental do país”

IHU On-Line – O que a reação da sociedade em relação aos rolezinhos diz sobre a própria sociedade?

Leandro Beguoci – Mostra que a sociedade não conhece uma ampla parte dela mesma e ignora mudanças profundas que aconteceram no país nas últimas décadas. O que mais me chama a atenção é a falta de curiosidade das pessoas de classe média, mesmo as que têm mais empatia pelas pessoas mais pobres, pelo que acontece a alguns quilômetros das casas delas. Para muitas pessoas, à direita e à esquerda, o único contato com a periferia acontece durante as conversas com a empregada doméstica ou com a faxineira do escritório. Precisamos ser mais curiosos. Empatia não é apenas se solidarizar com as pessoas que apanham da polícia. Empatia também é entender essas pessoas e vê-las como parte fundamental do país que estamos construindo. Elas não são apenas uma mancha azul ou vermelha no mapa a cada dois anos.

IHU On-Line – Argumentos contrários aos encontros organizados em shoppings levantam a bandeira da segurança. Não apenas no que se refere a furtos e arrastões, mas também no que diz respeito a eventuais riscos associados à entrada de dezenas ou centenas de pessoas ao mesmo tempo em um mesmo prédio. Também criticam o comportamento dos jovens, que, ao pular, correr, cantar pelos corredores, afastariam parte dos frequentadores tradicionais e prejudicariam os lojistas. O que pensa destes argumentos?

Leandro Beguoci – Nós não sabemos como lidar com multidões. Isso é curioso, já que duas das nossas maiores manifestações culturais são tomadas por milhares de pessoas. Em jogos de futebol, qualquer movimento é tratado com casquetes da polícia. A espiral de violência, alimentada pela polícia e pelos torcedores organizados, resultou num padrão de comportamento. Na dúvida, porrada. Em vez de dissipar o confronto, nós o intensificamos com mais violência. A outra é o Carnaval das avenidas, do Rio e de São Paulo. A espontaneidade dos blocos de rua foi substituída por uma parada com organização militar. É impressionante a semelhança entre uma parada militar e um desfile de Carnaval. A divisão por blocos, o ritmo da bateria, o tempo rigidamente cronometrado. Ou nós espancamos as multidões ou nós exigimos que elas tenham um comportamento absolutamente regrado. Não conseguimos, ainda, elaborar soluções mais moderadas, mais flexíveis, que se adaptem aos diferentes contextos. Na dúvida, vem a fórmula pronta. Basta ver como as prefeituras e as polícias têm dificuldades em lidar com blocos de Carnaval. Perto da minha casa, neste domingo, dia 2 de fevereiro, teve um bloco. Moro em uma área de classe média, a 20 minutos de ônibus da avenida Paulista. Estava tudo muito bom, tudo muito bem, quando veio a polícia, pediu a autorização. Sem autorização, sem bloco. E então o bloco foi desfeito como se fosse uma manifestação violenta.

Os shoppings e os rolezinhos formam mais um capítulo da nossa incapacidade de olhar para os problemas, entendê-los e propor uma solução. Muita gente dentro de um shopping vai causar problema. Os corredores são estreitos. Um tumulto pode ter consequências trágicas. Isso significa que os rolezinhos têm de ser reprimidos a borraçadas? Não. Qual é a solução? Hoje, não sei. Aliás, alguém sabe quantas pessoas podem estar num shopping ao mesmo tempo? A gente não sabe nem qual é a capacidade máxima dos shoppings, nem se eles estão respeitando essa capacidade. Nós começamos a discutir tumultos, multidões, sem saber ao certo quantas pessoas podem estar, juntas, nesses lugares. É mais um capítulo do festival de certezas fundadas em quase nada

que assola o país. Em vez de pensar sobre novos problemas, nós queremos soluções de prateleira.



“Precisamos ser mais curiosos. Empatia não é apenas se solidarizar com as pessoas que apanham da polícia. Empatia também é entender essas pessoas e vê-las como parte fundamental do país”

IHU On-Line – Qual é o significado do shopping para os jovens que participam dos rolezinhos?

Leandro Beguoci – Os shoppings são lugares confortáveis, seguros, para fazer compras, ver e ser visto. Seja no Cidade Jardim, um shopping de alta renda em São Paulo em que só se entra de carro, seja no shopping Itaquera. O sentido social dos shoppings é o mesmo para várias pessoas de várias partes da sociedade, e talvez isso explique a imensa atração que exerce sobre nossas cidades violentas e carentes de opções de lazer.

Na periferia, onde a violência e a carência de áreas de lazer são muito maiores, os shoppings se tornam ainda mais atraentes. Nas áreas de classe média, você pode ir a um cinema de rua e depois tomar um café numa livraria bonita e bem decorada. Na periferia, não. Os jovens que vão aos rolezinhos cresceram acostumados a ter o shopping como única referência de lazer.

A mensagem dos shoppings, espalhada por toda a sociedade, é ainda mais forte nessas áreas em que o cheiro de esgoto perfuma o ar e o barulho de tiroteio se tornou banal. O shopping promete conforto e segurança. Imagine como essa promessa é lida em lugares em que praticamente não há conforto e segurança?

IHU On-Line – Como explicar a ostentação e apropriação de marcas de grife pela população de baixa renda?

Leandro Beguoci – Os governos do Brasil, ao longo dos últimos anos, venderam a ideia de que consumir é glorioso. Difundimos a ideia de que a melhor forma de fazer parte da sociedade é compartilhar símbolos de consumo. Não estou recriminando o consumo por si, mas sim a sua versão descontrolada.

Quando a população de baixa renda passa a ostentar, ela está dando a sua versão sobre o que vem escutando ao longo dos últimos anos. É uma releitura muito particular da mensagem que vem ouvindo. Consumo, para pessoas que têm uma vida muito sofrida, é um caminho para a felicidade, por mais efêmera que seja. Um tênis Mizuno de mil reais é uma tentativa de mostrar que, sim, estou melhorando de vida e faço parte do mesmo mundo que você. A ostentação é só um capítulo natural desse discurso de consumismo exacerbado.

Se você está dizendo para as pessoas “consumam para ser felizes, consumam para mostrar que conseguiram melhorar de vida, consumam para ajudar o país”, o que você espera que as pessoas façam? E isso não acontece apenas entre os mais pobres. Até mesmo as pessoas mais críticas dos males do consumismo exacerbado ostentam um pouquinho de vez em quando, seja em viagens para destinos alternativos e caros, seja consumindo produtos naturais, muito bem feitos, saudáveis e... extremamente caros.

O eterno desejo de se diferenciar dos outros e, ao mesmo tempo, de fazer parte de uma parcela da sociedade que se admira, foi canalizado pela via do consumo. É quase como se disséssemos que não há vida fora do consumo – e de muito consumo.

IHU On-Line – Há relação entre as manifestações do ano passado que agitaram o Brasil e os rolezinhos?

Leandro Beguoci – Hoje, em fevereiro de 2014, a única coisa que vejo em comum entre os rolezinhos e as manifestações é a reação a eles. A violência da reação uniu fenômenos muito diferentes.

Por Luciano Gallas e Andriolli Costa

“Eu não sou o jovem pobre, favelado, sem perspectiva. Eu tô podendo”

Entrevista especial com Lucia Mury Scalco

“Para as classes populares, o direito a ter acesso a bens como educação, saúde, habitação confunde-se semanticamente com consumo (compra de uma mercadoria). A inclusão social se dá através da dimensão do consumo”, descreve a antropóloga.

“O contexto social e econômico desses jovens de periferia realmente aponta para um universo marcado pela escassez de recursos, mas nossa pesquisa mostra que, através do consumo, é possível (na visão desses jovens) inverter essa realidade, pois, ao aflorar abundância e riqueza material, eles fazem do ato de se vestir uma ação que subverte a ordem estabelecida e dada (qual seja, de pobreza e discriminação)”, afirma a antropóloga Lucia Mury Scalco. Ela lembra a frase de um dos garotos ouvidos durante a elaboração da sua pesquisa para exemplificar a análise feita: “Eu não sou o jovem pobre, favelado, sem perspectiva. Eu tô podendo”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a pesquisadora avalia as motivações dos jovens para realizar os chamados rolezinhos, passeios em grupo organizados nos shoppings para fazer compras e experimentar sensações de prestígio e de poder. “Ficou evidente, na etnografia que realizei junto com a colega Rosana, que a prioridade deles não era meramente vestir-se bem, mas simplesmente existir: ser visto, ser reconhecido e ter prestígio. O interessante é que, ao invés de haver uma contradição entre miséria e ostentação, descobrimos que estávamos diante de duas categorias complementares, em que a segunda era fruto da primeira”, pondera a autora.

“A marca da roupa é muito valorizada pelo grupo, contribuindo para o processo de identificação e classificação. Neste sentido, tênis, calça jeans, bonés, roupas e objetos são sinônimos de status e de prestígio”, complementa.

Lucia Mury Scalco é socióloga e antropóloga. Possui mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, quando desenvolveu pesquisas com os títulos **“FaLa K É NÓIs”: etnografia de um projeto de inclusão digital entre jovens de classes populares em Porto Alegre** e **O Consumo das novas tecnologias pelas classes populares**, respectivamente. Atualmente, realiza investigações sobre os temas classes populares, inclusão digital, novas formas de apropriação das informações e do conhecimento, juventude e consumo.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Há especificidades regionais ou há uma identidade comum entre os jovens que participam de rolezinhos nos shoppings em cidades diversas do país?

Lucia Mury Scalco – Acredito que as práticas culturais juvenis combinam elementos do capitalismo global com a cultura local. Naturalmente os jovens do Morro da Cruz, em Porto Alegre, principal local onde desenvolvo minhas pesquisas, são influenciados pelo que o sociólogo Renato Ortiz denominou de mundialização da cultura; nesse sentido, os tênis, bonés e seu vestuário são referências importantes para os jovens. Essas referências, que o autor chamou de “desterritorializadas”,

fazem parte de uma nova gramática compartilhada entre todos os jovens do mundo. Porém, esses símbolos e objetos são ressignificados localmente, e o território, o local, também atua como definidor para o pertencimento a um grupo, bem como na construção da sua identidade.

IHU On-Line – Qual sua avaliação sobre as motivações destes jovens para participar dos rolezinhos?

Lucia Mury Scalco – As motivações para os **rolezinhos** são, além das dimensões de prestígio e de poder, uma clara estratégia para exercer o poder de circular nos shoppings, como normalmente fazem os outros jovens da mesma idade. Ficou evidente, na etnografia que realizei junto com a colega Rosana Pinheiro-Machado, que a prioridade deles não era meramente vestir-se bem, mas simplesmente existir: ser visto, ser reconhecido e ter prestígio. O interessante é que, ao invés de haver uma contradição entre miséria e ostentação, descobrimos que estávamos diante de duas categorias complementares, em que a segunda era fruto da primeira.

IHU On-Line – Os rolezinhos são frequentados apenas pela juventude da periferia? Não haveria a participação também de jovens de classe média?

Lucia Mury Scalco – Acredito que os jovens de classe média também marcam encontros nos shoppings, comemoram o final de semestre, como o vídeo que circula na internet, e a palavra “rolé” é uma gíria usada por muitos jovens, que significa passear, dar uma volta, se divertir. Mas o que tem despertado tanto medo e rancor é, isto sim, os rolezinhos organizados pela juventude da periferia.

IHU On-Line – Se estes jovens usam roupas de marcas e grifes, eles (suas famílias) possuem um certo poder aquisitivo. É possível então identificar estes jovens com grupos integrantes das classes C e D que estão em ascensão econômica?

Lucia Mury Scalco – Sim, acredito que é possível associar esses jovens da periferia como membros das chamadas classes e também relacionar esse aumento de consumo a políticas públicas

de distribuição de renda e ao aumento da linha de crédito, cujo efeito mais aparente e imediato é a ampliação do poder de compra. Mas na nossa etnografia encontramos jovens muito pobres, que se encaixariam perfeitamente numa classe D. Ressalto que, para a antropologia, essa classificação quantitativa é pouco representativa, pois adotamos uma perspectiva mais abrangente – a de cultura popular, que não é definida apenas pelo capital econômico (poder de compra ou faixa salarial), mas também pelo capital simbólico e social desse jovem.

IHU On-Line – Sendo assim, até que ponto pode-se afirmar que os rolezinhos são um fenômeno decorrente das políticas públicas de distribuição de renda implementadas no Brasil nos últimos governos?

Lucia Mury Scalco – Não acredito nessa afirmação. Os social que vivemos no país. Eles expressam o desejo dos jovens da periferia de participarem da nossa sociedade, de frequentarem os mesmos lugares e territórios que os demais jovens. O abismo social que vivemos é tão estrutural e arraigado que as classes médias e altas nem o percebem. Acredito que seria uma simplificação ligar o Bolsa Família, por exemplo, que tem o seu valor em torno de 150 reais, com o consumo de marcas por parte dos jovens da periferia. Isso revela claramente o pensamento moralista e conservador que impera na nossa sociedade, que pressupõe que, para os pobres, o consumo é (ou deveria ser) norteado somente pela utilidade, pela necessidade e a sobrevivência. Todo o gasto que foge disso é supérfluo e, conseqüentemente, irracional. O consumo ostensivo de marcas caras ou as longas prestações no crediário transformam-se, nesta visão, em alternativas incorretas. Não há muitas saídas para o consumidor de classes populares: ele deve apenas alimentar sua prole.

IHU On-Line – O que significa para esses jovens utilizar roupas de marca? Que valores estes jovens apreenderam da sociedade de consumo?

Lucia Mury Scalco – O vestuário tem uma dimensão central para os jovens que pesquisamos, e podemos afirmar que, literalmente, o ser e ter

se fundem para esses jovens. Por exemplo, ao questionarmos sobre a importância das roupas e o quanto se paga por elas, um rapaz respondeu: “Custa muito caro, mas vale. É diferente de comida, come e acaba; roupa não. Roupa é importante. Aparência é tudo, mostra quem tu é”; “Tu não é ninguém sem marca – a roupa que tu está usando mostra quem tu é –, na vida se é o que se tem”.

Os valores que eles apreendem da sociedade de consumo é que é preciso “estar na moda” para serem incluídos socialmente, e que vale a pena, sim, realizar grandes sacrifícios para conseguirem esse fim.

Eles acreditam que o consumo material pode transmutar exclusão em inclusão. Sob essa perspectiva, acreditamos que o consumo de roupa de marca pelos jovens da periferia deve ser tratado como uma forma de agência, empoderamento e cidadania.

IHU On-Line – Qual o significado do shopping para estes jovens, tendo em vista que eles poderiam se reunir em praças ou outros locais públicos?

Lucia Mury Scalco – Sempre existiram encontros de jovens em shoppings. Os motivos são muitos: conforto, segurança, praticidade, lazer, praça de alimentação, etc. São lugares centrais para o consumo, e onde acontece a sociabilidade. É muito mais um espaço de encontro, é um lugar simbólico que confere prestígio e que agora, cada vez mais, os jovens das classes populares querem ocupar e usufruir.

IHU On-Line – Nesta linha, o que estes jovens nos revelam sobre os valores e os preceitos de nossa própria sociedade?

Lucia Mury Scalco – Que o consumo é uma categoria central para o entendimento da modernidade e que a Antropologia traz muitas contribuições para o entendimento desse fenômeno, uma vez que dá voz e tenta entender as motivações e lógicas dos sujeitos. Observamos que, para os jovens, a marca da roupa é muito valorizada pelo grupo, contribuindo para o processo de identificação e classificação.

Neste sentido, tênis, calça jeans, bonés, roupas e objetos são sinônimos de status e de pres-

tígio. Especificamente sobre consumo popular, a Antropologia do Consumo contribui chamando a atenção para a dimensão simbólica presente no ato da compra, refutando a visão simplista do pensamento puramente economicista, onde a escassez, a necessidade e a lógica da sobrevivência seriam categorias para explicar o consumo dessa parcela da população brasileira, em que a necessidade é a variável explicativa da demanda.

Portanto, ao nos depararmos com jovens que vestem marcas originais literalmente dos pés à cabeça, mas cujas famílias muitas vezes passam fome, há uma tendência reducionista de classificar esse ato como irracional e supérfluo. Porém, como atestam as etnografias e a teoria antropológica, sabemos que as dimensões simbólicas do consumo se sobrepõem às práticas, na medida em que um símbolo socialmente valorizado é tão vital para a existência humana quanto o alimento. Finalizando, para as classes populares, o direito a ter acesso a bens como educação, saúde, habitação confunde-se semanticamente com consumo (compra de uma mercadoria). A inclusão social se dá através da dimensão do consumo.

IHU On-Line – Participar de um rolezinho no shopping tem algum caráter de enfrentamento, de ocupação, ou possui mais este desejo de ser incluído na sociedade?

Lucia Mury Scalco – Acho perigosas as generalizações sem um aprofundamento etnográfico, mas pelo que acompanhei acredito que sim, existe um caráter de enfrentamento e de ocupação, talvez ainda impulsionado pelas manifestações do ano passado. Mas, paradoxalmente, não é um movimento de protesto contra os shoppings, contra o consumo, e sim uma adesão a essas práticas.

IHU On-Line – Estes jovens, como de resto a nossa sociedade como um todo, carecem de uma formação política consolidada. Este fato pode favorecer sua manipulação com fins partidário-eleitorais?

Lucia Mury Scalco – Acredito que não exista esse risco, pois o nosso sistema político tradicional (partidário-eleitoral) está tão em crise que não possui representatividade e legitimidade para esses jovens. Não penso que haja espaço para al-

gum tipo de manipulação e não concordo com a avaliação feita de que os jovens não têm uma formação política consolidada. É uma ampla discussão, porém somente esse distanciamento que vivemos com as classes políticas já é um posicionamento e um recado para a classe política: “você não nos representam”.

IHU On-Line – É possível conceber uma relação entre o comportamento dos jovens que querem ter acesso aos bens de consumo e o comportamento das elites que almejam compartilhar os hábitos de consumo europeus e estadunidenses? Este comportamento de viés consumista não é observado em todas as camadas sociais?

Lucia Mury Scalco – Sim, com certeza o consumo é uma categoria central para o entendimento da modernidade, como eu disse antes. Consumo existe em todas as classes sociais, e especificamente os jovens da periferia não podem ser reduzidos a meros consumistas desenfreados, eles não podem ser vistos somente pela lente econômica, que sempre põe em relevo as suas penúrias e carências. Não é só reprodução. Existe agência, protagonismo e escolhas. O consumo entre esses jovens é um ato que negocia custo-benefício, razões práticas e simbólicas, dinheiro e amor, efemeridade e duração.

IHU On-Line – Vivemos a sociedade da exclusão, que mede o valor da pessoa pelas suas posses e trata com autoritarismo, violência e preconceito aqueles que não geram riqueza econômica. Ao querer fazer parte desta lógica, estes jovens não são contrários à transformação social?

Lucia Mury Scalco – Acredito que o movimento é paradoxal e foge um pouco daquelas velhas dicotomias com as quais estamos acostumados a refletir a realidade. Não é um movimento de protesto tradicional, de revolta e crítica, é de adesão, de inclusão. Mas a novidade está em que agora mais incisivamente procuram e reivindicam espaço e direitos.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo?

Lucia Mury Scalco – O contexto social e econômico desses jovens de periferia realmente aponta para um universo marcado pela escassez de recursos, mas nossa pesquisa mostra que, através do consumo, é possível (na visão desses jovens) inverter essa realidade, pois, ao aflorar abundância e riqueza material, eles fazem do ato de se vestir uma ação que subverte a ordem estabelecida e dada (qual seja, de pobreza e discriminação). Termina com uma frase de um dos meninos com o qual conversamos: “Eu não sou o jovem pobre, favelado, sem perspectiva. Eu tô podendo”.

Por Luciano Gallas

Os direitos humanos e a violência social

Entrevista especial com Salete Valesan

“Promover o desenvolvimento sem considerar a garantia dos direitos humanos não vai ajudar a superar as desigualdades que existem na nossa sociedade atual”, afirma a pedagoga.

“Estamos longe de ter justiça social, política, ambiental e econômica como princípios que nos regem na vida em comunidade. Quanto mais na dinâmica do mercado, que alimentamos e reproduzimos em forma de desenvolvimento. Promover o desenvolvimento sem considerar a garantia dos direitos humanos não vai ajudar a superar as desigualdades que existem na nossa sociedade atual”, destaca Salete Valesan, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ao comentar a realização do **Fórum Mundial de Direitos Humanos – FMDH**, organizado em dezembro de 2013 em Brasília.

Salete Valesan é pedagoga e psicopedagoga. É mestre em Educação pela Universidade de São Paulo – USP, coordenadora executiva na Sede Brasil da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso e coordenadora da área de Participação, Sociedade Civil e Processos de Mobilização da mesma instituição. Participa da militância dos movimentos sociais e populares, incluindo as organizações do Fórum Social Mundial e do Fórum Mundial de Educação. De 1980 a 2003, atuou como professora e coordenadora pedagógica nas redes pública e privada de ensino em São Paulo.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais foram os principais objetivos do Fórum Mundial de Direitos Humanos – FMDH realizado em Brasília?

Salete Valesan – Promover um espaço de debate público sobre direitos, em que sejam tratados

seus principais avanços e desafios, com foco no respeito às diferenças, na participação social, na redução das desigualdades e no enfrentamento a todas as violações de direitos humanos.

IHU On-Line – Houve equilíbrio na representação de organizações estatais e dos movimentos sociais entre as 730 entidades envolvidas na organização das atividades?

Salete Valesan – Podemos dizer que sim. Uma das diferenças entre o Fórum Social Mundial – FSM e o Fórum Mundial de Direitos Humanos – FMDH é esta. No FSM o Comitê Organizador é composto somente pela sociedade civil e no FMDH é composto pela representação da diversidade da sociedade. Isso foi fundamental para o resultado do Fórum.

IHU On-Line – Quais foram os principais debates realizados? Que deliberações foram produzidas?

Salete Valesan – Os temas gerais foram: os direitos humanos como bandeira de luta dos povos – com foco nos movimentos sociais; a universalização de direitos humanos em um contexto de vulnerabilidades; e a transversalidade dos direitos humanos.

Já as deliberações são diversas. Como a criação e fortalecimento de campanhas, redes e fóruns; o lançamento da próxima Conferência Nacional de Direitos Humanos para 2015; a consolidação de grupos de estudos, pesquisas e publicações; a decisão das próximas edições do FMDH – em dezembro de 2014 no Marrocos e em dezembro de 2015 na Argentina.

IHU On-Line – O direito à comunicação foi um dos temas debatidos no FMDH. A

promoção dos direitos humanos encontra espaço nas redes sociais? E nas mídias tradicionais?

Saete Valesan – Nas redes sociais, mídias livres e alternativas, sim, pois faz parte da sua natureza. Nas mídias tradicionais, ao mesmo tempo que existe uma possível promoção dos direitos humanos, também existe um culto ao sensacionalismo que sempre promove mais espaço para a divulgação da perversidade, da violência e da reprodução do preconceito.

IHU On-Line – O que a recente publicação de um anúncio no sítio Mercado Livre vendendo crianças negras, em suposto tom humorístico, revela sobre o respeito aos direitos humanos em nossa sociedade?

Saete Valesan – Revela uma sociedade medíocre e preconceituosa. Que está perdendo valores fundamentais da vida em grupo, como a ética, a liberdade, a justiça e o estado democrático de direitos.

IHU On-Line – De que instrumentos a sociedade brasileira dispõe hoje para exercer o direito à comunicação?

Saete Valesan – Das ruas para as mobilizações, das tecnologias livres e criadas pela militância, dos espaços de mídia livre e alternativa, das redes sociais, de algumas legislações, dos espaços de atuação na comunicação como os conselhos, comissões e comitês e da sua militância corajosa que atua por meio de campanhas, redes, movimentos sociais, ONGs, jornais, rádios, TVs, tabloides, muros, paredes, internet, disque denúncias, Lei do Acesso à Informação... Pouquíssimo na grande imprensa, que define e organiza o que é direito à comunicação a partir do mercado.

IHU On-Line – Nesta mesma perspectiva, o que pode ser dito sobre os direitos das mulheres?

Saete Valesan – Aqui no Brasil há um paradoxo. Ao mesmo tempo que avançamos em políticas públicas para promover e garantir os direitos das mulheres, incluindo aqui a criação da **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, o **Conselho Nacional** e a **Lei Maria da Penha**, ainda temos um índice alarmante de violência de toda a

natureza contra as mulheres. Se considerarmos as meninas, as adolescentes e as jovens que sofrem violência, teremos um quadro assustador.

IHU On-Line – Em que aspectos a sociedade brasileira precisa evoluir em relação aos direitos de grupos sociais marginalizados?

Saete Valesan – Na aceitação de que é excludente, injusta e preconceituosa. Estamos longe de ter justiça social, política, ambiental e econômica como princípios que nos regem na vida em comunidade. Quanto mais na dinâmica do mercado, que alimentamos e reproduzimos em forma de desenvolvimento. Promover o desenvolvimento sem considerar a garantia dos direitos humanos não vai ajudar a superar as desigualdades que existem na nossa sociedade atual.

IHU On-Line – Poderia citar exemplos de iniciativas em andamento no Brasil que contemplem a garantia e a defesa dos direitos humanos?

Saete Valesan – Muitas, tanto pelo Estado como pela sociedade civil. Seguem alguns: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Estatuto da Juventude; Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha; Lei de Acesso à Informação – LAI; Comissão Nacional da Verdade; Comissão da Anistia; Pastorais da Criança, da Juventude, da Terra e a Carcerária; Programas de Proteção de Testemunhas, de Vítimas e de Defensores dos Direitos Humanos; Ouvidorias; Disque Denúncia; Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos; Plataforma DHESCA; Mecanismo de Combate à Tortura; Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Direitos Humanos; e Conselhos Nacionais.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo?

Saete Valesan – É fundamental a integração dos três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – com a sociedade brasileira para construir o que o Fórum Mundial de Direitos Humanos deixou como legado que é uma nova cultura dos direitos humanos no Brasil.

Por Luciano Gallas

As manifestações e a luta por outro modelo de democracia

Entrevista especial com Ricardo Antunes

“Os novos descontentes do mundo perceberam que o capitalismo é profundamente destrutivo, ainda que tenham percebido isso intuitivamente”, afirma o cientista social Ricardo Antunes

“O parlamento não está nas mãos do povo, o Poder Executivo não está nas mãos do povo, o Poder Judiciário não está nas mãos do povo, de tal modo que estas manifestações intuitivas, embrionariamente, espontaneamente, estão dizendo que querem mais democracia direta, mais assembleias populares, maior representação direta”, afirma o professor Ricardo Antunes. Para ele, a democracia direta “é o oposto desta democracia formal [atual], a qual, se permite liberdade de manifestações, ainda que restritas, é ao mesmo tempo profundamente antidemocrática no que diz respeito a uma autêntica participação popular, que só ocorre efetivamente quando é inspirada em uma democracia mais direta”.

Nesta entrevista, concedida à **IHU On-Line** por telefone, Ricardo Antunes identifica nos jovens estudantes trabalhadores, ou trabalhadores estudantes, o principal polo de organização das manifestações de junho de 2013 no Brasil. “Estes são os novos descontentes do mundo, os quais perceberam que o capitalismo é profundamente destrutivo, ainda que tenham percebido isso intuitivamente: o transporte não funciona, a saúde não funciona, e assim por diante, entre tantos problemas que apareciam nas manifestações, manifestações estas que é preciso estudar e que é preciso compreender”, destaca o docente. Ele enfatiza também que, se as manifestações de outubro tornaram-se mais violentas, é “porque há a violência policial e há a violência da sociedade. Alguns destes grupos [de jovens] entendem

que não há mais alternativas para responder a esta sociedade violenta. Eu imagino, porque não há ainda muitos estudos sobre isso, que a maior parte dos jovens que estão nos Black Blocs não são filhos da classe média alta, mas são jovens da periferia, que vivem a violência cotidiana na sua porta, no seu bairro, na sua rua, através da polícia que reprime”.

Ricardo Antunes possui mestrado e doutorado em Ciências Sociais, respectivamente pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e pela Universidade de São Paulo – USP. Realizou pós-doutorado na *University of Sussex*, no Reino Unido, e obteve o título de Livre Docência pela Unicamp, onde atualmente é professor titular de Sociologia. É organizador de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2006) e de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil Vol. II* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), e autor, entre outras obras, de *O continente do labor* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2011), *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho* (São Paulo: Cortez, 2010), *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo Editorial, 1999) – a última, publicada nos Estados Unidos, Inglaterra/Holanda, Itália, Argentina, Venezuela e Colômbia.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como as manifestações de junho/julho no Brasil podem ser interpretadas no contexto da luta de classes?

Ricardo Antunes – Em várias dimensões, desde que eu tenha uma noção ampla de luta de classes e que eu compreenda também que as manifesta-

ções tiveram dentro delas um caráter policlassista. Mas estas manifestações têm uma conexão com o trabalho. Em termos gerais, é possível dizer, pelo menos no que se refere às grandes manifestações que ocorreram nas capitais – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Vitória e tantas outras –, que o polo social predominante era composto pelo estudante que trabalha ou pelo trabalhador que estuda. É aquele jovem estudante/trabalhador ou jovem trabalhador/estudante que trabalha no setor de serviços urbanos e que sai de madrugada de casa, pega trem, porque mora na periferia, depois pega metrô, depois pega ônibus... Ele vai trabalhar durante o dia e, ao terminar seu trabalho, o salário permite que ele pague uma faculdade privada, entre tantas faculdades de massa que muito cobram e pouco oferecem.

Estes jovens dependem, digamos vitalmente, das condições de vida urbanas que estão tão degradadas. Nós sabemos que o transporte público foi privatizado, que a saúde pública está degradada e que resta a alternativa dos convênios para grande parte da população, porque o SUS, embora seja um projeto importante, enfrenta escassez de recursos comparativamente com o que deveria ter. Se o país desse atenção central à saúde, o SUS não estaria degradado, a previdência em geral não estaria degradada. Então essas manifestações de massa questionaram essa comoditização, que é uma expressão que começa a estar presente em diversas partes do mundo – vem de commodities, é a mercantilização da res publica. Estas manifestações, a partir de um dado momento, em que elas se tornaram manifestações de massa, passaram a ter um caráter policlassista, reunindo também estudantes universitários que não trabalham, estudantes secundaristas que não trabalham, e pais, mães, amigos dos estudantes.

Quando começou a brutal repressão da polícia, as manifestações deixaram de ser de três, quatro, cinco, dez mil, para ser de 100, 200, 300 mil manifestantes. A partir deste momento, houve um alargamento da base social das manifestações. Porém, e isso é vital, estas manifestações encontraram o seu principal polo social neste novo proletariado urbano, neste novo proletariado não industrial de serviços, que atua nos fast foods, no

comércio, nos call centers, nesta ampla gama de atividades que foram mercadorizadas, privatizadas e que exigem a presença de um jovem trabalhador, onde a rotatividade é alta, onde os salários são baixos. Isso que grotescamente o governo e seus ideólogos chamaram de classe média, e que não é classe média, é o trabalhador que ganha mil, mil e poucos reais, que paga 200 reais, 300 reais para uma faculdade privada e que, mesmo quando tem algum desconto, algum benefício – como o ProUni, por exemplo –, paga caríssimo por um transporte coletivo.

Levante contra o sistema

Esta população manifestou seu desagravo, o seu descontentamento, a sua rebeldia, contra o sistema destrutivo que domina a vida nas cidades. É neste sentido um levante que transcende a classe trabalhadora, porque reúne contingentes das camadas médias, dos estudantes, das pequenas burguesias urbanas. Entretanto, embora ele transcenda a classe trabalhadora, ela foi predominante [nas manifestações]. Há várias pesquisas feitas que mostram que algo em torno de 70% do contingente que lá estava marcando presença era formado por trabalhadores destes setores que eu citei. Ou seja, eram jovens que trabalham. De tal modo que estas manifestações não passaram ao largo da classe trabalhadora. Outra coisa: a classe trabalhadora, digamos assim, mais tradicional, aquela que está na fábrica metalúrgica, na fábrica química, no ramo têxtil, nos bancos, naturalmente não podia sair do trabalho, parar, fazer uma greve para participar de uma manifestação de rua favorável ao passe livre.

Quem acompanha a vida social do país vê que, depois de junho, nós já tivemos greves muito importantes no Brasil, como a dos professores públicos – aliás, estes estavam muito presentes nas manifestações –, os quais vivem uma brutal degradação das condições de ensino, uma brutal degradação das condições de trabalho e de salário, uma brutal degradação da escola pública, e que compreende um proletariado dos serviços públicos. Mas aqueles setores que estão nas fábricas, nas empresas, os quais talvez tenham aderido

muito pouco às manifestações, só quando saíam do trabalho podiam participar de uma e de outra manifestação. De qualquer forma, desde junho estes estão fazendo greves, como a dos petroleiros, como a dos bancários, dos metalúrgicos. São várias as greves que têm ocorrido no país. Porque é muito difícil uma categoria de trabalhadores paralisar uma fábrica e fazer uma passeata pelo passe livre; mas é muito plausível, como tem ocorrido, que elas parem o trabalho das fábricas para lutar por melhores condições de trabalho, melhores salários, direitos do trabalho que estão sendo burlados, etc. Este é o primeiro elemento amplo do qual eu queria falar.

Descontentamento mundial

O segundo elemento é que estas rebeliões não ocorrem só no Brasil. Nós as estamos vendo desde o Egito, a Tunísia, o Iraque, a Síria e vários outros países do Oriente Médio. Elas explodiram também na Grécia, em Portugal, na Espanha, com os indignados, chegou à Itália, Reino Unido, Alemanha, França, resultou no Occupy Wall Street. Antes disso, dois ou três anos atrás, houve a rebelião inglesa dos bairros mais populares de Londres, como em Brixton, a partir de quando esta explosão se espalhou para várias cidades, como Birmingham e Manchester, e inclusive para outros países do Reino Unido. De tal modo que há um cenário mundial de insatisfação e descontentamento. Este cenário tem a prevalência das classes mais populares e, dentro destas classes populares, daqueles contingentes mais precarizados e dos desempregados das classes trabalhadoras.

No meu entendimento, não é possível pensar nestes movimentos sem relacioná-los com esta condição muito viva deste contingente da classe trabalhadora, que sabe que não é classe média, que sabe que lutou, que entrou na faculdade, que acreditou que os seus empregos iriam melhorar, acreditou que estudando teria mais qualificação, e que, ao terminar a faculdade privada, salvo raríssimas exceções, em termos de trabalho e salário, não obtenha nenhum salto no que concerne a um emprego mais qualificado. Este mito de que o país ia bem desmoronou. Eu publiquei um

artigo no início das rebeliões no Brasil na Folha de São Paulo, chamado Fim da letargia. Acabou aquele período em que se acreditava que o Brasil avançava para um país em desenvolvimento, que iríamos ser a sétima economia do mundo, ou a quinta economia do mundo. Este mito ruiu, e com ele o projeto do PT, o projeto do PSDB e, junto com eles, o projeto de todos estes agrupamentos tradicionais.

O que não quer dizer que, nas próximas eleições, são estes jovens trabalhadores que vão decidir, porque há uma questão muito importante para se investigar nestes fenômenos, que é um fosso, um cânion, entre as manifestações das praças públicas, das ruas, das avenidas, e o processo político institucional, o processo parlamentar e mesmo o processo político-eleitoral. Só para citar um exemplo recentíssimo: a eleição do primeiro turno do Chile, que é outro país que nos últimos três anos tem vivenciado rebeliões muito importantes dos estudantes, rebeliões estas que atingiram e se ampliaram também para a classe trabalhadora no último ano e meio. Nesta eleição, como o voto tornou-se não obrigatório no Chile, mais de 50% da população, entre ela parte desta juventude, não foi votar. O absentismo no Chile é enorme, é grande na Espanha, é grande em Portugal e é maior ainda nos países em que o voto é obrigatório, nos quais este absentismo está presente nas justificativas de ausência de voto, no voto nulo, no voto em branco. Quando a votação é livre, e não obrigatória, as eleições se mostram marcadas sempre por altos níveis de absentismo. É mais ou menos neste cenário que eu penso que nós podemos ver a dimensão de luta de classes e as dimensões políticas destes movimentos.

IHU On-Line – De que forma a questão do trabalho impacta sobre os jovens presentes nestas manifestações?

Ricardo Antunes – Este jovem acreditou no mito de que teria trabalho: qualificando-se ao terminar a faculdade, ele teria melhores salários e teria melhores condições de vida. Entretanto, embora ele possa conseguir emprego, a rotatividade é alta – o emprego no call center, por exemplo, é terrível; o emprego no comércio é terrível, a rotatividade é igualmente alta. Além disso, assim como

há o aumento do emprego formal, há também o aumento da informalidade, da terceirização, que frequentemente é mais informal do que formal. Eles acreditaram no mito de que estudando o trabalho estaria garantido, de que fazendo uma faculdade o trabalho seria quase uma consequência natural. Entretanto, agora, estes jovens percebem que o trabalho é precário, e que ainda assim é preciso suar a camisa para consegui-lo.

Este jovem depende do trabalho, ele não pode sonhar em viver sem um trabalho. O mito da carochinha de uma sociedade sem trabalho é grotesco. As populações pobres, que no Brasil se conta na casa das dezenas de milhões, os jovens pobres, dependem do trabalho como a única forma de se inserir socialmente e de preservar a sua sobrevivência. Nenhum jovem está satisfeito em viver das “migalhas” do Bolsa Família, que é um programa puramente assistencial, sem nenhum significado estrutural profundo. De tal modo que o sonho de conquistar um trabalho melhor está sendo cotidianamente vilipendiado e fraudado. É preciso lembrar ainda que este jovem trabalhador que estuda ou este jovem estudante que precisa trabalhar para estudar, para pagar sua faculdade, precisa de duas horas e meia, três horas por dia para ir trabalhar e de outro tanto para voltar, utilizando ônibus lotados, transportes que tratam o trabalhador como gado. No caso das trabalhadoras, tem ainda uma questão de gênero vital, porque frequentemente estas jovens, estas mulheres trabalhadoras entram em trens, metrô, ônibus, e são apertadas, assediadas. Então a vida no trabalho é um sofrimento cotidiano. E isso faz com que o mito de ter um bom trabalho sofra uma corrosão.

IHU On-Line – Avaliações semelhantes podem ser produzidas sobre as manifestações de outubro (que denunciam a violência racista e classista presente nas regiões urbanas)?

Ricardo Antunes – Claro, só que veja bem: não é possível manter um conjunto de manifestações de massa ao longo de vários meses. Assim como ocorreu na Espanha, as manifestações brasileiras têm um caráter de explosão, expansão e refluxo. Mas elas são também manifestações polissêmicas,

então passam a ser mais profundas em bairros da periferia que passam por dificuldades na saúde pública, por exemplo, ou resultam na ocupação de estradas por uma população que tem que pagar pedágio para andar quatro ou cinco quilômetros pela rodovia para se deslocar de um bairro a outro, e que paga caríssimo para fazer isso.

Houve manifestações de vários tipos. O Rio de Janeiro tornou-se a cidade mais politizada. Houve uma combinação explosiva de um governo estadual altamente corrupto – as manifestações da imprensa são suficientes para demonstrar isso – e um governo municipal altamente comprometido com determinados projetos nefastos. Bastaria dizer que se gastou muito dinheiro – e imagina-se quem sejam os proprietários dos terrenos com vínculos com o governo – para receber o Papa [Francisco], depois choveu e mudou tudo. É um desmando completo. Em uma cidade em que a favelização é objeto de uma disputa entre o narcotráfico de um lado e a milícia de outro, a cada dia um pobre desaparece. A pretexto de se combater a criminalidade, um Amarildo desaparece a cada dia.

Esta luta fez emergir o fenômeno dos **Black Blocs**. As manifestações tornaram-se mais violentas porque há a violência policial e há a violência da sociedade. Alguns destes grupos entendem que não há mais alternativas para responder a esta sociedade violenta. Eu imagino, porque não há ainda muitos estudos sobre isso, que a maior parte dos jovens que estão nos **Black Blocs** não são filhos da classe média alta, mas são jovens da periferia, que vivem a violência cotidiana na sua porta, no seu bairro, na sua rua, através da polícia que reprime. Isso criou este quadro. E, se não é mais possível ter manifestações todo dia de 200 mil, 300 mil pessoas, é possível ter manifestações de 10 mil, 5 mil, 2 mil, 500 pessoas em várias regiões e várias áreas, construindo-se formas distintas de manifestação do descontentamento social.

IHU On-Line – Estes protestos foram convocados e organizados a partir principalmente das redes sociais. As plataformas digitais são hoje o principal espaço de “convivência” social e laboral?

Ricardo Antunes – Laboral certamente não, embora o espaço internético midiático e as redes [sociais] tenham se tornado referência para as manifestações no mundo inteiro, do Oriente Médio à Europa, dos Estados Unidos ao Brasil, Chile e Argentina. É muito importante lembrar que, durante as primeiras manifestações, as quais reuniam mil, 2 mil, 3 mil trabalhadores em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Belém, Salvador, a imprensa se referia aos participantes como “vândalos e baderneiros”. Não havia violência nenhuma, mas [os manifestantes] eram baderneiros porque paravam a Avenida Paulista ou a Marginal Tietê [em São Paulo], e isso trazia baderna, segundo a voz uníssona da imprensa. Ou porque paravam a Avenida Brasil [no Rio de Janeiro], e assim sucessivamente. A imprensa tratou isso duramente.

De qualquer forma, há uma ambiguidade espetacular nas redes sociais. Ao mesmo tempo que as redes sociais permitem que um império destrutivo como o norte-americano, este verdadeiro estado terrorista, controle a vida de milhões de pessoas – eles sabem a vida, os hábitos de consumo, para quem se telefona, com quem se fala; estes e-mails hoje são todos censurados –, é também pela internet que os jovens, especialmente os jovens dessociabilizados da vida urbana – aqueles que enfrentam a lei da selva; porque você briga para entrar no ônibus, você briga para entrar no carro e, para fazer um trajeto de cinco quilômetros que levaria cinco minutos, você leva uma hora e meia –, se organizam, que permite a, digamos assim, volatilidade das manifestações, pois é muito rápida a sua organização pelas redes sociais.

No meu modo de ver, e enfatizo isso com muito destaque, as redes sociais não causam as rebeliões, as redes sociais permitem que as rebeliões explodam, aflorem. Uma manifestação de rua pode ser convocada em poucas horas e por milhares de pessoas. Este é um elemento novo. As redes sociais, portanto, não são o espaço do lazer. Claro que nós sabemos, por outro lado, que há muitos trabalhos que são conectados pela internet, os quais você faz da sua casa – você pode trabalhar de casa, no seu escritório, no seu quarto, onde for. Mas o espaço que a internet por exce-

ção tem pervertido é o espaço da mobilização rápida, ágil, em um tempo quase virtual, como é o mundo internético.

IHU On-Line – Que ser social (sujeito) está presente nestas manifestações?

Ricardo Antunes – Este ser social é um jovem que não tem experiência de luta política nas grandes massas, não tem experiência de ação política. Apesar de serem muito espontâneos, os movimentos só ocorreram, só atingiram 50, 60, 100, 200 mil pessoas, porque houve manifestações organizadas do Movimento Passe Livre, que já existe há vários anos, desde 2007, 2008, em várias capitais, entre as quais cito Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Vitória, Salvador, Belo Horizonte, entre tantas outras, para tentar não excluir nenhuma. Nas manifestações do comecinho de junho, estavam presentes os setores jovens, a juventude de esquerda, PSOL, PSTU, PCB, o Movimento Passe Livre, que é uma organização mais horizontalizada, mas que inclui os autonomistas, os anarquistas, militantes socialistas, marxistas, os partidos de esquerda, grupamentos menores, movimentos sociais como o dos sem teto.

Quando as manifestações começaram, não foi a direita que chamou estas manifestações. A direita tentou, inclusive setores de direita fascistas tentaram, pegar carona no movimento num momento em que a imprensa começou a ver que a mobilização era irreversível e tentou conduzi-lo para um movimento não político contra os partidos, apenas contra a corrupção, e assim tentar desgastar algumas bandeiras e enfatizar outras. Lembro que houve manifestações, e participei de algumas aqui em Campinas, onde resido, em que havia estudantes de 12, 13, 14 anos participando, para muitos dos quais era, inclusive, o primeiro aprendizado de que é preciso sair da toca, de que ninguém faz manifestação só de casa pela internet, que a internet é muito importante como uma mídia social de massa, mas que a manifestação implica ir para a rua, para a praça pública, e que só pela praça pública, pela manifestação de grandes contingentes, é que isso muda.

E o resultado é que as passagens baixaram de preço, que os pedágios baixaram, que o Congresso [Nacional] tratou de correr com algumas

coisas. Nós todos lembramos aquele dia em que a massa tomou a cúpula do Congresso. Por pouco ela não invadiu o Congresso, o Palácio do Planalto. Quer dizer, o país esteve em suspensão durante três, quatro, cinco, seis dias, quando ninguém sabia o que iria acontecer. Em um primeiro momento, havia partidos, grupamentos, juventude, militantes neste movimento. Entretanto, de repente ele expandiu para um amplo leque da juventude. Em muitas das manifestações, os institutos de pesquisa divulgaram um dado de que aquela era a primeira manifestação que essa “estudantada” ia, primeira vez, a uma passeata. Isso mudou a qualidade destes participantes e hoje eles sabem que têm força se forem coletivamente para as ruas.

IHU On-Line – No que este sujeito se difere do jovem da década de 1990, que organiza as manifestações dos caras-pintadas?

Ricardo Antunes – Em muito. Eu tenho dito o seguinte: na nova morfologia do trabalho, o trabalhador das cidades, o proletariado de serviços, o trabalhador dos hotéis, dos shoppings, o trabalhador do supermercado, aquele que trabalha nos fast foods, aquele que trabalha nas empresas de telefonia (call centers), estes novos trabalhadores não têm ainda uma representação sindical nem política sólida. Os trabalhadores e as trabalhadoras de call centers, por exemplo, são hoje aproximadamente 1 milhão e 600 mil pessoas no Brasil, das quais entre 70% e 80% são mulheres. E são poucos os sindicatos que as representam. Isso é um indicativo de que são sujeitos diferentes. A juventude de hoje acreditou que, estudando como seus pais, teria melhores empregos. Isso demonstrou não ser verdadeiro. Na Espanha, na população entre 17 e 23 anos, hoje o nível de desemprego passa de 60%. Então o jovem olha para o lado, vê o pai com 45 anos, engenheiro, desempregado, olha para o outro lado, vê a mãe, economista, quarenta e poucos anos, desempregada. Ele vai falar: “para que eu vou estudar?”. Por isso é uma geração que ni estuda, ni trabaja – não estuda e não tem trabalho.

Em uma síntese: as manifestações são as rebeliões deste novo contingente jovem. Estas manifestações têm um corte geracional, é uma gera-

ção jovem; têm também corte generacional, são estudantes, meninos e meninas, jovens trabalhadores homens, jovens trabalhadoras mulheres; e têm cortes étnicos – se você analisa outras partes do mundo, percebe que são os imigrantes que estão se rebelando. É um contingente novo que se diferencia, no caso brasileiro, daquele estudante que foi para a rua pelo impeachment de Collor [de Melo], que era o estudante universitário, majoritariamente ligado à universidade pública. O estudante de hoje passa da casa dos 7 milhões que estão frequentando o ensino superior, a grande maioria em faculdades privadas, ultraprecárias e cada vez mais transnacionalizadas, que cobram caro e que venderam a ilusão do sucesso que nunca chega. Então estes são os novos descontentes do mundo, os quais perceberam que o capitalismo é profundamente destrutivo, ainda que tenham percebido isso intuitivamente. O transporte não funciona, a saúde não funciona, e assim por diante, entre tantos problemas que apareciam nas manifestações, manifestações estas que é preciso estudar e é preciso compreender.

IHU On-Line – Você citou que temos de aprender com as manifestações. Elas serão capazes de propor alternativas ao modelo de democracia representativa?

Ricardo Antunes – Podemos falar muito sobre o que aconteceu, sobre como foram as manifestações, mas podemos falar pouco sobre que consequências teremos. A primeira coisa que posso dizer com tranquilidade, e isso é mais ou menos evidente, é que as manifestações mostraram que existia um fosso, sobre o qual eu falei na primeira pergunta, e que este era um fosso enorme. Se nós fizermos uma pesquisa hoje: “qual é a instituição no Brasil cuja crise de credibilidade é a maior de todas?”, não paira nenhuma dúvida de que a resposta principal será “o parlamento”. A população sabe que o parlamento brasileiro hoje é fundamentalmente um centro de negócios, **lobbies**, transações, interesses dominantes, sejam estes interesses dos bancos, do agronegócio, dos grandes industriais, enquanto os interesses da população passam longe. Basta dizer que atualmente está em debate no parlamento a terceirização cabal da sociedade brasileira, sobre a qual

escrevi recentemente um artigo na Folha de São Paulo. Se este projeto do [deputado Sandro] Mabel (PMDB-GO) passar, teremos uma nova falésia social no Brasil. Quer dizer, vamos ter um processo ainda maior de corrosão social, de fratura social, porque um país onde a terceirização da atividade fim é implantada, como se já não bastasse a tragédia da terceirização das atividades meios, é um país que trata a classe trabalhadora como um contingente sem direitos.

Outra coisa que é possível perceber nas manifestações: elas não querem consertar essa democracia. Estão mostrando que esta democracia que é chamada de democracia é muito curiosa, porque, na origem etimológica da palavra, democracia é poder do povo, e o parlamento não está nas mãos do povo, o Poder Executivo, o Poder Judiciário não estão nas mãos do povo, de tal modo que estas manifestações intuitivas, embrionariamente, espontaneamente, estão dizendo que querem mais democracia direta, mais assembleias populares, maior representação direta. Você imagina o papel importante que teria se os representantes eleitos tivessem seus mandatos revogados toda vez que deixassem de representar condignamente, segundo as bandeiras para as quais foram eleitos, os seus representados. Então estamos vendo o nascimento, digamos assim, de embriões e germes de uma democracia direta, que é o oposto desta democracia formal, a qual, se permite liberdade de manifestações, ainda que restritas, é ao mesmo tempo profundamente anti-democrática no que diz respeito a uma autêntica participação popular, que só ocorre efetivamente quando é inspirada em uma democracia mais direta.

IHU On-Line – A reivindicação de políticas públicas efetivas de transporte, saúde e educação pode tornar-se bandeira de luta unificada de estudantes e trabalhadores de vários setores no Brasil de hoje?

Ricardo Antunes – Pode. E já se tornou, porque, em São Paulo, as manifestações iniciaram nos primeiros dias de junho com muitos estudantes da USP [Universidade de São Paulo], mas já agregava os estudantes da periferia e o mundo do trabalho. De repente, já era o trabalhador da

periferia que via a manifestação pelo passe livre e que pensava: “se é para pedir o passe livre, eu também entro nessa”. Assim, as manifestações demonstraram que, na massa, algumas bandeiras podem se tornar vitais. O grande filósofo húngaro marxista Georg Lukács, de quem foi publicado agora recentemente no Brasil o volume 2 de sua monumental *Para uma ontologia do ser social* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013), e eu tive o prazer de fazer a nota de orelha do livro, diz em um dado momento da obra que a vida cotidiana é uma infundável manifestação de se e mas: “será que eu faço isso?, será que eu faço aquilo?, o que eu vou fazer hoje?, o que eu vou fazer amanhã?”. São os se e mas que nós nos perguntamos no nosso dia a dia, mas que não alteram as nossas vidas. “Será que eu vou comer hoje na minha casa ou vou comer fora?”, isso não altera a minha vida, mas nós nos perguntamos.

Diz Lukács, entretanto, que, quando algumas questões cruciais se condensam, unificam a vida cotidiana, e as populações trabalhadoras percebem que são questões vitais, elas se fundem. Bastaria lembrar dois eventos em dois contextos muito diferentes: a Revolução Francesa de 1789, que tinha como lema liberdade, igualdade, fraternidade – na qual burgueses e sans-culottes, como eram chamadas as classes populares na França, lutaram juntos pela igualdade, pela fraternidade e contra o absolutismo dos reis e o controle excludente e manipulador da igreja – e a Revolução Russa de 1917, de outubro, cujo lema era pão, paz e terra – pão porque a população tinha fome, paz porque ela não aguentava mais lutar a I Guerra Mundial, que não era uma guerra dos trabalhadores russos, mas sim do governo russo, e terra porque, se você tem o controle sobre ela, você produz, sobrevive, gera alimentos. Estas palavras de ordem puseram o povo russo em movimento. Fiz esta digressão para dizer que sim, que estas manifestações de massa tendem a aproximar estudantes e trabalhadores se elas forem capazes de condensar em algumas questões da vida cotidiana a aproximação destes amplos contingentes de massas assalariadas jovens que formam o contingente maior, o polo de propulsão destas manifestações.

IHU On-Line – A institucionalização dos movimentos sociais seria algo desejável?

Ricardo Antunes – Seria uma tragédia. Quando o movimento social se institucionaliza, ele perde a força que tem. Os eventos da CUT [Central Única dos Trabalhadores] e do PT são excepcionais neste aspecto. O PT nasceu como um partido de massa, um partido arraigado na classe trabalhadora, dos trabalhadores da indústria, da classe trabalhadora do campo, dos assalariados médios, do funcionalismo público, e o seu processo de institucionalização – a primeira eleição, a segunda eleição, a eleição seguinte, e assim sucessivamente – o converteu em um partido da ordem. E Marx dizia que um partido da ordem é um partido que representa essencialmente os interesses das classes dominantes.

O segredo dos movimentos sociais é não perder a vitalidade das bases que eles representam, o que supõe direções colegiadas, manifestações em assembleias, democracia direta. O representante pode ser destituído se deixar de representar as bases do movimento. E tudo isso a sua institucionalização elimina. Um sindicato, quando vira um sindicato institucional, perde a sua vitalidade. Não estou com isso dizendo que estes movimentos sociais não devam participar de lutas institucionais, devem sim participar. Mas as lutas institucionais só podem ter algum sentido quando a prevalência delas está nas lutas sociais e quando assumem uma atuação política distinta e radical, no sentido de ir às raízes. Quando o movimento social abandona a sua base social e vai para a institucionalidade, é um primeiro passo

do qual praticamente não haverá mais retorno. Só tem vigência duradora o movimento social que não perde a sua base, a sua autenticidade, a sua democracia da vida cotidiana, a sua representação direta e o exercício da democracia direta. Tudo isso é ceifado e tolhido pelos movimentos em processo de institucionalização.

Por isso considero que é mais do que visível, que só não vê quem não quer, que estas manifestações de rua não querem a institucionalização. Elas querem o direito das massas, das praças públicas, das assembleias, dos modos de direção e representação mais horizontais, dizerem o que querem e porque lutam. Este é pra mim o principal resultado de todas estas manifestações. É claro que abre-se aí um desafio, e este é mais difícil: como esta miríade de movimentos sociais, esta miríade de movimentos de rebeliões, revoltas, manifestações da periferia, no campo, na cidade, no mundo rural, nas grandes cidades, nas pequenas e médias cidades, como elas vão conseguir ter laços de aproximação, de identidade e de organicidade capazes de enfrentar de modo mais poderoso os poderosos interesses do capital. Este é o cenário. É difícil, mas nós podemos dizer o seguinte: é muito mais fácil você pensar como se pode enfrentar os poderosos interesses do capital com alta mobilização nas ruas do que você pensar em como enfrentar os interesses poderosos do capital sem nenhuma manifestação de massa. Portanto, nós podemos dizer que, desde junho, este país não é mais o mesmo, ainda que nós não possamos dizer nada além disso e muito menos prever como serão os próximos passos.

Por *Luciano Gallas*

Potencialidades e limites dos levantes da juventude no século XXI

Entrevista especial com Jorge Barcellos

Para o professor Jorge Barcellos, é preciso ter cuidado com os excessos sob o risco de nos tornarmos uma sociedade fascista

“Os movimentos das ruas são importantes, sua consciência é notável, mas a adoção de formas de violência, seja qual for o motivo, introduz os seus atores no campo da guerra. Esse é o meu limite para as manifestações das ruas: elas só têm legitimidade se são pacíficas, se não cedem à violência de Estado”, afirma Jorge Barcellos, professor e coordenador do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Ele tem uma postura muito crítica em relação àquilo que considera excessos das manifestações de ruas que ocorreram em todo o Brasil, mas se debruça, particularmente, sobre os eventos ocorridos na capital gaúcha.

Jorge Barcellos considera que a violência das ruas gera uma sociedade fascista. Para ele, a falta de diálogo entre Estado e manifestantes gera um círculo vicioso no qual os argumentos de ambos os lados levam sempre a uma discussão em que todos são vítimas e algozes. Por outro lado, argumenta que a questão emergente diz respeito à relação entre os manifestantes e a imprensa. “Minha questão não é a relação entre os manifestantes e o Estado, mas entre os manifestantes e a imprensa. Essa falta de diálogo é que me preocupa. (...) O problema é justamente esse, substituir uma verdade – a da imprensa – por outra – a do movimento, considerada ‘a’ verdade”, ressalta. Apesar de todas as críticas, Jorge Barcellos reconhece a importância do movimento: “Para mim, a juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros. O Estado tem diante de si a oportunidade única de

‘ouvir os anseios do povo’, mas precisa parar para ouvir”, pondera.

Jorge Alberto Soares Barcellos é licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre e doutor em Educação pela mesma universidade. Possui experiência de magistério nos ensinos médio e superior, além de publicações nas áreas de história, educação e política educacional. Atualmente é Coordenador do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, onde é responsável pelo projeto Educação para Cidadania. É membro do Conselho da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, da Câmara Municipal, e professor convidado do Studio Clio e do Sistema de Ensino Galileu (SEG). Recebeu a Menção Honrosa do Prêmio José Reis de Divulgação Científica e o Troféu Expressão da FINEP, ambos em 2006, pelas atividades do Projeto Educação para Cidadania da Câmara Municipal de Porto Alegre, sob sua coordenação.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Existem limites às manifestações? Até onde vai a legitimidade do manifesto?

Jorge Barcellos – Primeiro, minha interpretação é apenas como observador. Não tenho participado dos manifestos nem de qualquer grupo organizado. O que talvez seja uma vantagem, pois minha posição aproxima-se daquilo que os antropólogos chamam de “estranhamento”, isto é, frente ao envolvimento intenso dos atores, revelado pela intensidade das manifestações, talvez um olhar de fora ajude a compreender as características dos movimentos. Acredito que, para compreender os limites das manifestações, devemos

procurar entendê-las a partir de um referencial adequado. A teoria sociológica clássica, evidentemente, não é suficiente para dar conta da energia social posta em ação. Eu diria que para um movimento pós-moderno é preciso uma teoria pós-moderna. Por isso eu prefiro tentar entender o movimento das ruas – movimento de junho, as manifestações, ou como quer que o denomine-mos genericamente – a partir de outras categorias e contribuições de autores não muito comuns na sociologia.

Por exemplo, se tomamos o pensamento de Paul Virilio, arquiteto e instigante filósofo francês, autor de *El procedimiento silencio* (Buenos Aires: Paidós, 2001), que fez reflexões sobre a função da guerra e a militarização da vida cotidiana, não é paradoxal que, no dia seguinte aos primeiros quebra-quebras protagonizados pelos Black Blocs, moradores e pequenos comerciantes tenham adotado a transformação de seus espaços em bunkers, os mesmos descritos por Virilio em seus trabalhos? Não é notável esta transformação do espaço urbano? As paliçadas ainda estão lá, na Borges de Medeiros, uma das principais avenidas do Centro de Porto Alegre, e, é claro, principalmente no prédio onde mora o Prefeito? Por quê? Porque para Virilio a guerra se faz por si própria e pela percepção, e toda a batalha implica em um campo e em métodos de percepção que permitam tanto o ataque quanto a defesa. Minha interpretação é, nesse sentido, bastante conservadora: os movimentos das ruas são importantes, sua consciência é notável, mas a adoção de formas de violência, seja qual for o motivo, introduz os seus atores no campo da guerra. Esse é o meu limite para as manifestações das ruas: elas só têm legitimidade se são pacíficas, se não cedem à violência de Estado. Se o fazem, elas introduzem a lógica da guerra no interior das cidades. Por isso, muito cedo, dentro da lógica de ultrapassar os limites, os grupos violentos fizeram uso da mesma retórica libertária: não é quebra-quebra, é estética.

Estética e guerra

Ora, não me parece consolidada hoje sequer a ideia de uma arte contemporânea ou Body Art,

veja-se o debate em torno da exposição *Sensation*, a qual tentou também romper a barreira dos limites, com seu tom mórbido, com sangue humano e cadáveres de animais. A primeira questão colocada foi: isto é arte? Do mesmo modo, apelando à violência ou cedendo de alguma forma a ela, a questão que se coloca é: isto é contestação? E, de igual maneira, o que estava em jogo na arte: chamar a atenção de forma disruptiva para transformá-la mais uma vez em ativo financeiro, e não é por outra razão que obras de arte passaram a ser um dos investimentos do sistema bancário. Assim, as contestações que ultrapassam o limite da sociabilidade e caem na violência, transformam o movimento social em outra coisa. E, da mesma forma que Jacques Rancière – outro autor que se coloca ao lado destas perspectivas ditas pós-modernas – sentenciou que a arte modernista só foi modernista porque anunciou uma abertura do tempo e a imagem de uma nova sociedade possível, que tipo de sociedade a violência das ruas – aqui, nossa ultrapassagem de limites – encarna? Minha resposta é: uma sociedade fascista.

IHU On-Line – Considerando os diversos programas sociais e de desenvolvimento do Estado – Bolsa Família, Prouni, PAC, etc. –, o Brasil apresenta, em relação a outros períodos, um cenário favorável do ponto de vista econômico e social. Por que surgem manifestações neste ambiente?

Jorge Barcellos – Uma obra recente que trata dos avanços sociais nos governos Lula e Dilma foi organizada por Emir Sader e chama-se *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013). Nela está descrito o significativo avanço no campo social com a inclusão de 16 milhões de famílias no mercado de consumo moderno. É claro que tal inclusão perde valor se não estiver associada a espaços de criação de renda. Por esta razão a agenda macroeconômica da reindustrialização é ainda central, e o crescimento positivo, ainda que decrescente (2003 a 2006: 3,5; 2007-2010: 4,6; 2010-2012 despencando de 2,7 para 1,0), e a intervenção do governo na taxa de juros revelaram uma economia conduzida adequadamente – dentro de um contexto saído da crise de 2008. Quer dizer, não

estávamos tão mal na economia, houve o efeito de minimizar no social eventuais perdas. Isto é, poderia ter sido pior. Não foi por intervenção do governo. No que se refere às classes mais baixas, já que indicadores apontam para uma redução da taxa da pobreza de 26,7% em 2006 para 12,8% em 2008. A classe média, para falarmos nos grupos mais próximos do movimento das ruas, elevou-se de 38% para 52% da população.

Dois grupos

Uma razão que eu encontro para a emergência das manifestações é o fato de que beneficiários das políticas sociais e manifestantes não integram o mesmo grupo. O que é uma obviedade, já que podemos localizar nos rincões os beneficiários das políticas públicas – além, é claro, no círculo das periferias urbanas, e no centro das cidades mais desenvolvidas o movimento das ruas. Ainda vejo como um movimento no qual predominam universitários, a maior parte insatisfeita, de forma geral, com as políticas públicas. Preocupa-me, no entanto, a força que adquiriu no seu interior o movimento anarquista. Como um movimento de classe média urbana, a juventude universitária que ocupa as ruas representa, por outras razões, o retorno dos estudantes, como fizeram em 1964, não contra um Estado autoritário e a censura, mas contra um Estado que beneficiou os pobres somente. Eu diria: uma classe média afastada da pobreza não viu as melhorias sociais. Claro que foram num contexto populista, com problemas de mudança de condição de vida, etc. Mas, em 1964, eram jovens marxistas nas ruas; hoje são jovens anarquistas. Minha pergunta é: por que o anarquismo emergiu triunfante? A razão que encontro é que os anarquistas encontraram um notável espaço de manobra para assumir a centralidade do movimento. Primeiro, pelo incentivo de partidos ou a possibilidade de militar em um.

Partidos

Não nos enganemos, nestas práticas políticas ainda predominam a organização em rede, quer

dizer, práticas militantes que alimentam o fornecimento entre sociedade e partidos, entre dirigentes, militantes e simpatizantes, de um continuum onde as relações são porosas. “O Partido se apoia em redes relacionais que se entrecruzam”, diz Frederic Sawicki, notável cientista político. Para mim trata-se de outra forma de recrutamento, processo de consolidação de relações entre grupos que colaboram entre si para um projeto, ainda que de modo indireto. Arriscaria dizer que, indiretamente, este movimento está buscando fortalecer a extrema-esquerda (PSOL e assemelhados) como alternativa ao PT, ex-esquerda e agora centro – esquerda – numa visão otimista. É o tipo de rede de consolidação apontada por Sawicki no pensamento do politicólogo francês Michel Dobry, pois relaciona grupos sociais inicialmente separados. O que as manifestações não querem é assumir seu laço com a extrema esquerda e seu projeto de oposição ao atual governo. Isto não é suficiente para explicar o movimento, reconheço, mas é um dos pontos que eu considero chave.

IHU On-Line – A crítica presente nas manifestações se referia ao modelo de democracia representativa em si ou às práticas políticas?

Jorge Barcellos – Evidentemente, trata-se de uma crítica de senso comum às práticas políticas. Não vejo sucesso em um movimento que critique o modelo de democracia que instalamos, desejamos e estamos construindo. Não estamos sequer deixando de considerar que é uma democracia imperfeita, uma democracia em que parte da política não faz o seu papel, mas que é a democracia representativa que temos. A crítica é senso comum porque recolhe do imaginário dos meios de comunicação de massa os fragmentos de crítica no ar – corrupção, roubalheira, do que estão justamente ausentes toda a referência aos avanços sociais. É a matéria de expressão – para usar uma frase da psicanalista Suely Rolnik – apropriada pelas massas de forma acrítica. A minha observação é que o componente de crítica ao modelo de democracia representativa existia apenas naqueles grupos anarquistas mais radicais. E de fato, observando algumas páginas de diretórios acadêmicos de universidades, ainda no início do ano,

chama a atenção que alguns já estavam estudando a questão da auto-organização, por exemplo. É notável que os grupos se arrisquem a criticar a democracia representativa, pois o contra-argumento em voga no pensamento moderno é justamente o de que o capitalismo hoje não precisa mais de democracia.

Democracia representativa

O filósofo esloveno Slavoj Žižek disse isso do caso chinês, no que é acompanhado pelo escritor alemão Ingo Schulze ao pé da letra. Não dá para arriscar questionar justamente a validade ética da democracia representativa, pois a alternativa é muito pior. A crítica só pode ser entendida como um oportunismo radical da extrema esquerda que ideologiza o debate político de parcelas da juventude e o capitaliza em seu benefício para questionar o status quo. É claro que a democracia representativa possui limites, dados justamente pelas práticas políticas. Mas há um notável avanço no combate à corrupção, no incentivo à atuação fiscalizadora das prefeituras, nos portais de transparência, nos processos levados a cabo pelo Ministério Público, a própria transparência existente na Lei do Orçamento, na participação para a elaboração de emendas, etc.

IHU On-Line – O fenômeno das manifestações de 2013 reinaugurou uma prática política que foi muito vigente durante o regime militar – as marchas nas ruas. No entanto, possui características particulares correspondentes à nossa época. O que se mantém daquele período e o que é exatamente novo?

Jorge Barcellos – Gostaria de analisar a manifestação que envolveu a Câmara Municipal, espaço onde trabalho. Lamento contrariar a maioria dos universitários, mas minha posição é bastante conservadora. Minha questão é se seu lado progressista é suficientemente forte para superar o seu lado reacionário. Vejamos pontos pouco abordados nas análises do movimento. O filósofo e urbanista Paul Virilio, desde *Guerra Pura: a militarização do cotidiano* (São Paulo: Brasiliense, 1984), tem caracterizado o uso de estratégias militares no meio urbano. Para ele, não é necessário portar armas para ser um militar, basta experimentar a mentalidade militar: “Sem o saber, já somos todos soldados civis. E alguns de nós sabem disso. O grande golpe de sorte, para o terrorismo da classe militar, é que ninguém o reconhece. As pessoas não reconhecem a parte militarizada de sua identidade, de sua consciência”. Em sua obra posterior, *Velocidade e Política* (São Paulo: Estação Liberdade, 1996), Virilio aponta como elemento da mentalidade militar o “modo de movimento nas cidades”. Ele observa que Engels caracterizou a vida de Paris nas ruas do século XIX como sendo “onde a vida circula mais intensamente”. Por essa razão, os contingentes revolucionários tendem a nascer não nos locais de produção, como fábricas, mas nas ruas das cidades: “a massa não é um povo, mas uma multidão de passantes”, diz Virilio. Assim foi em Porto Alegre com a tomada, pelo movimento da juventude, de ruas e avenidas pensadas como espaços de ocupação e/ou enfrentamento. Décadas atrás, num dos piores momentos da história, dizia Joseph Goebbels a esse respeito: “quem conquistar a rua, conquistará também o Estado”. Por isso o primeiro território de ocupação dos jovens manifestantes foi o asfalto, vias como as Avenidas Borges de Medeiros, João Pessoa e Ipiranga. Para Virilio, a estratégia de ocupar as ruas é sempre militar e aqui cumpre um papel paradoxal, já que na luta pelo transporte é a própria massa de estudantes que se torna o primeiro transporte coletivo, definindo a cidade como seu front de batalha. As massas desesperadas de Engels que em 1848 “reclamavam pão, trabalho ou morte” foram substituídas pelas massas estudantis que reclamam por “transporte, saúde, educação”. Diz Virilio, “já é tempo de se render às evidências: a revolução é movimento, mas o movimento não é uma revolução”. A invasão do legislativo inaugura uma nova etapa nessa estratégia, a da conquista das instituições. Ela foi marcada por uma sociabilidade interna festiva e dionisíaca, com seus momentos de festa, conagração e alegria, como descreve o sociólogo francês Michel Maffesoli em sua obra *O Nascimento das Tribos* (São Paulo: Editora Forense Universitária, 2006), a qual se contrapunha

uma militarização no melhor estilo SS, com controle de acesso externo do prédio do legislativo, uso de rádios de comunicação, fiscalização da entrada e saída de funcionários, rondas internas e administração dos fluxos da cidade no parlamento, frente a uma Guarda Municipal estupefata. É preocupante o fato de que um movimento social sintasse no direito de impor o custo de suas operações às instituições – na invasão do parlamento, a paralisação das atividades, o desrespeito aos símbolos do legislativo – porque o gesto é expressão da apropriação do conceito de “dano colateral”. Zygmund Bauman, em *Danos Colaterais* (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013), lembra que esse é outro ingrediente da “mentalidade militar”, definido pelo menosprezo dos efeitos de uma guerra particular pelos organizadores. Bauman alerta para o detalhe de que tal posição é sempre duvidosa, os “danos” acontecem ou porque não foram previstos pelos organizadores, ou porque foram considerados “menos importantes” e cujo sacrifício é considerado suportável pelos movimentos. Neste instante, o movimento projetou sobre si mesmo o espelho de sua desaparecimento. É que para o filósofo esloveno Slavoj Žižek, a violência simbólica é muito mais grave que a real, o que na Câmara foi representado pelo congelamento de sua soberania. Fim do espaço dos representantes.

IHU On-Line – A falta de diálogo entre os manifestantes (caracterizado nos mais violentos) e o Estado (caracterizado na polícia) é sintoma de que tipo de relação? Que desafios estão postos à convivência destes dois entes?

Jorge Barcellos – Esta falta de diálogo já foi bem caracterizada pelos analistas de plantão. Os argumentos já fazem parte do debate: insensibilidade do Estado, autoritarismo das corporações, numa relação que faz de ambos vítimas e algozes. Sinto pela perda de um trabalho no campo dos direitos humanos que parcela da polícia fazia e que depois dos movimentos e reações ficou desacreditado. Agora, minha questão não é a relação entre os manifestantes e o Estado, mas entre os manifestantes e a imprensa. Essa falta de diálogo é que me preocupa. Achar que Zero Hora é um

veículo burguês apenas, é uma visão simplificada. É óbvio que há jornalistas de todos os matizes, que há uma luta interna, e negar o diálogo em nada acrescenta ao movimento social. Ao contrário, há interessantes dissensos entre os jovens justamente nesse ponto, uma vez que houve manifestações de lideranças publicadas na ZH, contrariando seu discurso. Essa questão ficou evidente também no caso da Câmara Municipal.

Imprensa

Depois de invadirem o plenário, os jovens realizaram a assembleia do movimento e o primeiro encaminhamento foi a questão do controle da informação. Ela deveria ser transparente entre os participantes, entre os integrantes do bloco, daí a necessidade formal de apresentação e vedado o seu acesso à imprensa tradicional, acusada de manipuladora e ideologicamente comprometida com o capital. Pela apresentação dos participantes, ficamos conhecendo os integrantes do movimento: Federação Anarquista Gaúcha, Frente Nacional dos Torcedores, Frente Autônoma, Centro de Cultura Libertária do Bairro Azenha, Centro de Estudantes de Ciências Sociais, Coletivo Vamos à Luta, Unidos pra Lutar, estudantes de diretórios acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ufrgs. Alguns estudantes apresentavam-se como integrantes de três movimentos sucessivos, e outros de outras cidades, como Campo Bom e Novo Hamburgo. Grupos de todos os perfis e ideologias: Grupo Anarco-Feminista, Levante Popular da Juventude, Coletivo Ovelhas Negras, Coletivo Kizomba, Coletivo Putinhas Abortadeiras e estudantes dos cursos de ciências sociais, odontologia, comunicação, biologia, engenharia e de cursos pré-vestibulares. Havia também professores e pelo menos um servidor da área de saúde. Mas como fazer uma democracia baseada no controle da difusão de informações? Rodrigo Brizola, da Frente Autônoma, apregoa na assembleia que só ficariam os meios de comunicação com os quais o grupo “tenha confiança”. A partir daí tomar o poder passa pelo controle da informação e impedir o acesso da “mídia tradicional” é referendado pelos inúmeros coletivos

presentes. A recusa da “mídia tradicional” não é hegemônica: Matheus Gomes, do DCE da Ufrgs e integrante do movimento, publica no dia 19 de julho artigo de opinião em Zero Hora, na “mídia burguesa” que critica. Assim como a função dos *sans-culottes* durante a revolução francesa era exercer a delação de suspeitos, vigiar bairros e imóveis, efetuar prisões, os novos revolucionários outorgaram-se a si a tarefa de controle da imprensa livre. Isso é um problema.

Por outro lado, os jovens fizeram a grande revolução da informação ao criarem seus próprios veículos de comunicação via Internet. Com suas páginas no Facebook e a criação de um canal de televisão online (Catarse.com), os jovens fizeram sua revolução particular no modo de organização dos movimentos sociais. A partir de agora, todo movimento social deve aos jovens uma nova forma de difusão de informações em tempo real. Mas o problema é justamente esse, substituir uma verdade – a da imprensa – por outra – a do movimento, considerada “a” verdade. Onde fica o direito à livre interpretação?

IHU On-Line – A polícia continua presa às práticas do século XX? Quais são os desafios em relação à garantia da segurança pública e do direito de se manifestar?

Jorge Barcellos – Para começar, consideremos o poder de polícia da própria Câmara no seu interior: ele foi zero. A conquista do prédio da Câmara foi uma vitória simbólica, já que a guerra “é a continuação da política por outros meios”. Mas o fato de que tenham conseguido fazer o deslocamento do movimento das ruas para às instituições não significa que tenham tido sucesso em sua revolução. Para mim, novamente, a garantia do direito de se manifestar exclui a necessidade de violência. Somente isso nos dá condições de exigir do Estado repressão aos seus agentes, somente isso dá condições de cobrar das autoridades pacificação. Como garantir o direito de se manifestar, se os mesmos jovens que foram vítimas da truculência das abordagens policiais, por breves instantes reproduziram as estratégias de seus algozes no interior do legislativo? As cenas são conhecidas: um fotógrafo agredido, um presidente intimidado, um parlamento isolado, símbolos ultrajados. Es-

tas ações são a atualização da invasão do Palais Royal, de Paris, mas enquanto no Ancien Régime a tomada da moradia do rei significava a tomada do Estado, a tomada do plenário da Câmara significou a privatização por uma classe do espaço da soberania popular. As imagens de violência que circularam na Internet mostram, na expressão do sociólogo francês Jean Baudrillard, que “transgredimos tudo, inclusive os limites da cena e da verdade”. A tentativa de invasão da TV Câmara por “suspeita” de servir de abrigo a jornalistas e a expulsão de jornalistas do prédio da Câmara ocorre nesse contexto de exercício e legitimação da violência e de controle da informação, intimidando funcionários e trabalhadores.

Redes Sociais

Nas redes sociais, o movimento partiu para a justificação de seus atos em nome da “causa”, criticando as “supostas” vítimas. Suspeito que a vinda de autores como o filósofo esloveno Slavoj Žižek a Porto Alegre tenha criado o fermento radical nas lideranças locais da extrema esquerda. Ao invés de ouvirem o que sua crítica cultural ao capital tem de construtivo para a uma nova interpretação do mundo, preferiram as suas passagens que elogiam a violência. “O projeto comunista do século XX era utópico precisamente na medida em que não era suficientemente radical (grifo meu)”, diz Žižek. Pior, ele insiste que essa resistência deve incluir o uso do terror: “Lembrem-se da defesa exaltada do Terror na Revolução Francesa feita por Badiou, na qual ele cita a justificativa da guilhotina para Lavoisier: “A República não precisa de cientistas” diz Žižek. Não é o que vemos no interior dos movimentos de jovens quando é tolerada a sua violência no legislativo sob a alegação de que a do Estado é pior? Nenhuma violência pode ser tolerada de nenhum lado, essa é a questão. Por isso a retomada pelo Estado dos objetivos e fins da sua estrutura policial é um ponto da agenda política.

Projetos de direitos humanos no interior da corporação precisam ser efetuados, qualificação de seus membros naquilo que se convencionou chamar de bases da segurança pública coletiva

precisa ser reforçada. Não se admite que a corporação permita que a mentalidade da “caçada” ressurgja das cinzas no seu interior. Ela foi frequente no antigo regime, na repressão aos movimentos sociais e foi substituída pelas estratégias de controle a distância. Policial armado com balas de borracha que fere manifestante tem de ter punição exemplar porque a agressão desvirtua as finalidades do distanciamento que o controle das massas exige. Mas não é admissível ver policiais que socorrem vítimas serem agredidos, como um policial da capital no meio de manifestação.

IHU On-Line – Que alternativas são possíveis para alcançarmos o “reconhecimento mútuo” proposto por Richard Sennet?

Jorge Barcellos – Este é um autor que tem muito a dizer sobre os movimentos. Lembro da pergunta de uma colega simpatizante do movimento: “De que lado você está?” O sociólogo americano Richard Sennet em *Juntos: os rituais dos prazeres e a política da cooperação* (Rio de Janeiro: Record, 2012) critica justamente isso, o autoritarismo presente na obrigatoriedade de se decidir por um lado sem avaliação, pois a partidarização da vida política é responsável pela mentalidade do “nós-contra-eles”, justamente o que ocorreu nas redes sociais em Porto Alegre. Como Zizek sugere em *Bem vindo ao deserto do real* (São Paulo: Boitempo, 2003), na opção entre a pílula azul e a vermelha tornada famosa na cena do filme *Matrix*, a obrigação de optar entre fantasia e realidade não é suficiente, por isso Zizek requer uma terceira pílula, que lhe permita ver “a realidade na ilusão em si mesma”. É o que todos temos de fazer, encontrar uma outra forma de reivindicar o que é certo sem ceder à violência. O movimento das ruas não vai parar. Ele é jovem, é autêntico, mas tem contradições. Há muitos grupos no seu interior disputando a hegemonia e se alimentando das mais diferentes ideias. Sua estratégia é clara: sair das ruas para as instituições. Os “erros” do movimento precisam se avaliados internamente pelos jovens e pela sociedade. Os jovens querem uma revolução sim, é seu direito, suas reivindicações são legítimas, mas a tomada do legislativo nada mais foi do que o “desvio do velho assalto social” (Virilio), uma tomada abrupta

do espaço do poder, mas isso não significa a tomada do poder.

Reconhecimento público tem relação com isso, solidariedade e negociação, estabelecer relações com o diverso, fundamento da política negado pelo movimento anarquista. Não posso negar a existência do Estado simplesmente porque sei exatamente como funciona uma sociedade sem Estado: basta ver o que ocorre nas regiões mais pobres do centro africano ou do extremo oriente. Tenho reforçado a ideia de que os jovens devem ser os primeiros a se mobilizar para a construção de políticas sociais, de fortalecimento da função social do Estado, o que não é feito no contexto da violência. O notável ativismo político deve fundar as novas discussões via redes de Internet sobre problemas e suas soluções.

IHU On-Line – Que respostas o Estado deu desde as manifestações de junho? Na sua avaliação, por que alguns grupos mantêm ações sistemáticas?

Jorge Barcellos – Para mim, a luta política vai continuar. Os movimentos de jovens não vão parar. A parcela radical poderá ter momentos de recuo, mas retornará logo em seguida. É que a estratégia do movimento é a mesma dos revoltosos de 1789, a da ofensiva permanente. No que vai dar, eu não sei. Espero que o desejo democrático dos jovens seja vitorioso, mas temo que os jovens possam dar espaço para as características autoritárias que observo, seu “dark side”. Por isso a fala da deputada federal Manuela D’Ávila é exemplar: “Não vou me tornar igual àqueles que combato”. Engana-se quem pensa que a ocupação do legislativo foi um objetivo, não foi. Foi uma “experiência” que deu aos jovens o gosto do poder e por isso todo cuidado é pouco. Iniciou-se uma nova etapa no movimento das ruas. Os jovens estiveram diante de um passo perigoso em direção ao Estado de Emergência, mas souberam negociar e honrar o acordo com o Estado. Os jovens precisam recusar a possibilidade de entrar em guerra contra o Estado. “Só a troca nos protege do destino”, diz Baudrillard. Mas o Estado precisa recusar criminalizar o movimento. Estamos no pior momento para fazer generalizações. Como diz Virilio, num mundo onde a velocidade dos

fatos supera sua compreensão, a necessidade de parar toma sentido político. A repressão de Estado se faz mais por sua desestruturação interna do que por uma finalidade de governo. É preciso parar para refletir. As ações radicais dos jovens se mantêm por um misto de desesperança, raiva, vazio existencial e falta de projeto. Por isso a interpretação de Jean-Luc Nancy é atual: “a verdade da democracia é que não se trata de uma forma política entre outras, ela quis ser na era moderna a refundação integral da coisa política. É o nome de um regime de sentido cuja verdade não pode submeter-se a nenhuma instância ordenadora, nem religiosa, nem política, nem científica, nem estética, porque se compromete por inteiro com o “homem” enquanto risco e possibilidade de si mesmo. Ela deve ser o lugar dos meios de abrir e manter abertos os espaços de suas obras” diz o autor de *La verdad de la democracia* (Madrid: Amorruto Editores, 2009). Para mim, a juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros. O Estado tem diante de si a oportunidade única de “ouvir os anseios do povo”, mas precisa parar para ouvir.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Jorge Barcellos – Um ponto pouco explorado do lado agressivo das manifestações foi que sua violência não foi somente contra pessoas, mas contra símbolos. Na Câmara Municipal, mensagens foram afixadas na cruz existente no plenário e a galeria dos presidentes e a dos vereadores foram alvo de manifestações no caso do episódio do nu, um caso a parte. Claro, antes de criticar, precisamos entender por que os jovens se “pelaram” na câmara. Eles querem no fundo saber: o que pode o corpo? Como diz Henry Pierre Jeudy, em *O corpo como objeto de arte* (São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002), a resposta é “nin-

guém tem condições de sabê-lo”, simplesmente porque não sabemos os limites de nossos afetos e ações. Quem fica nu acredita que o corpo afeta, que pode desestruturar o mundo. Os pelados da câmara querem atualizar a ideologia da “liberação do corpo” dos anos 1960-1970, revolta contra a moralidade e autoridade. “Exibir-se torna-se o contrário de representar”, diz Jeudy, os jovens nus não toleram uma única representação do corpo belo, jovem, objeto do Capital ou do corpo político, poder legítimo, mas sempre às voltas com a corrupção. O corpo exibido sempre é um sintoma da raiva do espelho da representação, diz Jeudy. Sua experiência imediata do corpo nos quer dar uma interpretação da sua visão de política. Há quem diga “que mal tem o nu se a política é pornográfica?” Não, não é a mesma coisa. Ter raiva da representação do corpo perfeito do capital não é a mesma coisa que ter raiva da representação política simplesmente porque não se pode ter raiva de algo que se ajudou a construir. A Câmara tem representantes dos jovens, vereadores de esquerda que acompanharam suas assembleias e ajudaram a legitimar o movimento. A participação do PT e do PSOL acabou produzindo uma divisão política no próprio legislativo, agora entre simpatizantes e opositores à invasão do plenário, e nas relações do legislativo com o governo estadual – solicitada por seu presidente, a Brigada Militar não compareceu. Para suas lideranças, o nu foi uma extravagância juvenil imposta no espaço público, mas para parte da sociedade e demais vereadores a cena significou violência à instituição. Se os jovens queriam fazer sua vingança pessoal à representação política, como apela o grupo Anonymous, o que conseguiram não foi vingança, foi sedução (Baudrillard), isto é, desviaram o olhar da sociedade dos verdadeiros objetivos do movimento.

Por Ricardo Machado

“O dever-multidão dos excluídos e de todos os que são incluídos somente na extensão necessária para serem explorados”

Entrevista especial com Adriano Pilatti

“A força desses movimentos não é de caráter militar, é política, e a juventude que os anima precisa entender isso pra valer. Parece que a maioria já entendeu”, avalia o cientista político sobre as manifestações que surpreenderam o Brasil no 2º semestre de 2013.

“Esses jovens guerreiros lutam pela realização dos objetivos fundamentais da República, por uma sociedade livre, justa e solidária, pelo desenvolvimento digno desse nome, pela erradicação da pobreza e redução das desigualdades, pelo bem de todos e todas e de cada um sem preconceitos nem discriminações. E o fazem radicalizando, em geral positivamente, o exercício das liberdades de pensamento, expressão, reunião, os direitos de participação, resistência e autodefesa”, afirma o advogado e cientista político Adriano Pilatti, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Para ele, as manifestações organizadas no Brasil no 2º semestre de 2013 caracterizam-se por incidir simultaneamente sobre o conteúdo e a forma das políticas públicas, de forma a garantir as condições básicas de bem-estar social, ao mesmo tempo em que incide sobre as possibilidades de expressão, representação, ação e decisão políticas e governamentais, refletindo a potência e as contradições da nova composição do trabalho metropolitano. “Quando uma geração se levanta ‘por uma vida sem catracas’, esse impulso pode produzir uma nova fundação da democracia, mudanças positivas, mais justiça, mais igualdade, liberdade e bem-estar. Ou então uma frustração cujos efeitos podem ser desastrosos”, destaca Pilatti, advertindo para os riscos existentes no caso

de as respostas institucionais irresponsavelmente limitarem-se à repressão dos protestos.

“A força desses movimentos não é de caráter militar, é política, e a juventude que os anima precisa entender isso pra valer. Parece que a maioria já entendeu. Atos gratuitos de violência são intrinsecamente equivocados, a vida livre exige que a violência seja usada apenas como autodefesa, e quando não houver outra forma de resistir à violência, à repressão. O fato é que a repetição rotineira de eventuais atos de violência gratuita acaba por legitimar a repressão e afastar a grande maioria que, a não ser em situações realmente excepcionais, não concorda com esse tipo de conduta”, destaca o cientista político.

Adriano Pilatti é graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, mestre em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, com pós-doutorado em Direito Público Romano pela Universidade de Roma I – La Sapienza. Foi assessor parlamentar da Câmara dos Deputados junto à Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Traduziu o livro *Poder Constituinte – Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade*, de Antonio Negri (Rio de Janeiro: DP&A, 2002). É autor do livro *A Constituinte de 1987-1988 – Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – As manifestações de junho/julho no Brasil geraram uma expectativa de transformação para uma sociedade mais democrática e participativa. As manifestações de outubro, que denunciavam a violência e foram violentamente reprimidas, modificaram esta expectativa?

Adriano Pilatti – Penso que uma eventual modificação de expectativas deve-se mais à atitude dos poderes constituídos diante das manifestações e o que elas expressavam: a resposta centrada na repressão, a falta de disposição para abrir canais de diálogo com essa juventude mobilizada. As manifestações puseram e põem em cheque as deficiências da representação, a captura das instituições e serviços públicos pelos interesses das grandes corporações, a denegação concreta da democracia participativa consagrada na Constituição, a denegação de direitos sociais, os limites das liberdades públicas, o modelo de segurança pública, modelo de comunicação social. As respostas positivas a essas contestações foram até aqui pífias, ao passo que sobrou arrogância, autoritarismo, insensibilidade diante da fantástica contribuição crítica à construção da democracia no Brasil que foi oferecida em cada cartaz, faixa, refrão das manifestações, em cada ocupação, em cada ato de resistência ao longo desses meses. Enquanto os poderes constituídos mantiverem essa impermeabilidade em face do que vem das ruas, [mantiverem] esse padrão repressivo de resposta, não há razão para ser otimista.

IHU On-Line – O Brasil vive um momento de certa estabilidade econômica, de redução da desigualdade e de inclusão social. Neste cenário, o que leva os jovens manifestantes a tomarem as ruas?

Adriano Pilatti – A estabilidade é precária, as desigualdades diminuíram, mas permanecem enormes, as políticas de inclusão produziram avanços mas não conseguem sequer “incluir” satisfatoriamente doentes em hospitais, crianças nas escolas, passageiros nos veículos de transporte, etc. Não incluem os cidadãos pobres em geral, e os pobres negros em particular, entre aqueles que são respeitados pelas polícias. Ninguém “combi-

nou com os russos” que eles se satisfariam em comer três vezes por dia e ter vaga na escola. A garantia de um patamar mínimo de direitos em matéria de nutrição, educação, saúde, etc. não produz saciedade ou resignação.

Os levantes iniciaram um novo ciclo nas lutas por direitos relativos ao transporte, aos espaços públicos, à informação, à segurança, à educação, à participação, à representação. O direito de contar politicamente de forma autônoma, de participar diretamente das decisões da pólis e fruir dos serviços da cidade. Em diferentes níveis e questões, os jovens questionam a plutocracia que, de dentro das estruturas da democracia atual, impede o exercício de direitos fundamentais. As contestações que têm animado os levantes questionam simultaneamente as dimensões política e econômica – e, por conseguinte, ética e social – dos circuitos de comando e exploração que produzem e reproduzem as desigualdades e a denegação de direitos.

IHU On-Line – As manifestações são vulneráveis a manipulações reacionárias? As recentes situações de violência envolvendo policiais e manifestantes seriam indicativos deste risco?

Adriano Pilatti – Muitos, eu inclusive, tiveram essa preocupação num determinado momento, após 20 de junho. Não vejo esse risco no momento, nem a médio prazo. Ao contrário: o reacionarismo que tem estado nas ruas de julho até aqui é o do Estado, é o da mídia, é o do **big business** interessado nos megaeventos. Enfim, é o das elites dominantes alinhadas contra os manifestantes. Não vem destes. A radicalização do conflito trouxe o risco do estreitamento das liberdades de manifestação e expressão, da repressão política travestida em procedimentos de caráter policial-judicial, da desqualificação e satanização de manifestantes pela mídia. Houve atos, pelo menos contextualmente, equivocados que deram margem e pretexto para tudo isso. Não é preciso incidir em qualquer forma de “moralismo” para verificar que se tornaram, ao menos contextualmente, contraproducentes. Mas, ao que parece, neste momento há uma intensa reflexão interna ao movimento sobre isso.

IHU On-Line – A repressão policial violenta às manifestações e protestos é um indicativo do autoritarismo de “nossa democracia”?

Adriano Pilatti – Indica pelo menos os seus limites, inclusive os de classe. Indica tudo que de autoritário permanece nas estruturas de Estado e delas se alimenta. Indica o quanto há de plutocrático no Estado Democrático de Direito. Revela que o padrão de formação, treinamento e resposta das forças policiais à contestação de rua ainda é o mesmo da ditadura militar-empresarial, com resíduos que remontam às milícias que caçavam negros fujões no Império.

Revela que a demofobia contamina também o Judiciário e o Ministério Público. E permite supor que as autoridades se autocondenam (pois mais cedo ou mais tarde serão fatalmente “punidas” por isso) a entregar a mediação às polícias porque não podem atender as reivindicações que contrariam as forças econômicas de que se tornaram reféns. Permite supor que já venderam a coisa pública e precisam entregá-la, pois esse tipo de credor não aceita calote, e pode destruir o devedor. Talvez esteja aí o fio da meada do impasse.

IHU On-Line – Uma manifestação que faça uso da violência pode influenciar positivamente a sociedade?

Adriano Pilatti – A força desses movimentos não é de caráter militar, é política, e a juventude que os anima precisa entender isso pra valer. Parece que a maioria já entendeu. Atos gratuitos de violência são intrinsecamente equivocados, a vida livre exige que a violência seja usada apenas como autodefesa, e quando não houver outra forma de resistir à violência, à repressão. O fato é que a repetição rotineira de eventuais atos de violência gratuita acaba por legitimar a repressão e afastar a grande maioria que, a não ser em situações realmente excepcionais, não concorda com esse tipo de conduta. De outra parte, é preciso lembrar que grande parte desses distúrbios ocorre quando as polícias usam gratuita ou desnecessariamente de violência contra manifestantes. Os padrões de uso da força pelas polícias contra manifestantes entre nós são coloniais, vergonhosos e também não exercem boas influências.

IHU On-Line – Estes jovens manifestantes constituem a única força capaz de provocar aberturas e mudanças na sociedade brasileira contemporânea?

Adriano Pilatti – Creio que nem eles se veem assim. O que se expressa nas ruas através da mobilização dos corpos e das mentes desses jovens é uma dimensão nova, potente, determinante ao menos a médio e longo prazo, do devir-multidão dos pobres, dos excluídos e de todos os que são incluídos apenas e tão somente na extensão necessária para serem explorados. Na medida em que se aproxime de outros movimentos e possa com eles se comunicar e cooperar, penso que tende a contagiá-los com muitos de seus aspectos positivos: sua horizontalidade, sua composição múltipla, a reivindicação e o respeito pela autonomia de todos os que nele se integram. No Rio, em torno deles acabaram se integrando e cooperando advogados, socorristas, midialivristas, professores, camelôs, sem teto, ameaçados de remoções, feministas, minorias de gênero, etc.

Nos setores mais engajados e mobilizados, essas mobilizações inspiraram um renovado e difuso desejo de autonomia, de participação livre, de novas formas de ação e participação. Desde junho estou convencido de que “o sal da terra” está hoje nas ruas.

IHU On-Line – O que pode ser dito sobre o atual ciclo de lutas por direitos impactado por estas manifestações?

Adriano Pilatti – Que ele incide simultaneamente sobre o conteúdo e a forma das políticas públicas, que ele se caracteriza simultaneamente por uma dimensão substantiva, relativa à garantia de condições básicas de bem-estar, e por uma dimensão processual, relativa às formas de expressão, representação, ação e decisão políticas e governamentais. Que ele expressa a potência e as contradições da nova composição do trabalho metropolitano, que ele tende à multiplicidade dos atores, das ações e de seus objetivos. E o fundamental: que ele está apenas começando; que se as respostas institucionais forem apenas repressivas, elas não só serão ineficazes como perigosas e, por isso mesmo, irresponsáveis. Quando uma geração se levanta “por uma vida sem catracas”,

esse impulso pode produzir uma nova fundação da democracia, mudanças positivas, mais justiça, mais igualdade, liberdade e bem-estar. Ou então uma frustração cujos efeitos podem ser desastrosos.

IHU On-Line – Que relação pode ser identificada entre as manifestações e a Constituição Federal de 1988?

Adriano Pilatti – Em agosto passado, os meninos e meninas resistentes do “Ocupa Cabral”, a segunda das três ocupações que aconteceram perto da casa do governador fluminense, me convidaram para dar uma aula sobre o seu exercício de liberdade e a Constituição de 1988, a primeira de uma série que realizaram. Foi uma das minhas mais prazerosas aulas em 27 anos de magistério. Falávamos sobre as liberdades constitucionais que eles estavam exercendo e o fundamento constitucional de seus propósitos e reivindicações. Então um deles “perguntou”, com aspas, pois a pergunta já trazia a resposta: “Então podemos dizer

que nossa luta é pelo art. 3º, através do art. 5º?” Esses jovens guerreiros lutam pela realização dos objetivos fundamentais da República, por uma sociedade livre, justa e solidária, pelo desenvolvimento digno desse nome, pela erradicação da pobreza e redução das desigualdades, pelo bem de todos e todas e de cada um sem preconceitos nem discriminações. E o fazem radicalizando, em geral positivamente, o exercício das liberdades de pensamento, expressão, reunião, os direitos de participação, resistência e autodefesa. Essas lutas são constituintes e, por isso mesmo, retiram do papel para a rua o que há de melhor no programa de reformas da **Constituição Cidadã**, nas chamadas políticas públicas constitucionalizadas, na **Carta de Direitos**, nos **Princípios Fundamentais**. O verbo constitucional se faz carne na potência constituinte dos meninos e meninas que enfrentam a plutocracia, a representação corrompida e as hordas policiais para exigir mais igualdade, mais liberdade, mais democracia.

Por Luciano Gallas

Manifestações expõem fragilidades e limites do projeto constitucional-republicano de democracia

Cinco participantes das manifestações que surpreenderam o Brasil entre os meses de junho e julho narram suas experiências, impressões e avaliações dos protestos. São homens e mulheres, jovens e adultos, de profissões e formações culturais distintas, que estiveram presentes em atos organizados nas cidades de Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro.

Os depoimentos foram realizados a partir de convite feito por meio do Facebook, uma das principais ferramentas utilizadas nas convocações para os protestos. Daniel Teixeira, mestrando no Departamento de Antropologia do Museu Nacional – UFRJ, também deu contribuição à coleta destes depoimentos, sugerindo nomes de pessoas que participaram das manifestações e que, solidariamente, enviaram seus textos.

Eis os textos.

**“Do dia pra noite todas
as grandes TVs, rádios e
jornais viraram apoiadores
das manifestações, o
que ajudou a aumentar
a sensação de que algo
estava errado”**

Gabriel Machado é morador de Belo Horizonte e graduando do curso de graduação em Engenharia de Computação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.

Confira o depoimento.

No último mês de junho, fomos todos surpreendidos por várias manifestações país afora. As marchas se tornaram grandes como há décadas não se via, embora seus objetivos e anseios fossem (e ainda são) pouco definidos. Como vários outros brasileiros, fui às ruas por curiosidade. Esperava que fosse o início de uma mudança com a qual sonhava já há tempos, uma virada à esquerda, um levante popular, o povo assumindo seu papel de líder da nação. O que vi nas ruas, porém, foi bastante diferente do que imaginei.

Estive nas ruas nos três jogos da Copa das Confederações realizados em Belo Horizonte. No primeiro cheguei tarde. Peguei um ônibus e me dirigi à região da Pampulha, onde fica o estádio Mineirão. No caminho, fui tentando ligar para amigos e ter notícias do que estava ocorrendo. Nenhum me atendeu. Já havia se passado cerca de quatro horas desde que a marcha partira da Praça Sete de Setembro, no centro da cidade. Tive notícias, por familiares, de que os confrontos já estavam ocorrendo e que a polícia tentava dispersar os manifestantes.

Chegando próximo à UFMG, vi uma fila interminável de viaturas da polícia. Fiquei algum tempo sentindo o clima do ambiente. Muitas pessoas cantavam, riam e tocavam instrumentos, mas a qualquer barulho mais alto a correria recomeçava. O cheiro de gás lacrimogêneo ainda era forte no ar. Algumas pessoas derrubavam grades e a cerca da universidade estava no chão. Fui caminhando com o restante dos manifestantes de volta à praça Sete e vi no caminho várias pichações em protesto à Copa, à Fifa e às políticas públicas implementadas pelo prefeito e pelo governador. Ainda eram apenas rascunhos das pichações que seriam feitas nas próximas manifestações.

Desci procurando um ônibus, porém tive que andar mais de uma hora até passar o primeiro. O trânsito continuava fechado e os veículos passavam lentamente. Pela praça Sete passam milhares de pessoas durante o dia e, à noite, tomam conta da cena os bares e os frequentadores dos quarteirões fechados: hippies, punks, jovens de periferia e de classe média, grupos de surdos-mudos, moradores de rua, além de carrocinhas de cachorro-quente e a polícia. Nesse lugar, se encontravam cerca de três mil pessoas, várias ainda segurando cartazes e outras apenas conversando e avaliando o dia. Passado algum tempo, um grande grupo de manifestantes chegou vindo da Pampulha. Depois fui embora – tinha que trabalhar no dia seguinte. Já em casa acompanhei pela PosTV o desenrolar do protesto, que terminou em bruta pancadaria no centro da cidade, com manifestantes quebrando bancos e grandes lojas e policiais reprimindo fortemente. Não houve nenhuma boa notícia.

Nos dias seguintes a essa primeira manifestação fui recolhendo relatos de amigos que me contaram do horror que passaram. Bombas atiradas para o alto, manifestantes correndo desesperados, cavalaria avançando sobre as pessoas, tiros de borracha, cassetetes e desespero generalizado. Vários conhecidos levaram tiros de borracha. Uma amiga levou um golpe de cassetete na cabeça que a fez levar vários pontos – há um vídeo que mostra ela se levantando do chão e caindo em seguida com o golpe dado pelo policial. Nenhum destes conhecidos estava em enfrentamento com a polícia, nenhum deles reagiu ou arremessou algo e todos levaram os tiros direto no corpo, mostrando que a polícia simplesmente ignorou a instrução de ricochetear no chão as balas de borracha.

Nas conversas que tive depois dessa primeira marcha, as impressões que compartilhei com meus amigos foram de que, além de despreparados, não éramos um grupo unificado. Grande parte das pessoas ia às ruas sem noção do que exigir de nossos governantes. Muitos cartazes traziam dizeres vagos como “abaixo a corrupção” ou “valorização da saúde”, numa clara demonstração de que a ação política ainda é algo muito distante de nossa realidade.

No segundo jogo, fomos à manifestação mais preparados. Chegamos à praça Sete e vimos

que o cenário era diferente. Além de vários cartazes de “Fora Dilma” e coisas do tipo, havia um bloco de esquerda que nunca imaginei ver unido. Vários partidos, que em outras situações estariam se digladiando, se uniram em um grupo maciço para se proteger e levantar bandeiras em comum. Algo raro de se ver. Fomos “armados” de cartazes/escudos, feitos de cartolina e papelão grosso, com o objetivo de nos proteger de eventuais tiros de bala de borracha (eles funcionaram maravilhosamente bem).

Iniciamos a marcha em direção ao estádio e fiquei impressionado com a quantidade de pessoas que estava nas ruas. Ao chegarmos à UFMG, cerca de nove quilômetros depois, tive notícias de que ainda havia pessoas saindo do centro da cidade. A quantidade de manifestantes, estimativa sempre tão flutuante, chegou a 200 mil em algumas fontes. Chegando lá, o cenário era ainda pior do que no primeiro dia. Além da Polícia Militar, estavam nas ruas o Exército e a Força Nacional de Segurança, estes dois últimos dentro do campus da UFMG, fato inédito até durante a ditadura. A polícia havia montado uma barreira na avenida Antônio Abrahão Caram, ao lado do campus, em frente ao viaduto José de Alencar.

Fomos para perto da barreira, para ver, ouvir e sentir o clima. O que vimos foi assustador. Ao lado do Batalhão de Choque estavam pelo menos 50 homens da força nacional, ocultos pela vegetação junto à cerca do campus. Vimos várias pessoas incitando os manifestantes sobre a polícia, que já atirava algumas bombas de gás lacrimogêneo. Entre elas estava um homem, já pra lá dos 50, de camisa regata e com quase dois metros de altura que gritava para os manifestantes “vamos pra cima deles! Vamos, é nossa chance!”. Outro homem, esse sem camisa e na casa dos 40, gritava, nervoso e bravejante, “avancem! Vamos! Pra cima deles!”.

Os manifestantes nada faziam além de assistir. Algumas poucas pessoas arremessavam, lá de trás, pedras e rojões. E então a polícia resolveu reagir. Sem nenhum sinal visível, bombas de gás e de efeito moral voaram da barreira do choque e de dentro do campus. Várias balas de borracha vieram em nossas direções e, nessa hora, ficamos felizes por estarmos com nossos escudos. A sensa-

ção do gás foi horrível, senti vontade de vomitar e senti minha garganta fechando. Saímos correndo. Alguns poucos foram para a frente e começaram a chutar e devolver as bombas. Muitas pessoas correram para cima do viaduto, de onde várias caíram e dois morreram durante as manifestações. Passamos vinagre num pano para aliviar a sensação de sufocamento e ardência.

Depois disso resolvemos que já tínhamos visto o bastante e fomos para a casa de uma amiga em um bairro vizinho. Eram cerca de 17h. Ficamos lá fazendo uma avaliação da manifestação e a sensação de derrota era unânime. Todos se sentiam desorientados e tinham a sensação de que algo de muito ruim estava para acontecer. Nos escondemos todos lá até depois das 22h e ficamos ouvindo os helicópteros e sentindo o cheiro do gás, que se espalhava pelo bairro. Todas as notícias que recebemos foram sobre a violência policial: além das já habituais bombas e balas de borracha, a cavalaria avançava em massa e os helicópteros auxiliavam a lançar bombas e a espalhar o gás. Fui pra casa de táxi com um casal de amigos e continuei acompanhando pela PosTV a manifestação, que acabou de forma semelhante à anterior.

Entre o primeiro e o segundo protestos em Belo Horizonte, a mídia nacional mudou o discurso completamente. Enquanto antes se falava de baderneiros e vândalos, agora se falava do gigante que havia acordado. Do dia pra noite todas as grandes TVs, rádios e jornais viraram grandes apoiadores das manifestações, o que ajudou a aumentar a sensação de que algo estava errado. Apesar desse sentimento ruim, via-se que todos estavam tão desorientados quanto eu: o governo, a mídia, a polícia e o restante dos manifestantes. Nas conversas que tive depois da segunda marcha, cheguei à conclusão de que toda essa violência desnecessária da polícia, os agentes infiltrados provocando vandalismo (o que foi flagrado em vídeo mais de uma vez) e a reviravolta na opinião da mídia faziam parte de um plano para deslegitimar as marchas.

No jogo seguinte, cheguei na praça Sete com certo atraso. A massa já havia saído e poucas centenas de pessoas ocupavam a rua despreziosamente. Fiquei um tempo por lá e fui cuidar de outras coisas. As notícias que recebi depois foram

assustadoras: um grupo de manifestantes mais organizado, além de quebrar várias lojas, queimou carros de concessionárias, soltou foguetes e rojões na polícia e transformou a Pampulha em um cenário digno de filme de ação. A polícia respondeu à altura.

Não sei de onde surgiu a ideia da Assembleia Popular Horizontal, mas a convocação foi feita pelo Facebook e a plenária aconteceu de baixo do Viaduto Santa Tereza, no centro de Belo Horizonte. Nesta primeira, havia cerca de mil pessoas. Tudo aconteceu em clima de paz e alguns atos foram marcados. Naturalmente havia vários integrantes de partidos, de movimentos sociais e de organizações não governamentais, mas também havia muitos autônomos, não vinculados a nenhuma instituição, além de policiais disfarçados. Outras assembleias ocorreram e marcou-se um ato para um sábado de manhã, em frente à Câmara dos Vereadores. Nesse dia, havia sido marcada uma sessão extraordinária para votar uma proposta enviada pelo prefeito Márcio Lacerda para diminuir o preço da passagem de ônibus. A proposta previa uma isenção de um imposto municipal para que a passagem abaxasse 10 centavos.

A manifestação ocorreu com confronto da polícia, que atirou gás de pimenta a esmo, e terminou com uma ocupação da câmara que durou uma semana. Esta ocupação, por um lado, conseguiu uma reunião com o prefeito e outra com o governador, mas, por outro, desmobilizou a assembleia, pois a mesma passou a ser marcada em cima da hora e dentro da própria Câmara de Vereadores. Depois de uma semana de atividades, decidiu-se por desocupar a câmara e realizar uma ocupação cultural de uma tarde no centro da cidade. Ao final de todo este processo, conquistou-se a diminuição da passagem de ônibus em 15 centavos. Entretanto, o mais importante dessa questão, a abertura das planilhas de custo das empresas de ônibus, não aconteceu.

Desde então, o movimento de rua esfriou visivelmente em Belo Horizonte. Ainda assim, continuam acontecendo assembleias nas quais várias pessoas tentam reverter a metodologia para algo realmente democrático e horizontal. Vários grupos se formaram, vários contatos foram feitos e os gru-

pos que já existiam se fortaleceram. Espero que alguma mudança significativa ocorra e que tudo isso não tenha sido em vão. Espero que essa balança na inércia do povo tenha um efeito positivo e que as pessoas cobrem mais de seus representantes. Espero que esse movimento não dê uma guinada à direita. Espero, principalmente, que uma nova forma de representatividade surja para que tenhamos realmente voz diária na política e não apenas de dois em dois anos. Venceremos!

**“O Facebook era uma
miríade de opiniões
humildes, ironias vagas,
desconfianças tenebrosas e
certezas absolutas”**

Mozart Teixeira é morador de Brasília, estuda biblioteconomia na Universidade de Brasília – UNB e faz estágio no Senado Federal.

Confira o depoimento.

A violência na repressão policial aos protestos do dia 13/06 desencadeou em uma insatisfação que chegou até as portas do Congresso Nacional. Foi em 20/06 que Brasília viu seu terceiro e maior protesto, como não se via, talvez, desde 1992. Nunca me esquecerei do que ocorreu naquele dia.

Por volta das 17h, no meu estágio na biblioteca do Senado, já era notória a inquietação no ar, mas só ao sair do expediente em direção ao protesto é que fui entender a real gravidade da situação. Andei sozinho a pé no trecho entre a parada de ônibus localizada ao lado do Palácio do Planalto e os ministérios. Eram centenas de metros de tropas da polícia, o que me deixou tenso. Mas nenhum policial mexeu comigo. Não me revistaram, nada. Calmamente, cheguei ao protesto.

Por volta de 18h20min, cheguei ao gramado em frente ao Congresso Nacional e, realmente, nunca vi tanta gente na minha vida. Nesse momento, o clima era leve, festivo. Rapidamente constatei que não era possível encontrar bandeiras

de partidos na multidão. Isso deixa muitas pessoas preocupadas. Algumas falavam em teorias da conspiração, em fascismo, em golpe.

Havia dias eu tinha percebido que, daquilo ali, qualquer partido sonharia em se apossar. Na segunda-feira da mesma semana, três dias antes da manifestação do dia 20, um militante vestido com a camiseta de um partido tentou falar com a polícia em nome da manifestação. Foi prontamente desacreditado e expulso. Tenho certeza de que havia outros partidos, de todo tipo de orientação ideológica, querendo tentar o mesmo. Eu fiquei satisfeito, porque tenho o receio dos protestos se mercantilizarem. De pessoas receberem cachês de partidos para usar camisetas e empunhar bandeiras nesses protestos. Basta pensar em como as coisas são nas eleições. Daqui a pouco estão até distribuindo santinho. Enfim...

Cheguei sozinho, passei horas perambulando pelo gramado do Congresso e no Eixo Monumental, principalmente no lado do Palácio Itamaraty. Ali, o fluxo de pessoas vindas da rodoviária e do Museu Nacional para o protesto chamava atenção, por ser aparentemente interminável. Muito bonito naquele momento, mas também um prelúdio dos problemas que estavam por vir.

Anoiteceu. Alguns amigos chegaram da Universidade de Brasília (UnB) e nos encontramos embaixo da bandeira do estado de Minas Gerais. Nos dirigimos ao gramado e nos unimos àquele coro colossal de palavras de ordem e frases de efeito, do tipo “policial, pai de família, não defenda essa quadrilha!”, “Copa do Mundo, eu abro mão! Quero dinheiro pra saúde e educação!”, “Brasil, vamos acordar! Um professor vale mais que o Neymar!”. Alguns dizem que os protestos se pautam em conceitos vagos e amplos demais. Eles tentam determinar quais são as pautas comentando o que se grita nas ruas. Não entendem que nenhuma multidão de dezenas de milhares de pessoas se expressa através de discursos elaborados, declamados em uníssono.

A característica mais marcante ali foi o caráter cosmopolita da manifestação. Lá havia pessoas de todo tipo, que entre si discordavam com frequência: sobre se deviam ou não (tentar) invadir o Congresso; depredar ou não o patrimônio público; insultar, ou até agredir, ou não a polícia;

se você devia ou não correr ao chegarem as bombas de gás lacrimogêneo. A maioria parecia tender a um certo pacifismo, mas os elementos belicosos acabam, em algum momento, sendo mais ruidosos. E realmente se fizeram notar.

E aí o caos deu as caras.

Metade das bandeiras dos estados foram roubadas ou queimadas. Eu mesmo, junto com alguns amigos, me peguei discutindo aos berros com duas garotas que queriam queimar uma delas. Agora, em retrospecto, acho que isso foi uma grande perda de tempo. Lamento as bandeiras terem sido queimadas, discordo de quem o fez, mas percebo que não estou em posição de julgar qual a forma mais ou menos apropriada de protestar contra tantos motivos de descontentamento que estão nas profundezas há muito tempo, e só agora vieram à tona.

O gás foi se acumulando em grande quantidade a poucos metros do Congresso, entre as bandeiras e o espelho d'água. A multidão segurou a onda o quanto pôde. Ao nosso lado, pedaços de lixo pegavam fogo. Em dado momento a situação ficou insuportável, confesso que até entrei um pouco em pânico. Então alguém gritou “vamos pro Itamaraty!”. Se algum dia eu descobrir que isso partiu de algum agente de segurança pública, não ficarei nem um pouco surpreso. Mas também não vou pôr minha mão no fogo por isso. Um cesto tão grande dificilmente passa sem ter alguma maçã podre. A multidão subiu em direção ao Itamaraty fugindo do gás. Algumas pessoas pareciam ter mesmo intenção de invadir. E a gente foi atrás, pra ver no que ia dar.

Houve corre-corre. Muitas bombas caindo, barulhos de tiro de borracha. Nos abrigamos atrás de uma Kombi, para nos proteger mais do corre-corre da multidão do que de qualquer outra coisa. Levou alguns minutos para percebermos que era uma zona aquilo ali, mas não era o fim do mundo. De repente até começamos a nos habituar com o gás lacrimogêneo.

Às vezes me pergunto se não é esse o problema, de nos acostumarmos com coisas demais. Os paulistanos e cariocas, com o Comando Vermelho, o Primeiro Comando da Capital (PCC), arrastões e milícias ao longo dos anos, será que não estão ficando habituados ao quebra-quebra? Será que não estão perdendo o medo de barulho

de tiro? Para um cara que já vivenciou tiroteio em túnel ali, colado com Copacabana, qual o real significado de umas bombinhas de gás lacrimogêneo e umas balas de borracha?

A tentativa de invadir o Palácio do Itamaraty falhou. Achei estranho. Já viram aquele lugar? Um espelho d'água raso e pouco extenso, vidro pra todo lado. Ouvi dizer que conseguiram fazer uma pichação na área externa. Achei estranho, mas também desconheço a tática usada pela segurança para impedir as pessoas de entrarem ali. Respirei aliviado. Do lado de fora, uma barraca que sobrou de algum desses eventos “pão e circo” da Esplanada dos Ministérios foi atingida pelas chamas que atearam em uma caçamba de entulho cheia de lixo. Mas pelo menos não era a tela Paz e Concórdia, de Pedro Américo, que estava pegando fogo dentro do palácio.

As coisas foram ficando gradualmente mais calmas. A massa antes concentrada no gramadão se dispersou. Alguns ambulantes aproveitavam pra vender água, refrigerante, cerveja e comida. Pessoas compartilhavam vinagre com quem pedia a todo momento. A multidão oscilava entre momentos de simpatia e antipatia com os PMs, que, inclusive, levaram uma faixa com palavras de apoio à manifestação – um de meus amigos entrou no espelho d'água pra ajudar a segurar a faixa e mostrá-la, para a multidão e para a própria polícia em momentos alternados.

A multidão ficou em um vai-e-volta por causa do gás, até dispersar de vez. Na confusão mental daquele espetáculo babilônico todo, me descuidei e deixei cair meu celular, que já estava sem bateria de tantos telefonemas e mensagens que iam e vinham a todo momento. Na saída, paramos pra catar alguns restos de bomba e encontramos uma bala de borracha. Paramos pra ver como ficou o Itamaraty no fim da manifestação. Acabamos conversando com dois PMs que, muito cordiais, explicaram que concordavam com as reivindicações dos manifestantes, entendiam seus motivos e compartilhavam muitas das suas opiniões e interesses gerais. Disseram também que acharam linda a manifestação da segunda-feira anterior, enquanto que, a do dia 20, um fracasso total.

Cheguei então em casa e abri o Facebook. Vi que as informações não paravam de chegar.

Era uma miríade de opiniões humildes, ironias vagas, desconfianças tenebrosas e certezas absolutas. Discussões, textos e textos e textos, vídeos e vídeos e vídeos. Com tudo que surgiu na rede relativo a esse assunto naqueles primeiros dez dias, um sujeito sério e analítico pode se ocupar por muito tempo, talvez até o resto do ano. Esses protestos não são como os da Turquia, aonde há um alvo pontual para a insatisfação popular. A presidente Dilma Rousseff até pode estar com a aprovação em queda, mas passa longe de ser um Erdogan (o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan). Há quem fale em impeachment. Eu interpreto isso um pouco como um eco de 1992; aquele não foi um ano qualquer e eu, que na época ainda nem sabia ler, ainda me lembro daquela situação maluca de inflação e insegurança total relativa aos rumos do país. E de como tudo parecia estar bem a partir do momento em que o então presidente Fernando Collor de Mello tinha sido botado pra correr.

Pra mim é clara a relação com o mensalão (esquema de corrupção envolvendo pagamentos a parlamentares) e uma decepção. Duas décadas separam esses dois momentos emblemáticos (impeachment de Collor e mensalão) e muitos dos agentes políticos da primeira época são os que estão aí hoje. O Collor sofreu impeachment em 1992, foi execrado pela mídia e opinião pública, mas hoje está no Senado. A política brasileira às vezes toma rumos que até o capeta duvida, só pra depois voltar ao que era antes, como um grande hímen complacente que não cede nunca.

**“Transitamos por toda a
passeata sem realmente
achar um ambiente próprio
às nossas reivindicações”**

Camila Falconi é moradora do Rio de Janeiro, graduanda em Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense – UFF onde também é estagiária, além disso, trabalha na Galeria de Arte Patrícia Costa.

Confira o depoimento.

Particpei de duas manifestações no Rio de Janeiro, ambas durante o mês de junho, em um momento crucial do processo de reivindicações: a do dia 17 de junho, que teve seu desfecho na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), e a de 20 de junho, que seguiu à Prefeitura. É preciso ressaltar que, apesar de estar em grande grupo, depositava minha confiança no senso do meu namorado, já que compartilhamos a decisão de não irmos até o fim – no sentido de não nos envolvermos naquele ponto da passeata em que a linha tênue entre violação de direitos humanos e o exercício cidadão de expressão desaparece. Estive em ambas as passeatas desde o início, sempre combinando o encontro por volta de 17h.

Nos ambientes que frequentei, nos arredores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UFRJ, havia em suspenso uma certa tensão. Contudo, apesar do preparo para qualquer tipo de situação, incluindo máscaras, vinagre, capas de chuva, ninguém planejou uma reação mais específica e direta, uma retaliação mais agressiva. Na primeira manifestação, percorremos a avenida Rio Branco sem grandes alardes. Chegamos a descansar um pouco próximo à avenida Nilo Peçanha, mas sem de modo algum conseguir avistar o fim da carreta fervorosa que passava. Até que soubemos que o fim não seria mais na Cinelândia, que o front da manifestação queria ir até a Alerj. Claro que é aí que toca a sirene... Mas meu intento era de não dispersar tão cedo, pois é quando estamos em grupos pequenos que os policiais militares atacam e ganham força. Mesmo assim, andei com meu namorado a passos bem menos ansiosos que meus amigos, deixando uma boa distância dessa galera que queria muito ir à Alerj.

Ouvi o primeiro estouro, e logo muitos se desesperaram. Conseguimos manter a calma da galera apesar desse primeiro susto, pois o pânico poderia acarretar incidentes diversos. Sentamos no chão gritando “calma” a todos, e aderiram – quando cheguei em casa naquele dia soube que esse primeiro estouro era a invasão da Alerj, o primeiro molotov. Chegamos mais perto de nossos amigos, mas notamos que não havia mais jeito: vimos fogo e ouvimos alguns tiros. Olhei para

o meu namorado e entendemos que era para ir embora. Em alguns momentos corremos por vir uma multidão desesperada em nossa direção, mas conseguimos desviar pelas ruas ou acalmar os que passavam. Pegamos o metrô para escapar do problema. Percebemos que saímos na hora certa, pois cerca de cinco minutos depois um menino com ferimentos de bala de borracha entrava carregado na estação.

Na segunda manifestação, os três dias que a separaram do primeiro manifesto pareciam semanas, meses. A galera era completamente outra. Tínhamos então o nosso núcleo, com dez cabeças, mais ou menos, mas nos sentíamos sós. Transitamos por toda a passeata, por toda a avenida Presidente Vargas, sem realmente achar um ambiente próprio às nossas reivindicações. Alguns grupos mais nacionalistas, ou ufanistas, seja como for, eram compostos de meninos e meninas muito jovens, o que me deixava muito apreensiva. Jovens adolescentes que provavelmente nunca foram em uma passeata e já participavam de uma manifestação de um milhão de pessoas, preenchendo todo o centro do Rio de Janeiro. Estavam muito prosas no começo, mas poderiam facilmente entrar em desespero.

Outro grupo presente era o dos anarquistas, muito preparados ao combate aberto com a polícia, por toda a sua vestimenta e palavras de ordem. Não me senti muito segura ali justamente por serem um grande alvo para ataques represores. Tinha também muitos carros elétricos, trios elétricos, tentando abafar qualquer grito do povo, para que seus alto-falantes fizessem ouvir o discurso dos respectivos partidos. Ainda havia aqueles que perseguiam pessoas com algum sinal de ter um partido, de ser comunista ou mesmo de ser homossexual. Um amigo meu, com uma camisa do Che Guevara e com um broche da Juventude do PT, foi encurralado por esse grupo quando já havíamos saído, conseguindo escapar com a ajuda de outros.

Com a presença de setores intolerantes na passeata, ficamos receosos com a panela de pressão formada em torno da Prefeitura, em especial porque aquela região não tem muitas vias de es-

cape nem muito acesso a transportes. Quando vimos a segunda bomba de gás lacrimogêneo, e jogada muito próximo de nós, seguimos ao metrô. Foi um sufoco. Muito exprimidos por todo o trajeto e sem muitas saídas caso um grande grupo entrasse em pânico, sempre entoávamos palavras de calma aos jovens que logo saíam correndo assim que ouviam um estouro. Conseguimos pegar a estação de metrô aberta (ela foi bloqueada pouco depois de entrarmos) e seguimos para casa. Chegamos exatamente a poucos minutos de tudo virar um caos, como tinha sido prometido e planejado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, que dispersou toda a multidão. Diversos amigos nossos ficaram presos na faculdade, ameaçados com os boatos de que os policiais estavam parando qualquer transeunte e o prendendo por vandalismo. Felizmente todos chegaram bem em casa, após algumas horas de confinamento madrugada adentro.

“Vi pessoas de todas as idades que tinham em comum uma sensação: a coisa está demais e talvez eu possa contribuir para ela melhorar”

Helena Ribeiro é moradora do Rio de Janeiro, graduada e mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e graduanda em Direito pela Universidade Estácio de Sá – Unesa.

Confira o depoimento.

Sou heterossexual; branca; ficha limpa; nunca fumei maconha e nunca tomei um porre... E sou manifestante mesmo!

Entrei nas manifestações após o dia 20/06, quando soube que o governo do Rio desrespeitara a Constituição Federal ao reprimir violentamente as manifestações. Minhas bandeiras são a defesa do Estado democrático de direito e a

Constituição Federal. Também fui às ruas pela queda da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/2011 – que tornava privativa das polícias Federal e Civil a investigação sobre infrações penais, limitando a atuação do Ministério Público, rejeitada pelo plenário da Câmara dos Deputados no dia 25/06 –, pela queda da chamada “cura gay” – o Projeto de Decreto Legislativo 234/2011), o qual alterava resolução do Conselho Federal de Psicologia que veta aos psicólogos participar de terapias voltadas à alteração da identidade sexual do paciente ou que tratem a homossexualidade como doença, retirado da pauta da Câmara dos Deputados no dia 03/07 – e contra a homofobia.

Eu sempre fazia o trajeto programado nas manifestações e, se não houvesse nenhum ato posterior, eu ia embora, para não ficar em pé, parada, esperando “seu lobo” chegar... Vi pessoas de todas as idades que tinham em comum uma sensação: a coisa está demais e talvez eu possa contribuir para ela melhorar. Pessoas em coro cantando e xingando. Palavrões... como cantavam palavrões... até eu cantei! O que me pareceu um ritual catártico.

Quanto aos ditos “vândalos”, não concordo com suas atitudes. Considero que eram um tipo “cobrador” a la Rubem Fonseca ou então era gente infiltrada que queria tirar a legitimidade do ato democrático. De qualquer forma, não os vi nas manifestações.

Se eu tivesse que resumir em uma frase as manifestações, eu diria que vi o povo defender os DIREITOS FUNDAMENTAIS do nosso Estado democrático de direito. Ainda que alguns não conheçam o conceito, era isso que faziam intuitivamente.

De outra parte, vi muitos funcionários públicos, os policiais, “lobotomizados”, sem a menor noção de cidadania, respeito, alteridade... homens-máquinas programados para combater pessoas que não ofereciam o menor perigo à ordem.

Lembrando a terceira lei de Newton, podemos dizer que a toda ação há sempre uma reação oposta e de igual intensidade. Nesse sentido, os políticos que nos aguardem, pois a força está apenas começando a se fazer sentir.

“Os partidos, a academia, a polícia e os jornalistas procuravam desesperadamente identificar, e por vezes até direcionar, líderes, objetivos e pautas das manifestações. Falharam em grande medida”

Caio Lobato é morador do Rio de Janeiro – RJ, graduando em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro IFCS – UFRJ e membro do Comitê Editorial da Revista *Habitus* – revista da Graduação em Ciências Sociais da UFRJ.

Confira o depoimento.

Perdido. Sim, perdido, devo confessar, por mais dolorido que o seja – nenhuma outra palavra poderia descrever com melhor exatidão como me encontrava naquele singular dia 10. Era minha primeira participação direta nas múltiplas manifestações que assolaram o Brasil no mês de junho e que persistiram nas semanas seguintes ainda chacoalhando com força algumas cidades. Nem mesmo os mais altos catedráticos ousam afirmar com sua completa segurança e sisudez habitual se os poucos atos que ainda teimam em prosseguir capturando a atenção dos telejornais seriam os comuns e não tão temidos tremores secundários após grandes terremotos ou se são sinais precursores de um abalo sísmico ainda maior que estaria por vir. Mas não nos adiantemos – façamos o que exige qualquer manual voltado a escritores iniciantes, insistindo em relembra-los do básico: comece pelo início. Às 18h do referido dia, participava eu de mais um encontro editorial da revista da qual faço parte, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS), no Largo de São Francisco, centro do Rio de Janeiro. Com a reunião já se alongando insossamente para seu fim, arroguei-me o direito de, entre uma fala e outra,

puxar meu celular e teclar rapidamente uma mensagem de texto, enviando-a a dois destinatários: “Como está o ato?”.

Requisitava informações a amigos sobre a passeata que se desenrolava a algumas centenas de metros dali, posicionando-se fisicamente na avenida Presidente Vargas e politicamente contra o aumento de R\$ 0,20 das passagens no município do Rio de Janeiro. A manifestação do dia 10 era o seguimento do que ocorrera quatro dias antes, quando, em parte incentivados pelas passeatas em São Paulo convocadas pelo agora já famoso Movimento Passe Livre (MPL), cerca de 100 ativistas se manifestaram pacificamente, no mesmo espaço, no mesmo horário e com a mesma pauta. Como fora informado por conhecidos, não muito diferente de sua inspiração paulista, os cariocas que protestaram no dia 6 foram recepcionados por bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo disparadas pela tropa de choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Como estudante de Ciências Sociais e há anos participante um tanto quanto flâneur de alguns círculos variados de ativismo político no RJ, os relatos me entusiasmaram e aquiesci em participar do próximo a alguns amigos. Era com estes que tentava me comunicar disfarçadamente durante a referida reunião. Duas respostas curtas se sucederam rapidamente: “Pau comendo”; “Black bloc”.

A última me deixou atônito. Diferentemente do agora, em que o “black bloc” estampa capas de revistas de grande circulação e é tema especial de reportagens em canal de notícias nacionais, até aquele momento só era possível observar esta tática de luta anticapitalista a partir de vídeos, textos e artigos sobre manifestações em outros hemisférios, além oceanos, não em nossas praias tupiniquins. Ansioso para ver o que ocorria, dei fim à reunião que já se arrastava e rumei rapidamente à manifestação. Em meus anos de ativismo desde o ensino médio, mesmo não me considerando um militante e nunca tendo me filiado a nenhuma organização, já havia participado de dezenas de passeatas, visitado e participado de ocupações, chegando mesmo a ver a tropa de choque em ação – nada disso havia me preparado para o que testemunharia.

Cruzando as apertadas ruas do Saara, espaço de comércio popular no centro do Rio posicionado entre o já referido IFCS e a avenida Presidente Vargas, deparei-me com uma cena que parecia saída de reportagens de cenários de guerra. Bombas explodiam por todo o lado, jovens ativistas corriam perseguidos por várias motos policiais, nuvens de gás se espalhavam pelo camelódromo. Trabalhadores recém-saídos do trabalho tentavam desesperadamente se abrigar nas lojas, que eram apressadamente fechadas pelos comerciantes, muitos aterrorizados. Controlando a adrenalina, continuei avançando e cheguei à Presidente Vargas. Mais trabalhadores confusos, muita correria, dezenas de homens da PM fechando a avenida, enquanto o barulho das bombas prosseguia.

Subitamente, deparei-me com o que identifiquei como os referidos black bloc passando à minha frente, seguindo no sentido inverso ao pretendido inicialmente pela passeata. Muito diferente dos grupos organizados que veríamos chegar a algumas centenas de ativistas caracteristicamente vestidos de preto nas semanas seguintes em manifestações no Rio, os que passavam por mim naquele instante não contavam mais do que algumas dezenas de pessoas. Em sua maioria abaixo de vinte anos, alguns poucos vestidos com a cor negra, corriam a plena velocidade pelas largas calçadas da Presidente Vargas, acoçados e perseguidos por um grupo muito superior de policiais empregando balas de borracha, cassetetes e tasers indiscriminadamente e indiferentes aos transeuntes presos no meio do conflito.

Sem saber o que fazer, desorientado em meio à confusão, liguei para um amigo, que me atendeu prontamente. Encontramo-nos e me espantei que ele, também acostumado a passeatas, estava assustado. Começou a me explicar que tinha visto a polícia iniciar o confronto, o que foi seguido por manifestantes quebrando vidraças de algumas agências bancárias e de um prédio do Banco Central. Passamos a andar juntos, observando os danos feitos pelos ativistas e a ação de grupos do Batalhão de Choque fazendo varreduras e prisões a esmo pelo agora deserto Saara, que estaria cheio fosse um dia como qualquer outro. Os manifestantes tinham se dispersado, mas

os reencontramos seguindo a Presidente Vargas. Um pouco de dezenas se aglomeravam em frente à Delegacia Estadual da Criança e do Adolescente, prestando solidariedade a alguns detidos para ali encaminhados. Este grupo, ao qual nos integramos, multiplicar-se-ia até uma centena de pessoas com a chegada crescente de mais ativistas. Unidos, ainda bloquearíamos por alguns minutos o trânsito de quatro pistas da Presidente Vargas, ato pelo qual seríamos alvo de mais bombas e tiros por parte da tropa de choque antes de encerrar a noite.

Perdido, foi como me encontrei ao fim daquele dia. Estava imerso num misto de surpresa, encantamento, animação e preocupação, sentimentos que ainda se reproduziram amplamente pelas semanas seguintes pelos múltiplos acontecimentos. Participaria de plenárias envolvendo milhares de participantes de diferentes perfis e ideias em tentativas de deliberar de forma democrática e horizontal, sem representantes, novos atos e os rumos do movimento. Ocorreriam três ocupações – duas em frente à residência do governador e uma, ainda que muito breve, na Câmara dos Vereadores. Presenciaria enfrentamentos com a polícia, alguns alcançando o nível de batalhas campais chegando a envolver blindados, munições de borracha e também letais, bombas, cassetes, escudos e tasers por parte de policiais, e barricadas, estilingues, pedras, fogos de artifício, bombas de tinta, escudos e molotovs por parte dos manifestantes.

Haveria passeatas com centenas de milhares agremiando punks, anarquistas, comunistas, militantes partidários, movimentos sociais, sindicatos, ativistas LGBTT, manifestantes independentes, nacionalistas, internacionalistas, coletivos artísticos, velhos e jovens, direitistas e esquerdistas, os mais diversos grupos e pautas, muitas vezes até mesmo contraditórios entre si. Ficaria sitiado pela polícia junto a uma centena de outros jovens dentro de universidades federais. Observaria destruição por manifestantes de carro de rede de tevê, agências bancárias, ônibus, estabelecimentos comerciais, pontos de ônibus, etc. Testemunharia a polícia atacando pessoas indefesas, praticando prisões arbitrárias, impondo toques de recolher e atacando hospitais. Assombrar-me-ia com milha-

res de brasileiros, nascidos em nosso querido país do futebol, cantando a plenos pulmões “Não vai ter copa” e indo ao Maracanã aos milhares para protestar em dia de jogo da seleção. Veria um dia de paralisação geral dos sindicatos com uma passeata de dezenas de milhares. Acompanharia durante madrugadas a transmissão ao vivo dos Ninjas e sua nova modalidade de mídia alternativa, cobrindo indubitavelmente melhor (nenhuma outra palavra se aplicaria) do que os maiores canais de televisão. Todos estes fatos integram apenas uma diminuta listagem do que consegui vivenciar, de forma relativamente direta, em minha própria cidade.

Perdidos. Sim, perdidos, assim deveriam se confessar os partidos, os políticos, os analistas na academia, a polícia nas ruas, os governantes em seus palácios e os jornalistas em suas redações frente à onda de manifestações. Procuravam desesperadamente identificar, e por vezes até tentavam apontar e direcionar, líderes, objetivos, grupos, rumos, pautas. Falharam em grande medida. Assim como falharam todos os grupos que observei em primeira mão tentando direcionar univocamente a multidão num sentido desejado, seja em passeatas ou em plenárias. Creio que há uma raiz em comum para os erros de agentes tão diversos: lidar com tal efervescência coletiva tentando explicá-la somente através de concepções e categorias usualmente empregadas para pensar movimentos sociais e manifestações; estas concepções usuais não se aplicam facilmente à nova forma de ebulição social.

Indico aqui apenas algumas das singularidades, incomuns para o contexto brasileiro, que se apresentam: articulação em rede pulverizada, com grande uso da internet como ferramenta de mobilização; profusão das mais inúmeras reivindicações ao mesmo tempo no mesmo lugar; ações na rua realizadas no âmbito de uma diversidade de táticas incluindo desobediência civil, ação direta e uso de humor e frivolidade na crítica de autoridades; união no mesmo espaço de grupos e pessoas de posicionamentos políticos os mais variados; um desprezo pelas formas tradicionais de política e mobilização, compreendidas aqui como partidos, eleição de representantes e lideranças formais com rituais

de investidura. Isso tudo se traduz em formas de organização que tendem a desenvolver características como ênfase na horizontalidade e no caráter assembleístico, divisão em grupos de trabalho e tomadas de decisão por consenso. Afinal, como compreender e desenvolver uma chave de análise capaz de dar conta deste novo que surge de forma multifacetada? Onde estaria o ponto de ligação entre os black blocs, missas de sétimo dia para manequins, a mídia Ninja, os cantos de “acabou o amor, isso aqui vai virar a Turquia”, os palhaços com sua “Tropa de Nhoque”, as palavras de ordem contra Eike Batista, as Marcha das Vadias, a tarifa zero e os enigmáticos manifestantes que apareceram aos milhares pelas ruas trajando ao mesmo tempo a bandeira nacional e a máscara do revolucionário inglês católico Guy Fawkes popularizada pela HQ anarquista V de Vingança?

Por enquanto, só vislumbro uma forma de conciliar estes discursos e práticas fora do comum, que seguem ganhando espaço e se contrapondo à doxa ao encontrar vagas correspondências com as crises acobertadas que vivemos em nosso cotidiano. O tempo deu voltas e 1968 retorna a nos interpelar com sua exigência: “A imaginação ao poder”. No dia 17 de julho, continuando a onda de protestos do mês anterior, ocorreu no bairro do Leblon, na zona sul do Rio, mais um ato contra o governador Sérgio Cabral. Não diferente de muitos atos nas semanas anteriores, houve enfrentamento entre manifestantes e a polícia e depredação de bancos e lojas comerciais – o que foi ficou largamente conhecido pela profusa disseminação nos jornais do saque ocorrido na loja da Toulon. Em meio às barricadas erguidas durante os interstícios do confronto, dois manifestantes estendiam uma faixa, prontamente fotografada e filmada por vários dos repórteres que ali se encontravam. “A barricada fecha a rua mas abre novos caminhos”. Ali, naquela frase escrita em garranchos de tinta preta em tecido branco, havia mais do que uma simples paráfrase dos grafites que se espalharam por Paris naquele maio de 68. O autor, sabe-se

lá se consciente ou inconscientemente, talvez se poste para além de 68. A barricada não abre “o caminho”, como no original francês, mas “caminhos”, no plural, sugerindo o que parece figurar como diversas possibilidades.

É como se a sociedade, entendida da forma mais ampla possível, não aparecesse aos manifestantes como algo inexorável, transcendente aos cidadãos e dotada da única e melhor forma possível de organização, aquela que só poderia ser modificada por certos meios institucionais já instituídos. Parece que esta massa de pessoas que vai à rua, recusando-se a ser objeto de sentidos e rótulos fáceis, declara categoricamente: a sociedade é fruto de nossas próprias ações e está aberta a grandes intervenções imaginativas. Não à toa, no centro do estopim de todos os acontecimentos estava o Movimento Passe Livre. Esse anti-herói avesso a se posicionar como o líder; contendo em seu núcleo mais ativo jovens, recém-ingressos nos seus vinte anos; operando de forma abertamente apartidária; se organizando internamente com destaque radical à horizontalidade e à autonomia, o que o leva a tomar decisões por consenso dos participantes; e dotado de uma proposta ousada, a tarifa zero, colocada fora dos programas políticos cotidianos e apregoada por políticos dos mais diversos partidos como impossível. Não a esmo decolou: propunha novos métodos e arranjos para se combater velhos problemas e questões, como o transporte público e o desenvolvimento democrático de projetos para a cidade.

Enquanto grandes mudanças mensuráveis não aparecerem como fruto das movimentações, se é que haverá tais mudanças, talvez seja isto que esse movimento – ou estes movimentos, se levarmos a sério sua pluralidade – tem de mais interessante a nos dizer: se trata de um laboratório, de convites para transpor e romper limites, para experimentar outras formas de ação, de organização, de democracia, de política e de sociedade. O Brasil se declara agora no século XXI. Cabe a nós decidirmos como e em que direção isto se desdobrará.

As ruas em movimento e a democracia direta

Entrevista especial com Bruno Lima Rocha

“Hoje precisamos de uma cultura política que desconstrua lideranças carismáticas e devote ao coletivo e ao indivíduo associado, organizado em grupos de interesse ou de ideias, o protagonismo da política”, afirma o jornalista e cientista político.

“Precisamos de modelos democráticos nos quais o tempo social seja compartilhado também com a participação política, além do lazer (ócio criativo), do descanso e do processo produtivo. Isso só se assegura com a democracia de tipo direto, participativo, deliberando em coletivo e formando politicamente uma ampla parcela da população. A democracia representativa está superada porque a figura do tribuno como alguém acima, e não a serviço de quem o elegeu, é algo próximo do absurdo. Hoje precisamos de uma cultura política que desconstrua lideranças carismáticas e devote ao coletivo e ao indivíduo associado, organizado em grupos de interesse ou de ideias, o protagonismo da política”. A análise é do professor Bruno Lima Rocha, que concedeu entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

De acordo com o cientista político, vivemos hoje uma crise de representação, marcada pela ausência de instrumentos de democracia direta e por uma prática política voltada à governabilidade – portanto, caracterizada pelo barramento das mobilizações sociais. “É preocupante imaginar que as únicas esquerdas válidas para o Estado brasileiro venham a ser as agrupações eleitorais de todo tipo, as que reforçam o modelo de intermediação, o partido de tipo burguês, ou quando muito uma vanguarda autoconvocada que insiste na ‘tática’ eleitoral”, enfatiza ele.

“O conceito dos **Black Blocs** é – por sua natureza – pulverizado, e os governos de turno estão reprimindo uma nova cultura política, apenas isso. Temos de pensar na violência sistemática da repressão de uma polícia militarizada e que encara a população como sendo um alvo suspeito permanente. No Brasil, a segurança é patrimonial e voltada contra a pobreza. A revolta das ruas é decorrente desta percepção, e não o contrário”, destaca.

Bruno Lima Rocha é cientista político, com mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e jornalista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É professor de Relações Internacionais na ESPM-Sul e de Comunicação Social – Jornalismo na Unisinos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual foi a contribuição dos protestos pela redução do preço das passagens ocorridos no início de 2013 em Porto Alegre para as manifestações que eclodiram pelo país em junho?

Bruno Lima Rocha – Total. Se não houvesse os protestos, aliás, organizados todos os anos a partir do verão de 2005, as passagens urbanas em Porto Alegre não teriam sofrido a redução. Assim, podemos analisar uma situação clássica. O protesto social levou a um impasse político, considerando que a Justiça se viu obrigada a intervir, “emparedando” o prefeito José Fortunatti (PDT). Repito, se não fosse a mobilização convocada pelo **Bloco de Lutas** e o empenho das forças político-sociais que o compõem, nada haveria

acontecido. Lembro-me de haver escutado nas maiores emissoras de rádio do estado declarações tanto do prefeito como do vice (Sebastião Melo, PMDB) afirmando que o aumento era inexorável. Ou seja, o Poder Executivo da capital não retrocederia mesmo tendo a maior parte dos votos no conselho que executa ou refuta os aumentos. Uma vez que houve esta vitória pontual, como se diz na política, “abriu a porteira”, criou-se um precedente, levando o exemplo para São Paulo e Rio. Uma vez que o início dos protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL-SP) sofreu uma brutal repressão da Polícia Militar na Avenida Paulista – sendo que o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) comanda a PM e a causa tinha como alvo o aumento aprovado pelo [prefeito paulistano e] ex-ministro da Educação Fernando Haddad (PT) –, percebeu-se a unidade política para conter as forças sociais e políticas (à esquerda da tal da governabilidade). O resultado, com o advento dos atos no Rio – sendo que tanto o governo fluminense como o carioca também são alvos de investigação e escândalos de grande envergadura –, foi a nacionalização das manifestações e sua decorrente radicalização.

IHU On-Line – A partir desta pressão popular e de um pedido de liminar protocolado pelo PSOL, o juiz Hilbert Maximiliano Obara, da 5ª Vara Judicial da Fazenda Pública, suspendeu em abril o reajuste das tarifas alegando “fortes indícios” de aumento abusivo. A decisão do magistrado tem mérito individual ou é um indicativo de que a voz das ruas está pressionando o imobilismo estatal?

Bruno Lima Rocha – Mérito coletivo. Eu sempre afirmei que considerava “menos utópico” querer estabelecer outra forma de vida em sociedade, querer uma revolução social ou transformação radical e profunda, do que reformar o sistema capitalista com idealismo de tipo liberal radical ou jacobino. É certo que o juiz procedeu de forma correta, mas sem a pressão popular e a falta da legitimidade do aumento – reforçada com as suspeitas sobre a nota técnica do ano anterior – e a recusa das concessionárias em abrirem suas

planilhas, deram-se as condições técnicas para a execução de algo que já havia sido ganho na rua. Uma ação de estilo jacobino – aliás, corretíssima – como a das operações federais a respeito de supostos crimes contra o Estado e o mercado financeiro, levadas a cabo pelo ex-delegado federal Protógenes Queiroz (hoje deputado federal pelo PCdoB/SP) e com o aval do juiz Fausto de Sanctis, resultou numa reversão de expectativas e na punição dos operadores policiais e jurídicos. Quando o que está em jogo é o interesse popular, só as ruas decidem, e, por vezes, o Poder Judiciário pode acompanhar ou o Poder Executivo vir a reverter uma decisão já tomada em função do ônus político daí decorrente.

IHU On-Line – As manifestações de junho também foram precedidas pelos protestos durante a Copa das Confederações – no jogo de abertura, em Brasília, e nas partidas seguintes do Brasil. Estes protestos pediam menos recursos para os megaeventos e mais recursos para a saúde e a educação. Como eles contribuíram para as manifestações seguintes, organizadas principalmente pelo Movimento Passe Livre?

Bruno Lima Rocha – Esta parte da jornada de protestos é muito interessante. Os Comitês Populares da Copa iniciaram ainda em 2010 e eram coordenações de entidades de base e ativistas remando contra a maré do ufanismo advindo da escolha do país como sede do evento da FIFA em 2014 e do COI [Comitê Olímpico Internacional] em 2016. Mas, a partir do mau exemplo e das más consequências da Copa do Mundo da África do Sul para a população mais pobre do país – estive lá em um congresso em julho de 2012 e constatei os efeitos, além de ter contato com vasta literatura a este respeito –, somado ao aumento da navegação por internet, fazendo com que as minorias organizadas tivessem uma base de recepção, opinando a respeito do tema para além da “futebolização” cotidiana, vimos algo inimaginável no país.

Nunca se imaginou um movimento de multidões protestando contra a realização de um evento esportivo no Brasil, menos ainda um evento teste para a Copa do Mundo

Isto representa um câmbio na cultura política do país, encerrando a estampa de que vivemos de “pão e circo” ou então do “futebol como ópio do povo”. É interessante observar que tais manifestações não eram contra o esporte como cultura de massas, mas julgavam – e seguem julgando – inapropriadas as exigências da FIFA e os gastos decorrentes.

Os protestos e a questão da Copa no Brasil foram reforçados pelo evento do Pan-americano do Rio, em 2007, quando o orçamento estourou, as obras não foram bem feitas (vide a cobertura do estádio do Engenhão) e houve uma explosão de violência policial na cidade do Rio e em sua área metropolitana (conhecida como Rio Body Count). Ah, não podemos nos esquecer da tentativa de demolição do conjunto arquitetônico do Maracanã (Estádio Célio de Barros, Parque Aquático Júlio Delamarque, Aldeia Maracanã), cuja resistência ganhou visibilidade e expôs relações pouco ou nada ortodoxas entre o Poder Executivo do Rio e os grupos interessados na gerência da obra após sua privatização. Mudou a pauta do país, e isso é uma vitória do movimento popular e mérito dos pioneiros que organizaram os Comitês Populares da Copa.

IHU On-Line – Este conjunto de manifestações tem alguma relação com os protestos realizados em outubro em São Paulo e no Rio de Janeiro, marcados pela violência?

Bruno Lima Rocha – Sim, tem sim. Observe-se que, no Rio, a luta se qualifica com a junção do Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação (SEPE) e os manifestantes de junho. O aumento da violência policial eleva a capacidade de resposta da utilização da tática conhecida como “**Black Bloc**”. Já em São Paulo, os protestos mais populares têm o perfil típico da revolta das periferias ou então dos movimentos em defesa da moradia. Não posso esconder o fato de que, por vezes, são convocados protestos de forma desvinculada da luta popular mais cotidiana (como a dos trabalhadores em educação), mas, se tomarmos o Rio como epicentro da continuidade após julho, a situação lá se assemelha ao narrado no filme **Tropa de Elite 2**.

Há uma percepção de conluio e corrupção endêmica entre o poder político e o agente econômico (como no episódio lamentável do Papódromo, conhecido também como Piscinão de Guaratiba), e esta ideia atravessa os protestos, assim como a CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito] na Câmara de Vereadores [do Rio de Janeiro] a respeito dos concessionários de linhas de ônibus. A violência no Rio explode também em função da desapareição forçada do pedreiro Amarildo e do agendamento desta luta. A palavra de ordem “a polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela” unifica setores importantes e gera uma identidade comum.

IHU On-Line – Dentro desta perspectiva, é possível apontar para onde a democracia representativa irá nos levar?

Bruno Lima Rocha – Para onde já estamos. Uma crise de representação, a ausência de mecanismos de tipo democracia direta – por isso a tragédia da ausência dos elementos de democracia eletrônica de forma plebiscitária que constavam no relatório original da reforma política – e o reforço da lógica do descolamento do representante para os supostos representados. Infelizmente, no jogo real, assume-se a máxima que “voto é marketing, o resto é política”. A democracia representativa gera o pacto pela tal da governabilidade e necessita do estancamento das mobilizações populares.

IHU On-Line – E a violência poderá nos levar para onde?

Bruno Lima Rocha – A violência policial elevou o nível de protesto no Brasil e isso pode implicar uma escalada repressiva e de perseguição política como a que já estamos vivendo em forma inicial aqui no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. É preocupante imaginar que as únicas esquerdas válidas para o Estado brasileiro venham a ser as agrupações eleitorais de todo tipo, as que reforçam o modelo de intermediação, o partido de tipo burguês, ou quando muito uma vanguarda autoconvocada que insiste na “tática” eleitoral. O conceito dos **Black Blocs** é – por sua natureza – pulverizado, e os governos de turno estão reprimindo uma nova cultura política, apenas isso.

Temos de pensar na violência sistemática da repressão de uma polícia militarizada e que encara a população como sendo um alvo e suspeito permanente. No Brasil, a segurança é patrimonial e voltada contra a pobreza. A revolta das ruas é decorrente desta percepção, e não o contrário.

IHU On-Line – A democracia representativa está superada?

Bruno Lima Rocha – Sim e não. Não está porque é um instrumento considerado válido pela maior parte das forças políticas. E sim porque esta democracia não garante o mando do povo (demo + cratos) como nos explicam os radicais gregos do termo. Precisamos de modelos democráticos nos quais o tempo social seja compartilhado também com a participação política, além do lazer (ócio criativo), do descanso e do processo produtivo. Isso só se assegura com a democracia de tipo direto, participativo, deliberando em coletivo e formando politicamente uma ampla parcela da população. A democracia representativa está superada porque a figura do tribuno como alguém acima, e não a serviço de quem o elegeu, é algo próximo do absurdo. Hoje precisamos de uma cultura política que desconstrua lideranças carismáticas e devote ao coletivo e ao indivíduo associado, organizado em grupos de interesse ou de ideias, o protagonismo da política.

IHU On-Line – É possível conceber um modelo de organização política democrática sem a presença de partidos?

Bruno Lima Rocha – Sem partidos de tipo burguês, de tipo intermediário, sim. Sem vanguardas autoeleitas e autoimbuídas da liderança da classe ou qualquer outra sensação semelhante de “destino histórico”, também. Sem minorias organizadas, ideológica e politicamente organizadas, não. Precisamos de organizações políticas não eleitorais para que a população entenda que a política pode estar a serviço das maiorias, trabalhar para organizar o tecido social e não tomar proveito de suas expressões sociais.

IHU On-Line – Qual é a contribuição do anarquismo para as manifestações de junho e de outubro?

Bruno Lima Rocha – São dois temas distintos. Já afirmei em outras ocasiões que o anarquismo organizado, o anarquismo que se manifesta através da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), é diretamente responsável pela existência mesma das manifestações. Não se trata de hegemonia, mas de influência, de participação direta, de trabalho de base de no mínimo uma década, de haver insistido na rearticulação do tecido social mesmo durante o “co-governo” atual (Lula e Dilma). Esta é a contribuição do anarquismo conhecido como de linha especificista, ou organicista, ou organizado politicamente.

Já o emprego da tática conhecida como **Black Bloc** não passa pelas federações ou coletivos filiados na CAB, mas sofre influência da transmissão de símbolos advindos da chamada autonomia europeia, que depois deriva para os protestos antiglobalização (como Seattle 1999 e Gênova 2001) e assume o emprego atual. As denúncias da violência cotidiana são parte constitutiva do pensamento anarquista desde sua estruturação na ala federalista da 1ª Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, 1864-1871), quando o pensamento político que entende a liberdade individual e coletiva como confluentes com a justiça social e a igualdade de direitos se expressa por dentro das lutas operárias e populares da época. Como o anarquismo também é a expressão ideológica do antimilitarismo, este conjunto de ideias fornece os elementos para expressar estas denúncias.

IHU On-Line – Como se manifestam as violências praticadas pelo Estado e pela organização do capital no cotidiano?

Bruno Lima Rocha – Creio que parte desta pergunta eu respondi antes. Mas posso reforçar que o modelo pós-fordista, que nos obriga a trabalhar, estar conectados, estudar em turnos extras e fazer cursos de formação infundáveis, acaba operando como elemento de violência, sujeitando os sentidos, uma versão cibernética do que Foucault conceitua como a subordinação dos corpos para o mundo do trabalho – ou para a ação militar. As violências do Estado no cotidiano são visíveis, e por isso mesmo os brasileiros têm uma péssima apreciação das polícias visíveis. Já o mundo do

trabalho nos força a pensar de forma individual, nos atomiza, nos fragmenta, gera a “individualização”, fruto da fragmentação social. Eu diria que a violência do modelo pós-fordista é mais constrangedora do que a violência física da repressão policial ou das formações paralelas, como as redes de narcotráfico ou os para-policiais (a exemplo das milícias no Rio).

IHU On-Line – Gostaria de comentar algum ponto adicional?

Bruno Lima Rocha – Entendo que o debate a respeito da soberania popular e do destino coletivo está seriamente ameaçado pela crescente criminalização dos protestos sociais no Brasil. É preciso atenção sobre o tema e um posicionamento político. 2014 não será um ano tranquilo para o país, em todos os sentidos.

Por Luciano Gallas

“A juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros”

Entrevista especial com Jorge Barcellos

“A luta política vai continuar. Os movimentos de jovens não vão parar. A parcela radical poderá ter momentos de recuo, mas retornará logo em seguida. É que a estratégia do movimento é a mesma dos revoltosos de 1789, a da ofensiva permanente. No que vai dar, eu não sei”, afirma o Coordenador do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre.

“Os movimentos das ruas são importantes, sua consciência é notável, mas a adoção de formas de violência, seja qual for o motivo, introduz os seus atores no campo da guerra. Esse é o meu limite para as manifestações das ruas: elas só têm legitimidade se são pacíficas, se não cedem à violência de Estado”, afirma Jorge Barcellos, professor e coordenador do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Ele tem uma postura muito crítica em relação àquilo que considera excessos das manifestações de ruas que ocorreram em todo o Brasil, mas se debruça, particularmente, sobre os eventos ocorridos na capital gaúcha.

Jorge Barcellos considera que a violência das ruas gera uma sociedade fascista. Para ele, a falta de diálogo entre Estado e manifestantes gera um círculo vicioso no qual os argumentos de ambos os lados levam sempre a uma discussão em que todos são vítimas e algozes. Por outro lado, argumenta que a questão emergente diz respeito à relação entre os manifestantes e a imprensa. “Minha questão não é a relação entre os manifestantes e o Estado, mas entre os manifestantes e a imprensa. Essa falta de diálogo é que me preocupa. (...) O problema é justamente esse, substituir

uma verdade – a da imprensa – por outra – a do movimento, considerada ‘a’ verdade”, ressalta.

Apesar de todas as críticas, Jorge Barcellos reconhece a importância do movimento: “Para mim, a juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros. O Estado tem diante de si a oportunidade única de ‘ouvir os anseios do povo’, mas precisa parar para ouvir”, pondera.

Jorge Alberto Soares Barcellos é licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre e doutor em Educação pela mesma universidade. Possui experiência de magistério nos ensinos médio e superior, além de publicações nas áreas de história, educação e política educacional. Atualmente é Coordenador do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre, onde é responsável pelo projeto Educação para Cidadania. É membro do Conselho da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, da Câmara Municipal, e professor convidado do Studio Clio e do Sistema de Ensino Galileu (SEG). Recebeu a Menção Honrosa do Prêmio José Reis de Divulgação Científica e o Troféu Expressão da FINEP, ambos em 2006, pelas atividades do Projeto Educação para Cidadania da Câmara Municipal de Porto Alegre, sob sua coordenação.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Existem limites às manifestações? Até onde vai a legitimidade do manifesto?

Jorge Barcellos – Primeiro, minha interpretação é apenas como observador. Não tenho par-

ticipado dos manifestos nem de qualquer grupo organizado. O que talvez seja uma vantagem, pois minha posição aproxima-se daquilo que os antropólogos chamam de “estranhamento”, isto é, frente ao envolvimento intenso dos atores, revelado pela intensidade das manifestações, talvez um olhar de fora ajude a compreender as características dos movimentos. Acredito que, para compreender os limites das manifestações, devemos procurar entendê-las a partir de um referencial adequado. A teoria sociológica clássica, evidentemente, não é suficiente para dar conta da energia social posta em ação. Eu diria que para um movimento pós-moderno é preciso uma teoria pós-moderna. Por isso eu prefiro tentar entender o movimento das ruas – movimento de junho, as manifestações, ou como quer que o denominemos genericamente – a partir de outras categorias e contribuições de autores não muito comuns na sociologia.

Por exemplo, se tomamos o pensamento de Paul Virilio, arquiteto e instigante filósofo francês, autor de **El procedimiento silencio** (Buenos Aires: Paidós, 2001), que fez reflexões sobre a função da guerra e a militarização da vida cotidiana, não é paradoxal que, no dia seguinte aos primeiros quebra-quebras protagonizados pelos Black Blocs, moradores e pequenos comerciantes tenham adotado a transformação de seus espaços em bunkers, os mesmos descritos por Virilio em seus trabalhos? Não é notável esta transformação do espaço urbano? As paliçadas ainda estão lá, na Borges de Medeiros e, é claro, principalmente no prédio onde mora o Prefeito? Por quê? Porque para Virilio a guerra se faz por si própria e pela percepção, e toda a batalha implica em um campo e em métodos de percepção que permitam tanto o ataque quanto a defesa. Minha interpretação é, nesse sentido, bastante conservadora: os movimentos das ruas são importantes, sua consciência é notável, mas a adoção de formas de violência, seja qual for o motivo, introduz os seus atores no campo da guerra. Esse é o meu limite para as manifestações das ruas: elas só têm legitimidade se são pacíficas, se não cedem à violência de Estado. Se o fazem, elas introduzem a lógica da guerra no interior das cidades. Por isso, muito cedo, dentro da lógica de ultrapassar os limites, os

grupos violentos fizeram uso da mesma retórica libertária: não é quebra-quebra, é estética.

Estética e guerra

Ora, não me parece consolidada hoje sequer a ideia de uma arte contemporânea ou **Body Art**, veja-se o debate em torno da exposição **Sensation**, a qual tentou também romper a barreira dos limites, com seu tom mórbido, com sangue humano e cadáveres de animais. A primeira questão colocada foi: isto é arte? Do mesmo modo, apelando à violência ou cedendo de alguma forma a ela, a questão que se coloca é: isto é contestação? E, de igual maneira, o que estava em jogo na arte: chamar a atenção de forma disruptiva para transformá-la mais uma vez em ativo financeiro, e não é por outra razão que obras de arte passaram a ser um dos investimentos do sistema bancário. Assim, as contestações que ultrapassam o limite da sociabilidade e caem na violência, transformam o movimento social em outra coisa. E, da mesma forma que Jacques Rancière – outro autor que se coloca ao lado destas perspectivas ditas pós-modernas – sentenciou que a arte modernista só foi modernista porque anunciou uma abertura do tempo e a imagem de uma nova sociedade possível, que tipo de sociedade a violência das ruas – aqui, nossa ultrapassagem de limites – encarna? Minha resposta é: uma sociedade fascista.

IHU On-Line – Considerando os diversos programas sociais e de desenvolvimento do Estado – Bolsa Família, Prouni, PAC, etc. –, o Brasil apresenta, em relação a outros períodos, um cenário favorável do ponto de vista econômico e social. Por que surgem manifestações neste ambiente?

Jorge Barcellos – Uma obra recente que trata dos avanços sociais nos governos Lula e Dilma foi organizada por Emir Sader e chama-se **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil** (São Paulo: Boitempo Editorial, 2013). Nela está descrito o significativo avanço no campo social com a inclusão de 16 milhões de famílias no mercado de consumo moderno. É claro que tal inclusão perde valor se não estiver associada a espaços de

criação de renda. Por esta razão a agenda macroeconômica da reindustrialização é ainda central, e o crescimento positivo, ainda que decrescente (2003 a 2006: 3,5; 2007-2010: 4,6; 2010-2012 despencando de 2,7 para 1,0), e a intervenção do governo na taxa de juros revelaram uma economia conduzida adequadamente – dentro de um contexto saído da crise de 2008. Quer dizer, não estávamos tão mal na economia, houve o efeito de minimizar no social eventuais perdas. Isto é, poderia ter sido pior. Não foi por intervenção do governo. No que se refere às classes mais baixas, já que indicadores apontam para uma redução da taxa da pobreza de 26,7% em 2006 para 12,8% em 2008. A classe média, para falarmos nos grupos mais próximos do movimento das ruas, elevou-se de 38% para 52% da população.

Dois grupos

Uma razão que eu encontro para a emergência das manifestações é o fato de que beneficiários das políticas sociais e manifestantes integram o mesmo grupo. O que é uma obviedade, já que podemos localizar nos rincões os beneficiários das políticas públicas – além, é claro, no círculo das periferias urbanas, e no centro das cidades mais desenvolvidas o movimento das ruas. Ainda vejo como um movimento no qual predominam universitários, a maior parte insatisfeita, de forma geral, com as políticas públicas. Preocupa-me, no entanto, a força que adquiriu no seu interior o movimento anarquista. Como um movimento de classe média urbana, a juventude universitária que ocupa as ruas representa, por outras razões, o retorno dos estudantes, como fizeram em 1964, não contra um Estado autoritário e a censura, mas contra um Estado que beneficiou os pobres somente. Eu diria: uma classe média afastada da pobreza não viu as melhorias sociais. Claro que foram num contexto populista, com problemas de mudança de condição de vida, etc. Mas, em 1964, eram jovens marxistas nas ruas; hoje são jovens anarquistas. Minha pergunta é: por que o anarquismo emergiu triunfante? A razão que encontro é que os anarquistas encontraram um notável espaço de manobra para assumir a cen-

tralidade do movimento. Primeiro, pelo incentivo de partidos ou a possibilidade de militar em um.

Partidos

Não nos enganemos, nestas práticas políticas ainda predominam a organização em rede, quer dizer, práticas militantes que alimentam o fornecimento entre sociedade e partidos, entre dirigentes, militantes e simpatizantes, de um continuum onde as relações são porosas. “O Partido se apoia em redes relacionais que se entrecruzam”, diz Frederic Sawicki, notável cientista político. Para mim trata-se de outra forma de recrutamento, processo de consolidação de relações entre grupos que colaboram entre si para um projeto, ainda que de modo indireto. Arriscaria dizer que, indiretamente, este movimento está buscando fortalecer a extrema-esquerda (PSOL e assemelhados) como alternativa ao PT, ex-esquerda e agora centro – esquerda – numa visão otimista. É o tipo de rede de consolidação apontada por Sawicki no pensamento do politicólogo francês Michel Dobry, pois relaciona grupos sociais inicialmente separados. O que as manifestações não querem é assumir seu laço com a extrema esquerda e seu projeto de oposição ao atual governo. Isto não é suficiente para explicar o movimento, reconheço, mas é um dos pontos que eu considero chave.

IHU On-Line – A crítica presente nas manifestações se referia ao modelo de democracia representativa em si ou às práticas políticas?

Jorge Barcellos – Evidentemente, trata-se de uma crítica de senso comum às práticas políticas. Não vejo sucesso em um movimento que critique o modelo de democracia que instalamos, desejamos e estamos construindo. Não estamos sequer deixando de considerar que é uma democracia imperfeita, uma democracia em que parte da política não faz o seu papel, mas que é a democracia representativa que temos. A crítica é senso comum porque recolhe do imaginário dos meios de comunicação de massa os fragmentos de crítica no ar – corrupção, roubalheira, do que estão justamente ausentes toda a referência aos avanços

sociais. É a matéria de expressão – para usar uma frase da psicanalista Suely Rolnik – apropriada pelas massas de forma acrítica. A minha observação é que o componente de crítica ao modelo de democracia representativa existia apenas naqueles grupos anarquistas mais radicais. E de fato, observando algumas páginas de diretórios acadêmicos de universidades, ainda no início do ano, chama a atenção que alguns já estavam estudando a questão da auto-organização, por exemplo. É notável que os grupos se arrisquem a criticar a democracia representativa, pois o contra-argumento em voga no pensamento moderno é justamente o de que o capitalismo hoje não precisa mais de democracia.

Democracia representativa

O filósofo esloveno Slavoj Žižek disse isso do caso chinês, no que é acompanhado pelo escritor alemão Ingo Schulze ao pé da letra. Não dá para arriscar questionar justamente a validade ética da democracia representativa, pois a alternativa é muito pior. A crítica só pode ser entendida como um oportunismo radical da extrema esquerda que ideologiza o debate político de parcelas da juventude e o capitaliza em seu benefício para questionar o status quo. É claro que a democracia representativa possui limites, dados justamente pelas práticas políticas. Mas há um notável avanço no combate à corrupção, no incentivo à atuação fiscalizadora das prefeituras, nos portais de transparência, nos processos levados a cabo pelo Ministério Público, a própria transparência existente na Lei do Orçamento, na participação para a elaboração de emendas, etc.

IHU On-Line – O fenômeno das manifestações de 2013 reinaugurou uma prática política que foi muito vigente durante o regime militar – as marchas nas ruas. No entanto, possui características particulares correspondentes à nossa época. O que se mantém daquele período e o que é exatamente novo? Jorge Barcellos – Gostaria de analisar a manifestação que envolveu a Câmara Municipal, espaço onde trabalho. Lamento contrariar a maioria

dos universitários, mas minha posição é bastante conservadora. Minha questão é se seu lado progressista é suficientemente forte para superar o seu lado reacionário. Vejamos pontos pouco abordados nas análises do movimento. O filósofo e urbanista Paul Virilio, desde **Guerra Pura: a militarização do cotidiano** (São Paulo: Brasiliense, 1984), tem caracterizado o uso de estratégias militares no meio urbano. Para ele, não é necessário portar armas para ser um militar, basta experimentar a mentalidade militar: “Sem o saber, já somos todos soldados civis. E alguns de nós sabem disso. O grande golpe de sorte, para o terrorismo da classe militar, é que ninguém o reconhece. As pessoas não reconhecem a parte militarizada de sua identidade, de sua consciência”. Em sua obra posterior, **Velocidade e Política** (São Paulo: Estação Liberdade, 1996), Virilio aponta como elemento da mentalidade militar o “modo de movimento nas cidades”. Ele observa que Engels caracterizou a vida de Paris nas ruas do século XIX como sendo “onde a vida circula mais intensamente”. Por essa razão, os contingentes revolucionários tendem a nascer não nos locais de produção, como fábricas, mas nas ruas das cidades: “a massa não é um povo, mas uma multidão de passantes”, diz Virilio.

Assim foi em Porto Alegre com a tomada, pelo movimento da juventude, de ruas e avenidas pensadas como espaços de ocupação e/ou enfrentamento. Décadas atrás, num dos piores momentos da história, dizia Joseph Goebbels a esse respeito: “quem conquistar a rua, conquistará também o Estado”. Por isso o primeiro território de ocupação dos jovens manifestantes foi o asfalto, vias como as Avenidas Borges de Medeiros, João Pessoa e Ipiranga. Para Virilio, a estratégia de ocupar as ruas é sempre militar e aqui cumpre um papel paradoxal, já que na luta pelo transporte é a própria massa de estudantes que se torna o primeiro transporte coletivo, definindo a cidade como seu front de batalha. As massas desesperadas de Engels que em 1848 “reclamavam pão, trabalho ou morte” foram substituídas pelas massas estudantis que reclamam por “transporte, saúde, educação”.

Diz Virilio, “já é tempo de se render às evidências: a revolução é movimento, mas o movi-

mento não é uma revolução”. A invasão do legislativo inaugura uma nova etapa nessa estratégia, a da conquista das instituições. Ela foi marcada por uma sociabilidade interna festiva e dionisíaca, com seus momentos de festa, conagraçamentos e alegria, como descreve o sociólogo francês Michel Maffesoli em sua obra **O Nascimento das Tribos** (São Paulo: Editora Forense Universitária, 2006), a qual se contrapunha uma militarização no melhor estilo SS, com controle de acesso externo do prédio do legislativo, uso de rádios de comunicação, fiscalização da entrada e saída de funcionários, rondas internas e administração dos fluxos da cidade no parlamento, frente a uma Guarda Municipal estupefata. É preocupante o fato de que um movimento social sintasse no direito de impor o custo de suas operações às instituições – na invasão do parlamento, a paralisação das atividades, o desrespeito aos símbolos do legislativo – porque o gesto é expressão da apropriação do conceito de “dano colateral”.

Zygmund Bauman, em **Danos Colaterais** (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013), lembra que esse é outro ingrediente da “mentalidade militar”, definido pelo menosprezo dos efeitos de uma guerra particular pelos organizadores. Bauman alerta para o detalhe de que tal posição é sempre duvidosa, os “danos” acontecem ou porque não foram previstos pelos organizadores, ou porque foram considerados “menos importantes” e cujo sacrifício é considerado suportável pelos movimentos. Neste instante, o movimento projetou sobre si mesmo o espelho de sua desapareição. É que para o filósofo esloveno Slavoj Žižek, a violência simbólica é muito mais grave que a real, o que na Câmara foi representado pelo congelamento de sua soberania. Fim do espaço dos representantes.

IHU On-Line – A falta de diálogo entre os manifestantes (caracterizado nos mais violentos) e o Estado (caracterizado na polícia) é sintoma de que tipo de relação? Que desafios estão postos à convivência destes dois entes?

Jorge Barcellos – Esta falta de diálogo já foi bem caracterizada pelos analistas de plantão. Os argumentos já fazem parte do debate: insensibili-

dade do Estado, autoritarismo das corporações, numa relação que faz de ambos vítimas e algozes. Sinto pela perda de um trabalho no campo dos direitos humanos que parcela da polícia fazia e que depois dos movimentos e reações ficou desacreditado. Agora, minha questão não é a relação entre os manifestantes e o Estado, mas entre os manifestantes e a imprensa. Essa falta de diálogo é que me preocupa. Achar que **Zero Hora** é um veículo burguês apenas, é uma visão simplificada. É óbvio que há jornalistas de todos os matizes, que há uma luta interna, e negar o diálogo em nada acrescenta ao movimento social. Ao contrário, há interessantes dissensos entre os jovens justamente nesse ponto, uma vez que houve manifestações de lideranças publicadas na **ZH**, contrariando seu discurso. Essa questão ficou evidente também no caso da Câmara Municipal.

Imprensa

Depois de invadirem o plenário, os jovens realizaram a assembleia do movimento e o primeiro encaminhamento foi a questão do controle da informação. Ela deveria ser transparente entre os participantes, entre os integrantes do bloco, daí a necessidade formal de apresentação e vedado o seu acesso à imprensa tradicional, acusada de manipuladora e ideologicamente comprometida com o capital. Pela apresentação dos participantes, ficamos conhecendo os integrantes do movimento: Federação Anarquista Gaúcha, Frente Nacional dos Torcedores, Frente Autônoma, Centro de Cultura Libertária do Bairro Azenha, Centro de Estudantes de Ciências Sociais, Coletivo Vamos à Luta, Unidos pra Lutar, estudantes de diretórios acadêmicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ufrgs.

Alguns estudantes apresentavam-se como integrantes de três movimentos sucessivos, e outros de outras cidades, como Campo Bom e Novo Hamburgo. Grupos de todos os perfis e ideologias: Grupo Anarco-Feminista, Levante Popular da Juventude, Coletivo Ovelhas Negras, Coletivo Kizomba, Coletivo Putinhas Abortadeiras e estudantes dos cursos de ciências sociais, odontologia, comunicação, biologia, engenharia e de cursos

pré-vestibulares. Havia também professores e pelo menos um servidor da área de saúde.

Mas como fazer uma democracia baseada no controle da difusão de informações? Rodrigo Brizola, da Frente Autônoma, apregoa na assembleia que só ficariam os meios de comunicação com os quais o grupo “tenha confiança”. A partir daí tomar o poder passa pelo controle da informação e impedir o acesso da “mídia tradicional” é referendado pelos inúmeros coletivos presentes. A recusa da “mídia tradicional” não é hegemônica: Matheus Gomes, do DCE da Ufrgs e integrante do movimento, publica no dia 19 de julho artigo de opinião em **Zero Hora**, na “mídia burguesa” que critica. Assim como a função dos *sans-culottes* durante a revolução francesa era exercer a delação de suspeitos, vigiar bairros e imóveis, efetuar prisões, os novos revolucionários outorgaram-se a si a tarefa de controle da imprensa livre. Isso é um problema.

Por outro lado, os jovens fizeram a grande revolução da informação ao criarem seus próprios veículos de comunicação via Internet. Com suas páginas no Facebook e a criação de um canal de televisão online (Catarse.com), os jovens fizeram sua revolução particular no modo de organização dos movimentos sociais. A partir de agora, todo movimento social deve aos jovens uma nova forma de difusão de informações em tempo real. Mas o problema é justamente esse, substituir uma verdade – a da imprensa – por outra – a do movimento, considerada “a” verdade. Onde fica o direito à livre interpretação?

IHU On-Line – A polícia continua presa às práticas do século XX? Quais são os desafios em relação à garantia da segurança pública e do direito de se manifestar?

Jorge Barcellos – Para começar, consideremos o poder de polícia da própria Câmara no seu interior: ele foi zero. A conquista do prédio da Câmara foi uma vitória simbólica, já que a guerra “é a continuação da política por outros meios”. Mas o fato de que tenham conseguido fazer o deslocamento do movimento das ruas para às instituições não significa que tenham tido sucesso em sua revolução. Para mim, novamente, a garantia do direito de se manifestar exclui a possibilidade de vio-

lência. Somente isso nos dá condições de exigir do Estado repressão aos seus agentes, somente isso dá condições de cobrar das autoridades pacificação. Como garantir o direito de se manifestar, se os mesmos jovens que foram vítimas da truculência das abordagens policiais, por breves instantes reproduziram as estratégias de seus algozes no interior do legislativo? As cenas são conhecidas: um fotógrafo agredido, um presidente intimidado, um parlamento isolado, símbolos ultrajados.

Estas ações são a atualização da invasão do **Palais Royal**, de Paris, mas enquanto no **Ancien Régime** a tomada da moradia do rei significava a tomada do Estado, a tomada do plenário da Câmara significou a privatização por uma classe do espaço da soberania popular. As imagens de violência que circularam na Internet mostram, na expressão do sociólogo francês Jean Baudrillard, que “transgredimos tudo, inclusive os limites da cena e da verdade”. A tentativa de invasão da TV Câmara por “suspeita” de servir de abrigo a jornalistas e a expulsão de jornalistas do prédio da Câmara ocorre nesse contexto de exercício e legitimação da violência e de controle da informação, intimidando funcionários e trabalhadores.

Redes Sociais

Nas redes sociais, o movimento partiu para a justificação de seus atos em nome da “causa”, criticando as “supostas” vítimas. Suspeito que a vinda de autores como o filósofo esloveno Slavoj Zizek a Porto Alegre tenha criado o fermento radical nas lideranças locais da extrema esquerda. Ao invés ouvirem o que sua crítica cultural ao capital tem de construtivo para a uma nova interpretação do mundo, preferiram as suas passagens que elogiam a violência. “O projeto comunista do século XX era utópico precisamente na medida em que não era suficientemente radical (grifo meu)”, diz Zizek. Pior, ele insiste que essa resistência deve incluir o uso do terror: “Lembrem-se da defesa exaltada do Terror na Revolução Francesa feita por Badiou, na qual ele cita a justificativa da guilhotina para Lavoisier: “A República não precisa de cientistas” diz Zizek. Não é o que vemos no interior dos movimentos de jovens quando é tole-

rada a sua violência no legislativo sob a alegação de que a do Estado é pior? Nenhuma violência pode ser tolerada de nenhum lado, essa é a questão. Por isso a retomada pelo Estado dos objetivos e fins da sua estrutura policial é um ponto da agenda política.

Projetos de direitos humanos no interior da corporação precisam ser efetuados, qualificação de seus membros naquilo que se convencionou chamar de bases da segurança pública coletiva precisa ser reforçada. Não se admite que a corporação permita que a mentalidade da “caçada” ressurgira das cinzas no seu interior. Ela foi frequente no antigo regime, na repressão aos movimentos sociais e foi substituída pelas estratégias de controle a distância. Policial armado com balas de borracha que fere manifestante tem de ter punição exemplar porque a agressão desvirtua as finalidades do distanciamento que o controle das massas exige. Mas não é admissível ver policiais que socorrem vítimas serem agredidos, como um policial da capital no meio de manifestação.

IHU On-Line – Que alternativas são possíveis para alcançarmos o “reconhecimento mútuo” proposto por Richard Sennet?

Jorge Barcellos – Este é um autor que tem muito a dizer sobre os movimentos. Lembro da pergunta de uma colega simpatizante do movimento: “De que lado você está?” O sociólogo americano Richard Sennet em **Juntos: os rituais dos prazeres e a política da cooperação** (Rio de Janeiro: Record, 2012) critica justamente isso, o autoritarismo presente na obrigatoriedade de se decidir por um lado sem avaliação, pois a partidarização da vida política é responsável pela mentalidade do “nós-contra-eles”, justamente o que ocorreu nas redes sociais em Porto Alegre. Como Zizek sugere em **Bem vindo ao deserto do real** (São Paulo: Boitempo, 2003), na opção entre a pílula azul e a vermelha tornada famosa na cena do filme **Matrix**, a obrigação de optar entre fantasia e realidade não é suficiente, por isso Zizek requer uma terceira pílula, que lhe permita ver “a realidade na ilusão em si mesma”. É o que todos temos de fazer, encontrar uma outra forma de reivindicar o que é certo sem ceder à violência. O movimento das ruas não vai parar. Ele é jovem, é

autêntico, mas tem contradições. Há muitos grupos no seu interior disputando a hegemonia e se alimentando das mais diferentes ideias. Sua estratégia é clara: sair das ruas para as instituições. Os “erros” do movimento precisam ser avaliados internamente pelos jovens e pela sociedade. Os jovens querem uma revolução sim, é seu direito, suas reivindicações são legítimas, mas a tomada do legislativo nada mais foi do que o “desvio do velho assalto social” (Virilio), uma tomada abrupta do espaço do poder, mas isso não significa a tomada do poder.

Reconhecimento público tem relação com isso, solidariedade e negociação, estabelecer relações com o diverso, fundamento da política negado pelo movimento anarquista. Não posso negar a existência do Estado simplesmente porque sei exatamente como funciona uma sociedade sem Estado: basta ver o que ocorre nas regiões mais pobres do centro africano ou do extremo oriente. Tenho reforçado a ideia de que os jovens devem ser os primeiros a se mobilizar para a construção de políticas sociais, de fortalecimento da função social do Estado, o que não é feito no contexto da violência. O notável ativismo político deve fundar as novas discussões via redes de Internet sobre problemas e suas soluções.

IHU On-Line – Que respostas o Estado deu desde as manifestações de junho? Na sua avaliação, por que alguns grupos mantêm ações sistemáticas?

Jorge Barcellos – Para mim, a luta política vai continuar. Os movimentos de jovens não vão parar. A parcela radical poderá ter momentos de recuo, mas retornará logo em seguida. É que a estratégia do movimento é a mesma dos revoltosos de 1789, a da ofensiva permanente. No que vai dar, eu não sei. Espero que o desejo democrático dos jovens seja vitorioso, mas temo que os jovens possam dar espaço para as características autoritárias que observo, seu “dark side”. Por isso a fala da deputada federal Manuela é exemplar: “Não vou me tornar igual àqueles que combato”. Engana-se quem pensa que a ocupação do legislativo foi um objetivo, não foi. Foi uma “experiência” que deu aos jovens o gosto do poder e por isso todo cuidado é pouco. Iniciou-se uma nova

etapa no movimento das ruas. Os jovens estiveram diante de um passo perigoso em direção ao Estado de Emergência, mas souberam negociar e honrar o acordo com o Estado.

Os jovens precisam recusar a possibilidade de entrar em guerra contra o Estado. “Só a troca nos protege do destino”, diz Baudrillard. Mas o Estado precisa recusar criminalizar o movimento. Estamos no pior momento para fazer generalizações. Como diz Virilio, num mundo onde a velocidade dos fatos supera sua compreensão, a necessidade de parar toma sentido político. A repressão de Estado se faz mais por sua desestruturação interna do que por uma finalidade de governo. É preciso parar para refletir. As ações radicais dos jovens se mantêm por um misto de desesperança, raiva, vazio existencial e falta de projeto. Por isso a interpretação de Jean-Luc Nancy é atual: “a verdade da democracia é que não se trata de uma forma política entre outras, ela quis ser na era moderna a refundação integral da coisa política. É o nome de um regime de sentido cuja verdade não pode submeter-se a nenhuma instância ordenadora, nem religiosa, nem política, nem científica, nem estética, porque se compromete por inteiro com o “homem” enquanto risco e possibilidade de si mesmo. Ela deve ser o lugar dos meios de abrir e manter abertos os espaços de suas obras” diz o autor de **La verdad de la democracia** (Madrid: Amorruto Editores, 2009). Para mim, a juventude está protagonizando um dos maiores movimentos da década, mas tem os seus erros. O Estado tem diante de si a oportunidade única de “ouvir os anseios do povo”, mas precisa parar para ouvir.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Jorge Barcellos – Um ponto pouco explorado do lado agressivo das manifestações foi que sua violência não foi somente contra pessoas, mas contra símbolos. Na Câmara Municipal, mensagens foram afixadas na cruz existente no plenário e a galeria dos presidentes e a dos vereadores foram alvo de manifestações no caso do episódio do nu, um caso a parte. Claro, antes de criticar, precisamos entender por que os

jovens se “pelaram” na câmara. Eles querem no fundo saber: o que pode o corpo? Como diz Henry Pierre Jeudy, em **O corpo como objeto de arte** (São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002), a resposta é “ninguém tem condições de sabê-lo”, simplesmente porque não sabemos os limites de nossos afetos e ações. Quem fica nu acredita que o corpo afeta, que pode desestruturar o mundo.

Os pelados da câmara querem atualizar a ideologia da “liberação do corpo” dos anos 1960-1970, revolta contra a moralidade e autoridade. “Exibir-se torna-se o contrário de representar”, diz Jeudy, os jovens nus não toleram uma única representação do corpo belo, jovem, objeto do Capital ou do corpo político, poder legítimo, mas sempre às voltas com a corrupção. O corpo exibido sempre é um sintoma da raiva do espelho da representação, diz Jeudy. Sua experiência imediata do corpo nos quer dar uma interpretação da sua visão de política. Há quem diga “que mal tem o nu se a política é pornográfica?” Não, não é a mesma coisa. Ter raiva da representação do corpo perfeito do capital não é a mesma coisa que ter raiva da representação política simplesmente porque não se pode ter raiva de algo que se ajudou a construir.

A Câmara tem representantes dos jovens, vereadores de esquerda que acompanharam suas assembleias e ajudaram a legitimar o movimento. A participação do PT e do PSOL acabou produzindo uma divisão política no próprio legislativo, agora entre simpatizantes e opositores à invasão do plenário, e nas relações do legislativo com o governo estadual – solicitada por seu presidente, a Brigada Militar não compareceu. Para suas lideranças, o nu foi uma extravagância juvenil imposta no espaço público, mas para parte da sociedade e demais vereadores a cena significou violência à instituição. Se os jovens queriam fazer sua vingança pessoal à representação política, como apela o grupo **Anonymous**, o que conseguiram não foi vingança, foi sedução (**Baudrillard**), isto é, desviaram o olhar da sociedade dos verdadeiros objetivos do movimento.

“O levante de junho: uma potentíssima bifurcação dentro da qual ainda estamos”

Entrevista especial com Giuseppe Cocco

“Todas as “máscaras” do Estado já caíram. Hoje não temos um Estado de Direito, mas um Estado de Polícia, de repressão e perda das liberdades democráticas”, assevera o sociólogo.

“A forma espúria de agir do Estado, ou conluio generalizado entre forças de polícias e crime organizado, no meio da histeria repressiva contra o tráfico de drogas, funciona como principal mecanismo de legitimação da guerra contra os pobres e contra suas mobilizações democráticas”, afirma Giuseppe Cocco. Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o sociólogo critica a postura autoritária dos que se opuseram e se opõem às manifestações populares que ocorrem no Brasil, ainda que hoje com menos força, desde o meio do ano.

“Em junho, os partidos tradicionais (de governo e de oposição) criticavam o movimento por não ter organicidade, lideranças e ‘projeto’. Caberia perguntar: quais são, hoje, a organicidade e os projetos dos partidos?”, provoca ele. “Que projeto tem esses ‘deputados e senadores’, que não seja a mera ocupação do aparelho de poder assim como ele é? E qual seria o projeto dos partidos de esquerda?” Para ele, é justamente na falta de organização formal e na multiplicidade das singularidades que jaz a força das manifestações, “sem lideranças e, por isso, mais potentes”.

Cocco questiona o papel assumido hoje pelos partidos, que “parecem funcionar como coalizões espúrias de estratégias personalistas, grupos de interesse econômico que formam bancadas bem pouco ‘republicanas’ a partir do peso de determinados lobbies (agronegócio, telecomunica-

ções, evangélicos, etc.) que passam por cima das próprias instâncias partidárias”.

Nesta crítica, o sociólogo manifesta especial surpresa sobre a postura assumida pelas esquerdas do país, especialmente o governo, que ou batem de frente e reprimem as manifestações, ou maquiagem suas próprias ações para dar a entender que são provedores das liberdades democráticas, ocultando ocorrências como a “**Chacina da Maré**” ou abusos como o caso do pedreiro Amarildo. Independente a isso, para ele, o povo continua lutando. “É a multidão que está na frente, praticando e inovando nas formas de luta e voltando a dar credibilidade à política, em particular junto aos jovens”, pondera. “O melhor da juventude brasileira está na rua”.

Giuseppe Cocco é graduado em Ciência Política pela Université de Paris VIII e pela Università degli Studi di Padova. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo Conservatoire National des Arts et Métiers e em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). É doutor em História Social pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e editor das revistas **Global Brasil**, **Lugar Comum** e **Multitudes**. Coordena a coleção **A Política no Império** (Civilização Brasileira).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que as manifestações do chamado Outubro Brasileiro nos ensinam no que se refere às possibilidades efetivas da democracia direta?

Giuseppe Cocco – As manifestações de outubro são a continuidade e o desdobramento daquelas de junho. No conjunto elas ensinam muitas coisas, inclusive sobre as possibilidades efetivas de democracia direta. Antes de tudo, elas nos ensinam que a “democracia direta” só existe nos termos da radicalização democrática. O movimento não apenas nos diz que a separação da fonte (o povo) vis-à-vis do resultado (os representantes) é imoral, mas explícita, e torna visível que essa dimensão imoral do poder está baseada na violência de suas polícias. Ou seja, o movimento teve a capacidade de mostrar para o Brasil e para o mundo as dimensões perversas do monopólio estatal do uso da força no Brasil; um regime de terror de Estado que, por meio do regime discursivo sustentando pela mídia da elite neoescravagista, é tratado como se fosse “externo” e independente dos governos, até o ponto em que, no Rio de Janeiro, a solução seria seu aprofundamento por meio da chamada “pacificação”.

Seria irônico se não fosse o cúmulo do cinismo escravocrata. É que a forma espúria de agir do Estado, ou conluio generalizado entre forças de polícias e crime organizado, no meio da histeria repressiva contra o tráfico de drogas, funciona como principal mecanismo de legitimação da guerra contra os pobres e contra suas mobilizações democráticas. Como sempre fez, desde junho, o poder multiplica os boatos sobre participação do narcotráfico nas mobilizações democráticas. Na senzala – ou seja, nas favelas, subúrbios e periferias – o terror anda a pleno vapor, quer a polícia seja do PSDB, do PT, do PSB ou do PMDB. É um terror estatal com vieses classistas e, sobretudo, racistas. Os ventos de junho continuam soprando (não apenas em outubro, mas também em novembro), e o outono já virou uma primavera que anuncia o carnaval.

O levante de junho não foi uma explosão efêmera, mas uma potentíssima bifurcação dentro da qual ainda estamos. Nessa bifurcação, as possibilidades de democracia direta nos aparecem ao mesmo tempo potentes e ativamente bloqueadas, literalmente criminalizadas por um Ministro da Justiça que transforma em crime, com apoio entusiasta da imprensa hegemônica, os direitos

constitucionais de manifestação e livre opinião. E isso com base em relatórios da Polícia Federal sobre atividades que não são crimes.

Ou seja, o Ministro da Justiça se transforma em Ministro de Polícia e o Estado faz cair sua máscara para aparecer explicitamente o que é: um Estado de Polícia. Confesso que fiquei espantado diante da “reação” (e quero enfatizar mesmo esse termo “reação”, pois é a raiz de outro termo: “reacionário”) da esquerda em geral, sobretudo da esquerda de governo, em particular do PT e de alguns dirigentes e até de alguns amigos. Meu espanto aumenta a cada dia. Se da Presidenta Dilma (que, como disse um viral na internet de um artista carioca, “Já foi Sininho e hoje virou Capitão Gancho”) não esperava nenhuma sensibilidade, não digo “social”, mas sequer política, de outros esperava uma postura diferente, pelo menos progressista e esclarecida.

O fato é que a esquerda de poder e o PT (que me interessa) não fizeram, e não fazem, nenhum esforço para abrir os governos que lideram à nova demanda de participação e de “democracia real já”. Ao contrário, assistimos a uma postura arrogante e reativa, nos moldes do Ministro da Justiça se transformando docilmente em Ministro de Polícia. Essa postura enfatiza o que já sabíamos: que as brechas de transformação dos governos Lula foram definitivamente fechadas pela Dilma; que as experimentações em termos de orçamento participativo não apenas foram encerradas faz tempo, mas foram totalmente sobrevalorizadas. O OP (Orçamento Participativo) não deixou rastros políticos de nenhum tipo.

Democracia produtiva

De toda maneira, apesar desse vazio político desanimador, hoje é o horizonte inovador de uma democracia produtiva que temos diante de nós. Podemos apreender suas dimensões em três grandes níveis:

A) a ruptura – parcial e temporária, mas real – das dimensões totalitárias construídas em torno do consenso da “governabilidade”;

B) a multiplicação de assembleias (muitas delas chamadas de “populares”) e ocupações de

Câmaras e Assembleias Legislativas em muitíssimas cidades; e

C) a forma produtiva do “movimento”.

As três dimensões fazem do levante de junho-outubro um momento constituinte. Num primeiro nível, pelo decreto de redução das tarifas de transportes (no caso do Rio Grande do Sul, o governo Tarso teve a coragem de promulgar o **Passe Livre** para os estudantes) e uma série de outros decretos da plebe. No Rio de Janeiro, tratou-se, sobretudo, do entorno do Maracanã e do recuo parcial do Prefeito (embora falso) nas políticas de remoções de favelas. No segundo nível, as ocupações de “parlamentos”, além de traduzir-se em decretos do tipo daqueles do primeiro nível (“recuos” pontuais dos governos) visaram transformar a crítica da representação no terreno concreto de um aprofundamento democrático, de invenção de novas instituições.

Recorrendo mais uma vez ao Rio de Janeiro, as sucessivas ocupações da Câmara dos Vereadores (e da praia do Leblon, em baixo da residência do Governador, sem contar o sem número de manifestações na frente do Palácio Guanabara, na frente da Alerj ou a breve ocupação na frente da residência do Prefeito Municipal) mostraram que o movimento de junho não era efêmero, mas capaz de abraçar as lutas mais difíceis como aquela contra a máfia dos ônibus (cobrando uma CPI transparente e democrática). Sendo que a luta contra a máfia dos ônibus não é apenas uma luta pela reforma urgente da gestão do sistema de transportes, mas também pela democracia: todo mundo sabe que esses “lobbies” se constituem nos maiores entraves ao sistema democrático, inclusive aquele representativo!

A ocupação da Câmara do Rio mostrou toda sua potência de novo terreno de luta democrática quando passou a ser usada e renovada pelos professores da rede municipal. Não é por acaso que foi duramente reprimida: o poder não pode com certeza tolerar que a democracia real se instale. Seria um exemplo insuportável.

Enfim, com o outono virando primavera, a persistência do movimento nos mostra as dimensões produtivas e, nesse sentido, constitutivas do horizonte democrático que ele define. As mobi-

lizações praticamente diárias, que se sucederam em julho, agosto e setembro até se massificarem novamente nos dias 7 e 15 de outubro, são o terreno de uma multiplicidade de iniciativas: advogados da OAB, grupos de advogados ativistas, grupos de primeiros socorros, coletivo projeção, autoformação nas ocupações, músicos e bandinhas, uma multidão de mídias produzindo desde inúmeros streamings e documentários passando por todos os tipos de registros fotográficos. A democracia que o movimento desenha é constitutiva e é mesmo produtiva. O fato de um processo de subjetivação que mostra toda a potência das redes e das ruas.

IHU On-Line – A ausência de um projeto político unificador das pautas dos manifestantes levou à dispersão e à imobilidade? Foi isso o que ocorreu após a redução do preço das passagens, principal pauta das manifestações de junho em várias cidades brasileiras?

Giuseppe Cocco – Parece que foi exatamente o contrário o que aconteceu: não houve dispersão, mas difusão e multiplicação de manifestações, reivindicações, assembleias e reuniões. Pelo menos no caso do Rio, não houve sequer um dia de “imobilidade”, mas uma mobilização diária, modulada em escalas diferentes. A multidão passou a fazer-se pela multiplicação difusa de iniciativas de lutas novas e antigas. O movimento de junho teve a capacidade de colocar pautas que eram tão urgentes como inalcançáveis até então, como na questão dos transportes urbanos. Claro, os esforços dos jovens do Movimento pelo Passe Livre (MPL) estão na base disso, mas é a primeira vez que a luta sobre o preço das passagens e a qualidade dos transportes se consolida nas ocupações de Câmaras e Assembleias Legislativas para que todo o sistema de gestão seja objeto de democratização.

O movimento de junho foi se metamorfoseando numa constelação de movimentos e iniciativas, conectando entre elas as lutas mais diversas: desde aquelas dos favelados contra as remoções ou a violência policial, até aquelas dos usuários massacrados nos transportes todos os dias, passando pelos movimentos de categorias

como a dos bancários, dos petroleiros e, sobretudo, dos professores.

Os professores do Rio de Janeiro encontraram no levante de junho e, principalmente, em sua persistência a inspiração para lutar. Os professores experimentaram, nas misturas com o **Ocupa Câmara** e os jovens da tática **Black Bloc**, novas formas de luta e organização, de tipo metropolitano: a forma sindical (o SEPE) saiu extremamente enfraquecida (e até objeto de críticas violentas) ao passo que, em sua última fase, o movimento foi experimentando formas embrionárias de organização territorial, algo como novas Câmaras do Trabalho Metropolitano que chegaram a viver nas conexões entre as diferentes acampadas. Não dá para saber com quanto fôlego, mas as acampadas do Leblon e da Câmara foram retomadas nesses dias.

A greve dos professores municipais não foi mais a tradicional greve absenteísta do setor público, mas uma luta sensacional de ocupação e resistência, inclusive diante da repressão policial. É isso que levou, no dia 1º de outubro, a uma batalha campal de horas e horas no centro do Rio de Janeiro (sendo a repressão policial a única argumentação usada pelo governo PMDB-PT para “negociar” com os grevistas) e, no dia 7 de outubro, à volta da multidão na Avenida Rio Branco.

Mais de 100 mil pessoas marcharam, numa repetição de junho que agora não tinha mais nenhum tipo de ambiguidade. Uma grande manifestação de esquerda, atravessada e enriquecida pelas diferenças e por milhares de jovens que aderiram – talvez pela primeira vez – à tática **Black Bloc**.

No dia 15 de outubro, novamente dezenas de milhares de pessoas ocuparam a Rio Branco. A multidão está na rua e persiste em seu fazer-se. Não uma massa homogênea e manipulada (aquela que a mídia neoescravagista gostaria de ver na rua) e sequer a identidade categorial e corporativa que os sindicatos (pelegos ou supostamente “radicais”) conseguem colocar, mas uma multiplicidade de singularidades, sem lideranças e por isso mais potentes. É a multidão que está na frente, praticando e inovando nas formas de luta e voltando a dar credibilidade à política, em particular junto aos jovens.

Projetos dos partidos

Lembremos que, em junho, os partidos tradicionais (de governo e de oposição) criticavam o movimento por não ter organicidade, lideranças e “projeto”. Caberia perguntar: quais são, hoje, a organicidade e os projetos dos partidos? Por um lado, é difícil defender que os diferentes partidos de governo tenham alguma organicidade. Eles parecem funcionar como coalizões espúrias de estratégias personalistas, grupos de interesse econômico que formam bancadas bem pouco “republicanas” a partir do peso de determinados lobbies (agronegócio, telecomunicações, evangélicos, etc.) que passam por cima das próprias instâncias partidárias. Que projeto tem esses “deputados e senadores”, que não a mera ocupação do aparelho de poder assim como ele é? E, qual seria o projeto dos partidos de esquerda?

Aqueles que fazem oposição se confirmaram como fundamentais, em particular o PSOL do Rio de Janeiro. Contudo, a “esquerda de oposição” sai muito mal desses cinco meses de lutas. Quando ainda tem cidadania no movimento, isso não impede que o movimento os transponha totalmente. Por outro lado, é evidente que a “esquerda de oposição” não representa nenhuma alternativa eleitoral, e eu continuo convencido de que até o movimento mais radical precisa de algum momento eleitoral. Quanto ao PT, qual é seu projeto? Difícil dizer, pois não há nenhum, a não ser “continuar no governo”. É ainda pior se perguntamos: qual projeto a Presidenta Dilma implementou em seu mandato? Em termos de políticas públicas, não houve nenhuma inovação.

A marca da Dilma foi a volta do economicismo, e isso em torno de duas falácias: a primeira foi a aposta na economia material das commodities, dos megaeventos, das megaobras e dos global players (a grande indústria multinacional); a segunda – complementar a essa – foi a ideia de que a mudança de modelo econômico viria de cima para baixo, pela decisão-decreto de “baixar a taxa de juros”.

Quando Dilma fala que gosta de engenheiros e não de advogados, ela está sendo muito sincera, nos faz entender que ela é mesmo autoritária. Não se trata apenas de “jeito”, do gosto pelos en-

genheiros que fazem os cálculos das barragens ou dos estádios, diante dos “chatos” dos advogados que ajudam os índios e os pobres a desconstruir essas equações para mostrar os impactos ambientais e sociais. Trata-se mesmo de uma maneira de pensar a política como uma engenharia social, uma teleologia do progresso a ser implementada, inclusive pela força (a polícia, sem esquecer que se trata da polícia brasileira, que mata oficialmente cinco pessoas por dia), como fizeram Lenin e Stalin com a “industrialização forçada”. Só que agora, o ridículo é que o totalitarismo é para permitir a qualquer custo que a Copa da FIFA aconteça nos moldes dos interesses da FIFA. O nacionalismo é sempre assim: em nome do interesse nacional, abrem-se avenidas para o neocolonialismo interno e, pois, externo.

Logo que foi eleita, Dilma mostrou a que veio: a destruição do Ministério da Cultura foi emblemática, mas também a afirmação de seu estilo autoritário, com a demissão de Pedro Abramovay, justamente por ter anunciado um elemento de projeto (a reforma – urgente e necessária – da política de repressão das drogas). Um episódio que mostra o caráter arrogante e autoritário da Presidenta e a submissão dócil de seus ministros – a começar pelo que deveria ter defendido o Pedro Abramovay, o Ministro da Justiça –, que praticamente não tomaram nenhuma iniciativa nestes três anos.

Nada foi produzido pelos ministros. Imaginem o que teria acontecido com Tarso Genro quando tomou a corajosa decisão de conceder refúgio ao Battisti. O fato é que os elementos originais do governo Dilma foram desastrosos e apagaram o pouco que havia de “esquerda” no pragmatismo “lulista”: no plano das megaempresas, temos a falência de Eike Batista – que envolve BNDES, CEF e FGTS – e as dificuldades pesadas da Petrobras que levaram ao Leilão de Libra (e levarão ao aumento do preço da gasolina porque a produção dos poços tradicionais caiu); os megaeventos se mostraram como impopulares justamente em junho, durante a Copa das Confederações – como se faz para gastar bilhões em embelezamento (no Porto Maravilha) quando milhões de pessoas ao lado convivem com rios de esgoto a céu aberto? Só mesmo por meio do con-

luio com a tradicional política de terror, essa sim mascarada por trás da clivagem de raça e classe, que mantém a senzala em “seu lugar”.

No plano da nova política econômica (a manutenção dos subsídios à grande indústria e a tentativa de baixar os juros), esta acabou reforçando as tendências inflacionistas que já estavam presentes. O levante de junho foi, inicialmente, a afirmação de que só uma mobilização democrática é capaz de romper a ciranda mortífera que liga as duas inflações: a dos juros e aquela dos preços! Tornando-se primavera, o outono é também a base para reafirmação da própria noção de projeto. O “projeto” que interessa é aquele que não é unitário, mas múltiplo, aquele que é aberto a outro processo de produção de subjetivação, aquele que não se separa do processo de sua constituição: o único jeito de a “política” voltar a ser ética (e crível para os jovens) é de manter a fonte e o resultado juntos num processo continuamente aberto. O único projeto que interessa é justamente aquele que não é projeto, ou seja, onde não há nenhuma teleologia totalitária, mas o máximo de constituição democrática.

IHU On-Line – Que relação pode ser feita entre aquelas primeiras manifestações e as mais recentes, que passaram a ser identificadas pelos atos de violência? Trata-se da continuação de um mesmo fenômeno ou são situações isoladas uma da outra?

Giuseppe Cocco – Não há diferença entre as primeiras manifestações e aquelas que persistiram ao longo desses meses: por exemplo, as primeiras manifestações no Rio de Janeiro, no início de junho, tinham muita pouca gente e já eram caracterizadas pela determinação de uma nova geração de jovens em resistir aos ataques da polícia e dar às manifestações algum nível de efetividade. Contrariamente ao que a mídia e os intelectuais ligados ao governo afirmam hoje, foi essa característica marcante das manifestações que as massificou. Ao passo que os governos achavam que o “rodo” policial teria afugentado os manifestantes, em particular aqueles politizados de classe média que – segundo seus cálculos obsoletos – deviam constituir o núcleo duro das mobilizações.

Não apenas isso não afugentou, mas massificou e, dentro da massificação, foi se construindo a capacidade de resistir e até de praticar ações diretas de tipo simbólico. Desde o início o poder da mídia e a mídia do poder tentaram impor a separação entre os manifestantes “ordeiros” e os “vândalos” e não funcionou. Não funcionou porque, apesar das mistificações seguidas da mídia, as práticas da autodefesa e das ações diretas respeitaram limites políticos precisos que não permitiram que a elas se colasse o discurso da violência e do medo.

A maioria da população, sobretudo da população jovem e pobre, passou a enxergar nessas práticas uma brecha de luta efetiva. Trata-se, pois, de uma continuidade e de um amadurecimento, como vimos na volta da multidão para a Avenida Rio Branco nos dias 7 e 15 de outubro. Contudo, podemos e precisamos sistematizar a questão da violência em três momentos de reflexão: a violência já existe e a novidade foi a brecha democrática; a questão da tática Black Bloc; e a repressão.

A violência

A mídia e o poder sempre tentam dizer que a violência vem do protesto, ou seja, da manifestação democrática. Trata-se de uma operação sistemática de mistificação que assistimos em suas formas explícita e assassina nos últimos eventos de São Paulo – ao passo que alguns jovens estão em prisão preventiva com a gravíssima acusação de “tentativa de homicídio” de um policial (que não sofreu nenhum ferimento grave), os policiais que assassinaram friamente dois adolescentes (em momentos diferentes e logo depois) são indiciados por “homicídio culposo”. Pior, jornais como **O Globo** (que tem uma longa e mortífera história de apologia do arbítrio policial) chegaram a fazer manchetes que invertiam propositalmente o sentido dos fatos: “Protesto contra morte de jovem termina em violência”. Ou seja, a justa indignação popular contra a violência assassina do Estado sofre uma inversão grosseira, até ofensiva à inteligência do leitor.

O que o movimento fez e faz não é praticar a violência, mas tornar explícita e visível a

violência do poder e seus sistemas de (in)justiça, como do caso Amarildo, o pedreiro torturado, assassinado e feito desaparecer na sede da UPP da PM da Rocinha do Rio de Janeiro. A mesma coisa aconteceu com os mais de 10 moradores assassinados na favela da Maré em junho, durante o movimento, pela “**Tropa de Elite**” da PM do Rio e em relação à qual sequer existe um procedimento disciplinar. O movimento mostrou que os moradores da senzala não têm cidadania nem direito de lutar. A chacina da Maré foi um recado claro, genuinamente neoescravagista, aos pobres: vocês não têm direito de lutar e se lutarem serão mortos. Essa é a democracia que vivemos: não nos grotões do Brasil remoto, mas na metrópole olímpica, o Rio de Janeiro. E isso num governo estadual do PT e do PMDB.

A tática Black Bloc

Porém, milhares de jovens pobres descobriram, em junho, que havia uma brecha para lutar. O Brasil dos megaeventos, das Copas e das Olimpíadas não pode repetir nas ruas e praças o que faz nas favelas, periferias e subúrbios todo santo dia. Não é por acaso que isso aconteceu durante a Copa das Confederações.

A luta foi contra, mas dentro: dentro e contra. Essa brecha é claramente democrática, pois por meio dela os jovens pobres (mesmo que na maioria sejam os mais dinâmicos – prounistas, reunistas, etc.) encontraram a possibilidade de lutar, fugindo ao duplo mecanismo racista e assassino que normalmente é usado para controlá-los: o arbítrio da polícia e aquele do narcotráfico, sendo que às vezes ele toma o nome de “milícia”.

Ao mesmo tempo, os jovens que encontraram essa brecha não acreditam na representação e querem muito mais e melhor. Não querem nenhuma bandeira que não seja aquela que eles mesmos afirmam e produzem em sua luta. Além disso, me parece, esses jovens, e mais em geral os jovens que decidiram entrar para a política em junho, pensam que o único modo de fazê-lo é conseguir certo nível de efetividade, ou seja, ficando nas ruas nas maneiras mais autônomas e determinadas possíveis.

Deve haver outras explicações que eu desconheço, mas olhando para o Rio de Janeiro, onde a tática **Black Bloc** se apresentou explicitamente (se eu não estiver errado) apenas no dia 30 de junho, nas manifestações de protesto durante a final da Copa das Confederações, creio que as bandeiras negras do anarquismo foram aquelas que a grande maioria desses jovens elegeu como sendo internas a uma luta que é, antes de tudo, uma luta contra a representação e afirma a necessidade de formas de organização radicalmente horizontais, sem liderança.

Eu nunca fui anarquista e não acredito no “anarquismo” porque penso que a luta é pela invenção de novas instituições. Mas não adianta querer que a “realidade” se encaixe nas nossas ideias. É preciso que as ideias se adéquem à realidade. A referência (global) à tática **Black Bloc** parece ter respondido ou correspondido a algumas inflexões totalmente brasileiras e cariocas.

A primeira é a necessidade desses jovens oriundos das periferias e dos subúrbios de se mascarar para poder lutar (há como que uma inversão: não usam máscaras por serem **Black Blocs**, mas se chamam de **Black Bloc** para poderem usar as máscaras e chegar mascarados nas manifestações do mesmo modo que as bandeiras pretas da anarquia lhe parecem as únicas – mas não exclusivas – que afirmam a horizontalidade radical de sua luta).

A explicitação da tática **Black Bloc** é também – e paradoxalmente diante do processo de criminalização do qual são objeto – a definição de uma ética da resistência e da ação direta, ou seja, de “limites” dentro dos quais manter essas duas práticas que o movimento de junho e seus desdobramentos, ao longo dos meses de julho, agosto, setembro e outubro, colocaram em pauta. A tática **Black Bloc** foi um sucesso midiático inesperado. São eles que chamam a atenção de todos os tipos de mídia. De onde vem esse “sucesso”? Da percepção de que nessa tática há uma brecha democrática capaz de colocar na rua a questão da paz e da justiça social: é essa tática que conseguiu dar o nome de Amarildo a todos os pobres sem nome massacrados arbitrariamente pelo Estado: cinco por dia, segundo as estatísticas publicadas pelo **O Globo**.

Contudo, parece que a tática **Black Bloc** tem uma dimensão estética que também pode funcionar como uma identidade e isso, a meu ver, é um problema. Em primeiro lugar porque pode servir para os desenhos da repressão que procura exatamente isolar fenômenos de organização que não existem. Em segundo lugar porque pode ingenuamente atribuir às dimensões estéticas da ação direta um peso político que na realidade não tem. Por exemplo, a quebra dos caixas eletrônicos se parece com a quebra dos relógios nas velhas revoluções do século XIX. Da mesma maneira que o proletariado industrial não conseguia com isso deter os ritmos do tempo do assalariamento, o proletariado metropolitano não conseguirá deter os fluxos das finanças quebrando os caixas eletrônicos dos bancos (aliás, nisso os **Black Blocs** estão sendo muito próximos da Dilma e de sua tentativa fracassada de deter as taxas de juros). Ficando nessa estética, a luta corre o risco de cair numa armadilha. Enfim, os adeptos da tática **Black Bloc** podem acabar “presos” nessa dimensão estética, repetindo-a sistematicamente e ingenuamente. Em suma, a dimensão estética corre o risco de sobredeterminar aquela política, e penso no mote de Walter Benjamin (o filósofo comunista alemão vítima do nazismo): a luta pela politização da arte continua atual.

A repressão

Chegamos assim à questão da repressão: o que está acontecendo – e em nível federal – é escandaloso. A Polícia Federal – a mando da Presidenta e do Ministro de Justiça – divulga na imprensa a existência de listas de “suspeitos” de praticarem atividades totalmente constitucionais: liberdade de opinião e de manifestação, articulações políticas e culturais internacionais. Não dá nem para acreditar.

Em junho, dirigentes do PT e do governo chamaram para o perigo do “golpe”, falaram de coxinhas e também de “fascismo e barbárie” nas manifestações. Tive um vivo debate com meu amigo Tarso Genro, na presença de Boaventura de Souza Santos, em Lisboa (em julho deste ano), durante o qual ele falava de fascismo e da “mar-

cha sobre Roma”. Ora, o fascismo é um fenômeno estatal, nacionalista e identitário: totalmente o contrário dos discursos, das bandeiras e da estética destes garotos. Quem tem ares de fascismo é Vargas, ao qual Emir Sader comparou o Presidente Lula. Quem é ambíguo é o nacionalismo que circula na esquerda neodesenvolvimentista (inclusive, como vimos no Leilão de Libra, faz como o fascismo: retórica nacionalista e política entreguista).

Fascismo e xenofobia é fazer demagogia nos vistos (bem-vindos) para os médicos cubanos e deixar irregulares os milhares de trabalhadores bolivianos em São Paulo. Enfim, fascistas são as polícias de qualquer estado do Brasil que podem matar e torturar a rodo sem que o senhor Ministro de Justiça constitua força tarefa nenhuma. Fascismo e barbárie são as condições das prisões no Brasil, para onde o próprio Ministro disse que não gostaria de ir.

O fascismo é um fenômeno estatal, organizado e estruturado em torno da radicalização dos valores tradicionais: a nação, a família e até a raça (e o anarquismo diante disso – quer a gente goste ou não dele – é uma contradição nos termos). O fascismo já está presente e dominante no Brasil e não precisa de nenhum golpe, a não ser aquele que o próprio governo está dando na democracia. Quem colocou o exército na rua foi o governo federal para proteger o leilão das reservas estratégicas de petróleo. A quebra do Estado de direito aconteceu por obra do Estado do Rio (e surpreendente aprovação do Cardozo) na prisão indiscriminada e em massa de 200 pessoas com o único critério de estarem na escadaria da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, exercendo o direito constitucional de manifestação. Essa operação sim é de “tipo” nazista: prisão indiscriminada, em massa, por retaliação.

Não se trata apenas de dizer que nenhuma força-tarefa foi constituída entre o Ministro da Justiça e os Secretários de Segurança do Rio e de São Paulo para deter os assassinatos sistemáticos de pobres (os “Amarildo”) pelas PMs de todos os estados. Há uma outra evidência, terrível, que somente Cardozo e Dilma não querem ver: no Rio de Janeiro, ao longo de cinco meses de mobilizações de rua e enfrentamentos, a PM – como

o próprio Secretário de Segurança José Mariano Beltrame disse – se “segurou” e o uso das armas letais foi extremamente limitado (embora preocupante no dia 15 de outubro). O que isso significa? Que o uso sistemático do ato de resistência para matar, torturar e dar sumiço nos pobres é uma prática que vigora por meio de uma autorização de fato por parte dos governos. No caso das manifestações, para manter sua imagem externa e evitar também uma revolta generalizada, os governos conseguiram fazer passar o “recado” para sua PM e que não querem fazer passar no que diz respeito à sua atuação na Maré, na Rocinha, nos subúrbios do Rio e nas periferias de São Paulo. Só mesmo esse Ministro de Polícia para não ver a enorme brecha para a paz que haveria, e abrir mesas de negociação. Só mesmo a arrogância potencialmente totalitária da Presidenta e dos setores majoritários do PT de não fazer autocrítica sobre 10 anos de (não) políticas da juventude. O melhor da juventude brasileira está na rua. O que foi feito nos governos Lula e Dilma? Alguém sabe?

IHU On-Line – Disso decorreria que as manifestações recentes estão permeadas por uma cultura do ressentimento?

Giuseppe Cocco – O único ressentimento que eu vi (e vejo) é o que se encontra nas análises desses “acadêmicos” que estão paradoxalmente desarmados teoricamente para entender o que acontece e aconteceu. Descubram que as categorias que usavam não servem para nada e tentam desqualificar o que acontece e tentam exorcizar os trabalhos teóricos que os anteciparam. O caso mais triste é o da Marilena Chauí. Numa entrevista na **Revista CULT**, ela faz uma série de considerações infundadas sobre o pensamento de Foucault, Agamben e Negri e começa declarando “ter levado um susto quando descobriu que os meninos do MPL tinham usado as redes para chamar pelas mobilizações”. Como se as redes fossem uma opção e não a nova base material do trabalho e das lutas, a condição ontológica dentro da qual vivemos. Esse descolamento entre o pensamento e a análise material (ou seja, o fato de que quando ela fala de “classes” mobilize uma mistura estranha de sociologia marxista ortodoxa com mora-

lismo psicológico que pouco tem a ver com a teoria spinozista dos afetos) explica talvez o fato de que ela não tenha se tocado quando criminalizou os jovens que estão na rua, logo para a máquina mortífera que é a PM do Rio (em agosto).

IHU On-Line – Como este quadro se relaciona com o conceito de multidão, de Antonio Negri?

Giuseppe Cocco – Totalmente. Os conceitos de trabalho imaterial e de multidão se mostram totalmente adequados diante do que está acontecendo e confirmam a dimensão pioneira dessas teorizações. O que temos nas ruas, sociologicamente, é o trabalho imaterial metropolitano que luta sobre a mobilidade e a democracia ao mesmo tempo. E essas lutas “fazem” multidão, constituem uma multidão de singularidades que cooperam entre si, se mantendo tais. A “multidão” não é positiva em si (como diz de maneira infundada a historiadora da filosofia falando de Negri), mas é afirmação, constituição. Fora disso, o que observamos é a fragmentação social, a perda de direitos. O movimento de junho nos mostra que não precisamos voltar às grandes massas fabris para lutar. Pelo contrário, “nunca antes na história deste país” houve um movimento tão forte e tão autônomo, muito mais do que o novo sindicalismo do qual veio Lula.

Do mesmo jeito, quando publicamos, em 2005, **GlobAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada** (Rio de Janeiro: Record, 2005), dizíamos que os novos governos eram interessantes na medida que seriam atravessados pelos processos de subjetivação – quer dizer, pelas lutas – capazes de construir uma alternativa ao neoliberalismo e ao neodesenvolvimentismo. Dessa maneira, Negri e eu antecipamos, por um lado, que as brechas do governo Lula teriam produzido essa nova subjetividade e que esta não teria se reduzido ao lulismo. Por incrível que pareça, o regime discursivo hegemônico no PT foi aquele de comparar Lula a Vargas e, de maneira totalmente bipolar, de reduzir a mobilização social à mobilidade estatística (a emergência de uma Nova Classe Média). Pelo visto, quem é chamado a preencher esse vazio da teoria e da política hegemônica no PT e no governo é a Polícia Federal.

Veja também:

Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles. Entrevista especial com Giuseppe Cocco, publicada nos **CADERNOS IHU Ideias** n° 19 sob o título **#VEMpraRUA – Outono brasileiro?** Leituras, disponível em <http://bit.ly/ihuid002>

“Vivemos um momento constituinte. É preciso pensar, atuar, propor como nunca”

Entrevista especial com Hugo Albuquerque

“Existe hoje no Brasil, pela primeira vez desde os anos 1970, um duro questionamento sobre as regras do jogo. Por isso, diz-se que vivemos em um ‘momento constituinte’”, afirma o jurista.

O atual momento social e político do Brasil, onde se evidencia “melhora dos indicadores de vida” e “o esgotamento das instituições políticas”, reflete o fato de que a “maior parte das esquerdas deixou de propor uma alternativa ao sistema para, vejamos só, tornar-se parte dele”, avalia Hugo Albuquerque, em entrevista concedida à **IHU On-Line**, por e-mail.

O jurista compara as manifestações que estão ocorrendo no país desde junho com o movimento europeu de maio de 68. “Cá como lá, a tensão entre as esquerdas que pretendem humanizar o Estado, e o capitalismo, e todo esse sistema que desumaniza e objetifica qualquer um, terminou por piorar as esquerdas. Ambas as experiências mostram que a tentativa de humanizar o sistema levou à desumanização de quem pretendeu isso”, pondera.

Hugo Albuquerque interpreta as manifestações recentes como uma manifestação da “multidão”. Tal conceito, explica, representa “uma expressão de coletividade humana que emerge não pela homogeneidade, como o ‘povo’ ou a ‘sociedade’, mas sim por diferenças intensas que se desdobram continuamente. O **Quilombo dos Palmares** e uma série de outros eventos resistentes da nossa história são multitudinários”. A diferença, entretanto, das manifestações de anos atrás com as de hoje está amparada na “revolução das tecnologias de informação e comunica-

ção”, que criou, “em escala global, uma disposição multitudinária da vida e do trabalho. Essa é a novidade, a maneira como a multidão emerge historicamente”. E acrescenta: “O **Black Bloc** e o avanço do anarquismo e do autonomismo entre os jovens, em detrimento do partido e das bandeiras socialistas clássicas, são uma marca deste novo mundo”.

Albuquerque refuta as críticas de violência feitas aos **Black Blocs** e afirma que, ao avaliar o movimento, “o que importa não é a violência física, nós não vivemos em um sistema no qual a violência física realmente importa, não estamos na Idade Média: a modernidade se assenta sobre violências psicológicas, sujeições voluntárias e que tais. No caso, imagino que algo como o **Black Bloc** incomode por ser uma organização horizontal, anônima e de multidão: eles não podem ser efetivamente passíveis de uma ordem, não têm nome. Por outro lado, os movimentos reivindicatórios precisam sair da estética e chegar à política”.

Hugo Albuquerque é jurista e mestrando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Faz parte da rede Uninomade e é editor do blog www.descurvo.blogspot.com.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que semelhanças percebe entre o Brasil de hoje e a Europa dos anos 1960, à época de maio de 68, considerando as manifestações que aconteceram em ambos os lugares?

Hugo Albuquerque – As semelhanças são enormes. O Brasil dos anos 2010, a exemplo da Europa do final dos anos 1960 e 1970, vive um cenário paradoxal: de um lado, registramos uma grande melhora dos indicadores de vida, enquanto, de outro, o esgotamento das instituições políticas, sobretudo porque a maior parte das esquerdas deixou de propor uma alternativa ao sistema para, vejamos só, tornar-se parte dele e, quem sabe, dar-lhe uma face mais humana. Só que cá como lá, a tensão entre as esquerdas que pretendem humanizar o Estado, e o capitalismo, e todo esse sistema que desumaniza e objetifica qualquer um, terminou por piorar as esquerdas. Ambas as experiências mostram que a tentativa de humanizar o sistema levou a desumanização de quem pretendeu isso. Aliás, até antes disso, a Alemanha do pós-Primeira Guerra Mundial experimentou algo parecido, tanto que Walter já fazia a crítica das políticas social-democratas, isto é, o profundo equívoco daquelas em venerar o progresso técnico e construir a emancipação humana pelo aumento do Estado – como se fosse possível racionalizá-lo e transformá-lo em um agente transformador.

As esquerdas brasileiras atuais, surgidas do ciclo de lutas dos anos 1970 contra a Ditadura Militar, intuía já no nascedouro uma certa crítica à social-democracia – e à União Soviética –, mas ao mesmo tempo possuíam uma ilusão com o progresso técnico e o estado de bem-estar social. Dilma fez uma opção pelo gerencialismo em vez da política, pondo fim a essa ambiguidade, que foi uma das grandes marcas do governo Lula, embora para melhor. É claro, as lutas brasileiras dos anos 1960 e 1970 foram culturalmente muito influenciadas pelo Maio de 68, mas aqui tinham outra natureza política e histórica, do mesmo modo que a globalização, a revolução comunicacional e o giro produtivo geram ao mesmo tempo uma onda de levantes multitudinários pelo mundo, mas eles têm diferenças temáticas importantes de canto a canto – no caso, o Brasil parece muito a Europa de antes.

IHU On-Line – Quais são os reflexos das manifestações de junho hoje, cinco meses depois?

Hugo Albuquerque – Existe hoje no Brasil, pela primeira vez desde os anos 1970, um duro questionamento sobre as regras do jogo. Por isso, diz-se que vivemos em um “momento constituinte”. Não que as pessoas comuns e os movimentos não lutem para constituir direitos o tempo todo, mas existem momentos nos quais isso atinge uma massa crítica relevante, como agora. Neste exato momento, existem algumas conquistas tópicas, o consenso gerencial que virou praxe da política brasileira está na defensiva, existem medidas repressivas pesadas sendo tomadas e algumas questões centrais: Como avançar? Como criar uma nova institucionalidade? Como fazer brotar dessas multidões novas formas de organização sem cair na impotência ou voltar ao Estado? Na Grécia, por exemplo, a explosão inicial dos movimentos foi seguida de uma depressão geral. No mundo árabe, as primaveras encontraram seu termidor muito rápido, na forma de novas composições autoritárias. Mas agora a luta é não cair nos baixos dos terrorismos em voga, do tipo “eu tenho medo”, nem se tornar um crédulo que fetichiza processos históricos.

Por exemplo, os vinte centavos foram o estopim das manifestações em São Paulo, o que foi fundamental para as jornadas de junho. Mas no duro, o preço da tarifa não baixou realmente: simplesmente, os vinte *cents* que iriam ser pagos pelo usuário são pagos, agora, pelo contribuinte na forma de subsídio às concessionárias. E, antes disso, parte do sobredito preço já era subsidiada. O recuo do reajuste é até mais justo, só que esconde problemas. Um deles é que muitas vezes o usuário se confunde com o contribuinte, e mesmo o contribuinte mais rico, cujo dinheiro dos tributos pagos vai para financiar o usuário de transporte público, poderia ter os seus recursos investidos em algo mais útil se, de repente, o preço real das passagens fosse efetivamente minorado. A questão que surge é: este preço real das passagens de ônibus é justo? Se não, como baixá-lo?

Nesse sentido pontos como uma **tarifa zero** me parece interessante, no entanto, é preciso criar um sistema único de transporte público integrado, uma fonte de financiamento justa para tanto e, também, um modelo melhor que os das atuais concessões, na qual uma empresa priva-

da ganha uma licitação e torna-se uma figura de peso na política municipal, ainda mais por não ter acontecido uma reforma política. E não adianta sair do mercado para cair numa velha empresa estatal, como a antiga CMTC em São Paulo, que simplesmente não funcionava, ou melhor, funcionava conforme os interesses restritos da casta burocrática que a administrava, a despeito de seus trabalhadores e usuários. Isso precisa ser trazido à tona. Não é uma crítica moralizante do movimento, mas questões de ordem polêmica, isto é, táticas e estratégicas.

IHU On-Line – Como vê a crítica de que as manifestações foram esvaziadas por conta da violência?

Hugo Albuquerque – É um argumento ruim, sem dúvida. Em primeiro lugar, as manifestações não foram esvaziadas em parte alguma. Em segundo lugar, a violência deflagrada, desde o início, é de origem policial. Aliás, se você analisa os inúmeros vídeos, fotos, textos e relatos sobre essas manifestações, constata-se que, quase sempre, quando os manifestantes usaram da força, foi em caráter defensivo. Existem alguns poucos casos de policiais que foram agredidos gratuitamente nesse processo, mas comparado com a quantidade gigantesca e a intensidade das agressões realizadas por eles contra os manifestantes, não há como equiparar nada. É possível fazer uma crítica estratégica e política dessas manifestações, mas embarcar num rema-remá moralista apenas favorece a criminalização dos movimentos sociais e a violência de Estado.

Violência

É preciso acrescentar que a violência policial é algo que, por natureza, não tem simetria com a violência praticada por pessoas comuns: a coisa é outra, a violência de Estado tem natureza peculiar, pois ela é aquela na qual o agredido não tem a quem recorrer. Ele é atacado por quem está ali, em tese, para protegê-lo, e para ser atacado dessa maneira ele precisa ser rotulado como causador de algo, pois para que um policial use de força contra alguém, a imagem pública dessa precisa,

antes, ser destruída. A vítima sofre a pior das violências que é, precisamente, a sua desumanização, a violência física posterior é só consequência. É o velho apanhou ou morreu porque “deu motivo”, porque é um pária, um **Homo sacer**.

Além do mais, até bem pouco tempo, manifestações reivindicatórias no Brasil eram pacíficas como em nenhuma outra parte do globo, mas já eram tratadas à base de muita violência – e ativistas eram socialmente estigmatizados, independentemente do que propusessem. Só que o nível de violência policial cresceu desta vez a ponto de radicalizar como nunca os movimentos – e em vez de dar a outra face, os ativistas passaram a conter a tentativa de supressão policial usando de força. Ainda assim, o que se vê no Brasil não é nada diferente do registrado na Europa em manifestações. Mas uma coisa é discrepante: a violência da polícia, uma das que mais mata no mundo.

Não só o aparato judicial brasileiro tem autorizado essa violência. Existe pouco empenho na apuração dos crimes praticados por policiais no período. Só que paralelamente a isso, ocorre agora uma grande comoção social em casos como o do pedreiro Amarildo no Rio e o do garoto Douglas na Zona Norte de São Paulo: infelizmente, gente pobre e inocente morria todo o tempo nas mãos da polícia, mas isso felizmente começa a indignar as pessoas agora. Só que o policial que matou Douglas irá responder processo por homicídio culposo – isto é, sem intenção de matar – em liberdade, enquanto os agressores do coronel, em recente manifestação, responderão presos por tentativa de homicídio. Existem dois pesos e duas medidas aí.

IHU On-Line – Qual é a gênese dos Black Blocs? Como e por que esse fenômeno se formou?

Hugo Albuquerque – Não é difícil descobrir como o **Black Bloc** surgiu: na Berlim Ocidental do início dos anos 1980. Depois o fenômeno teve sucesso nas marchas alterglobalistas dos anos 1990. Mas é preciso lembrar o seguinte: o que se passava com a Alemanha Ocidental naquela época? Simples, era a crise da social-democracia, que, depois de um longo governo, rompeu o diálogo com os movimentos sociais, ambientalistas,

etc. A partir daí, temas importantes de direitos civis, a questão da energia nuclear e que tais ficaram de fora da agenda. É a mesma época em que a ala ambientalista do partido social-democrata rompe com ele e funda o Partido Verde. Era a mesma coisa na Itália com o partido comunista local: uma aliança entre capital e trabalho a bem do desenvolvimento, do progresso. Sindicatos de braços dados com o capital nacional. O **Black Bloc**, embora não propriamente violento à maneira de organizações como a Fração do Exército Vermelho, expressou o horror e a revolta de toda uma juventude com a perspectiva política desumana, previsível e absolutamente vazia: na qual todos marcham numa estrada monótona, onde não há perdão para quem se recusar a seguir essa trilha para o futuro.

IHU On-Line – Os Black Blocs fazem parte da multidão? O que os diferencia e os aproxima?

Hugo Albuquerque – A multidão é muita coisa, ela é um conceito, uma expressão de coletividade humana que emerge não pela homogeneidade, como o “povo” ou a “sociedade”, mas sim por diferenças intensas que se desdobram continuamente. O **Quilombo dos Palmares** e uma série de outros eventos resistentes da nossa história são multitudinários. A diferença agora é que a revolução das tecnologias de informação e comunicação criou, em escala global, uma disposição multitudinária da vida e do trabalho. Essa é a novidade, a maneira como a multidão emerge historicamente. E as revoltas dessa multidão se expressam de um modo diferente do que no século XIX, com a classe trabalhadora, uma dessas formas, aliás, são as greves metropolitanas. O **Black Bloc** e o avanço do anarquismo e do autonomismo entre os jovens, em detrimento do partido e das bandeiras socialistas clássicas, são uma marca deste novo mundo.

IHU On-Line – Por que essas manifestações ocorrem, em alguma medida, sob a linguagem da violência? Em que consiste a “violência simbólica” e a “estratégia performática”, como os Black Blocs definem? Ela é justificável? Quais os limites dessa manifestação?

Hugo Albuquerque – Pela polarização à qual eu me referi inicialmente. Quem deflagrou a violência, me parece, não foram os manifestantes, mas agora existe muito ressentimento, angústia, flutuações de ânimos, etc. E muita repressão: pela primeira vez na nossa história existe um consenso entre as elites políticas de que é preciso reprimir, sim, não há mais alguém pelos ativistas, ao mesmo tempo que as pessoas estão enfurecidas. Isso, ao meu pensar, só se resolve com uma sincera interlocução política.

Do **Black Bloc**, o que importa não é a violência física, nós não vivemos em um sistema no qual a violência física realmente importa, não estamos na Idade Média: a modernidade se assenta sobre violências psicológicas, sujeições voluntárias e que tais. No caso, imagino que algo como o **Black Bloc** incomode por ser uma organização horizontal, anônima e de multidão: eles não podem ser efetivamente passíveis de uma ordem, não têm nome. Por outro lado, os movimentos reivindicatórios precisam sair da estética e chegar à política.

IHU On-Line – Em que consiste o poder constituinte da multidão? Qual é o poder constituinte das ruas?

Hugo Albuquerque – É uma ideia do filósofo italiano Antonio Negri, que, baseado na metafísica de Spinoza, rompe com a separação estática e primária entre poder constituinte e poder constituído que nós aprendemos nos bancos das faculdades de Direito. Essa ideia modernista de que houve uma revolução, mas adveio uma nova ordem, benigna, é coisa de Napoleão: a constituição – na forma de um contrato burguês – adveio e a revolução acabou. Sem dúvida alguma, uma pura peça retórica que transforma o evento destituído de uma velha ordem, e constituinte da liberdade, em um mito fundador domesticado que fundamenta a obediência absoluta à nova ordem. Isso serviu para que tudo mudasse sem nada mudar na França pós-revolução, quando a aristocracia traiu camponeses, baixo clero, trabalhadores, mulheres para apenas tomar o lugar que era da burguesia. O poder constituído é uma farsa histórica, que vem a legitimar a violência de um setor sobre o outro, criminalizando a eventual resistên-

cia dos oprimidos. De certa forma, o PT – até o governo Lula – sempre deu vazão a esta potência constituinte, mesmo que com ambivalências, constituiu direitos e melhorou a vida dos povos brasileiros. Uma vez que ele deixou de fazer isso, aconteceu o óbvio: o fluxo da correnteza represou e arrebitou a barragem.

IHU On-Line – Como interpreta as críticas aos Black Blocs e às manifestações que ocorreram em junho? Trata-se de duas críticas específicas a cada movimento, ou é uma única crítica?

Hugo Albuquerque – Bem, eu acho que existem pessoas realmente incomodadas pelo abalo à ordem, outras com sincero temor sobre os rumos do que pode acontecer – o uso desses eventos para instituir um regime reacionário – e um ânimo igualmente sincero de outro lado – às vezes exagerado, mas muitas vezes equilibrado. Eu penso que isso tudo é muito complicado. Mas estou mais preocupado com quem gerou mais violência e pode gerá-la mais ainda; eventuais atos exacerbados cometidos por algum adepto da tática **Black Bloc** precisam ser vistos na sua real dimensão: uma infração, uma desobediência civil, um ato individual ou em grupo. Não foram os **Black Blocs** que sequestraram, torturaram, cegaram ou mataram alguém nesse período de tempo.

Eu poderia fazer “n” críticas ao método de ação dos **Black Blocs** e mascarados em geral, mas evito fazer para não embarcar nessa onda de criminalização.

Direito penal não é panaceia. O que me assusta mesmo nesse momento é a violência policial, a aplicação contra civis da Lei de Segurança Nacional, as prisões arbitrárias e em massa, o cerceamento de defesa de muitos dos acusados de terem feito algo nestes últimos meses.

IHU On-Line – Em que fundamenta a afirmação de que “o Estado é anárquico como a tradição teológica é anárquica”?

Hugo Albuquerque – É uma ideia agambeniana. O Estado, a exemplo do deus-pai da mitologia abraâmica, não tem fundamento. Isto é, ele é “anarchon”, sem fundamento, em grego. Ele cria as identidades das pessoas, nossas identidades são

oficiais e, a partir delas, podemos ser comandados. Apesar de todos os mecanismos de pesos e contrapesos, o Estado pode emitir uma decisão final que não é passível de contenção pelos cidadãos. E isso independe do governo, de quem esteja lá, é algo próprio da forma de organização estatal. Daí que toda crítica moral(ista) a um determinado governo é ingênua ou muito mal-intencionada. Quando os cidadãos comuns se organizam da mesma forma, eles colocam o Estado em choque.

IHU On-Line – O que significa o Estado não ter fundamento? Qual é a alternativa ao Estado?

Hugo Albuquerque – O Estado estabelece identidades, nomeando, mas ele próprio não tem nome, ele ordena, mas em último caso não é ordenável. Olhem o mito do deus judaico: deus não tem nome, pois é ele quem nomeia, ele quem dá nome aos filhos e, por isso, seria indigno que estes o nomeassem. Ora essa, não se trata de um fenômeno lógico, mas de uma questão ideológica óbvia: deus não pode ser nomeado, pois se fosse, poderia ser comandado também. Ele tem uma mera identidade genérica, uma identidade meramente descritiva e não prescritível. Com o Estado ocorre o mesmo. E o Estado, que é um fenômeno próprio da modernidade, é feito à imagem e semelhança de deus. É uma máquina política que, conceitualmente, se caracteriza pela pretensão de onisciência, da onipotência e da onipresença, isto é, a divina providência que tudo pode (como em um totalitarismo) inclusive escolher nada poder (em um neoliberalismo). No plano histórico, Estado é uma forma de organização política lastreada por um corpo permanente de burocratas, cuja praxe mantém uma continuidade hermética é permanente, é a exceção permanente à qual se refere Benjamin: um mundo ordenado por vilões, por administradores, um monte de engrenagens objetificadas e objetificantes. Mudam-se as “cabeças” e permanecem os burocratas. Eles vivem do trabalho vivo parasitariamente. E essa lógica se sustenta em uma lógica meramente econômica, algo transportado desta vez do patriarcalismo greco-romano, no qual a cidade era composta por várias casas (oikias) comandadas por um dono

(“dominus” ou “despotes”) que pelo título público do “dominium” exercia mando absoluto sobre sua família, servos e escravos. Platão é o primeiro pensador que, no afã de resolver os problemas políticos (da Atenas de então), propugna por uma lógica econômica de ordenação política que, a rigor, suprimiu a própria política. Não à toa, os vários fascismos do século 20^o converteram seus líderes em figuras patriarcais – com a diferença que a ideia de eugenia acabou sendo transformada em critério para a fidelidade. Atente-se que eu não chamei ninguém de “vilão” à toa: o “villicus” romano era quem administrava a Casa, quem fazia o trabalho sujo e duro de acordo com a vontade do “dominus” (ou muitas vezes influenciando-o). O Estado é uma multiplicidade de “villicus”. Vejamos nos que o Estado, qualquer um que seja, possui uma face visível e benigna (o Parlamento, o diplomata) e outra, secreta e terrível (o interior dos gabinetes, os sistemas de espionagem), o que só é possível porque ele vive em absoluta liberdade e não é sujeito a nada. Isso o Marques de Sade já tinha observado, quando dizia que a realização constitucional dos Estados se dava anarquicamente. Só que o Estado, ou melhor, seus agentes, entram em pânico quando alguém se volta contra

eles usando de sua mesma racionalidade, só que de forma positiva. Posto isso, qual a alternativa que existe para o Estado? Que com Estado não existem alternativas, mas sem ele, elas se tornam possíveis. O mundo viveu muito tempo sem a forma de organização estatal. É uma ideia inventada pelos pensadores burgueses e pré-burgueses como Hobbes, mas cuja realização histórica só se deu mesmo com as revoluções que a burguesia solapou: a Gloriosa, a Americana e, sobretudo, a Francesa. Perguntar-se sobre alternativas ao Estado, é como indagar o que seria de nós sem as armas de fogo. De tal sorte, o erro histórico das esquerdas, da Rússia do século 20 até a América Latina de hoje, passando pela social-democracia europeia ocidental, foi tentar ocupar algo que, por natureza, é inocupável, muito pelo contrário.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Hugo Albuquerque – Acho que vivemos um momento fascinante, que precisa ser visto sem medo ou esperança, sem desespero ou vontade de segurança, mas com alegria e equilíbrio. Teremos saudade desses dias no futuro, pelos motivos bons ou maus. É preciso pensar, atuar, propor como nunca.

Monstro e multidão: a estética das manifestações

Entrevista especial com Barbara Szaniecki

“As análises mais acertadas nesse primeiro momento foram as dos próprios manifestantes em seus movimentos coletivos e singulares. Apesar da diversidade das demandas, eles visivelmente se reconheceram e se encontraram na crítica aos atuais governantes da nação e gestores das cidades”, diz a pesquisadora.

“Se existe algum discurso coletivo por todo o Brasil, trata-se menos de demanda por uma reforma política genérica e mais por uma escuta contínua sobre questões concretas e, em particular, aquelas que dizem respeito à gestão das cidades”, avalia Barbara Szaniecki em entrevista à **IHU On-Line** por e-mail, ao analisar as manifestações que tomaram as ruas das cidades brasileiras.

Apesar de as reivindicações girarem em torno de temáticas centrais como moradia, trabalho, mobilidade e lazer, Barbara assinala que é impossível extrair um “discurso coletivo” e um “consenso” no momento. Do mesmo modo, as respostas oferecidas pela presidência da República tratam de “uma consulta pontual e cuja forma determina assuntos por demais abstratos”. E acrescenta: “Se ‘discurso coletivo’ houver, este será o de uma demanda por diálogo permanente com nossos representantes e instituições políticas, ou seja, a extensão no tempo e no espaço de uma ‘multiplicidade de discursos’”.

Barbara Szaniecki também avalia as manifestações a partir de uma análise estética, pela qual é possível “observar e analisar os posicionamentos e os movimentos dos corpos de cidadãos que saem de sua rotina produtiva e aderem à manifestação política que atravessa o espaço urbano e, nesse atravessamento, criam nos espaços públicos usos mais compartilhados, percursos menos

disciplinados, deslocamentos de sentidos etc.”. Segundo ela, pela estética também é possível “ouvir e analisar as emissões e composições das vozes dos cidadãos que, nessa expressão, criam dispositivos expressivos mais dialógicos, discursos mais polifônicos e, mais uma vez, deslocamentos de sentidos”.

Barbara Szaniecki é graduada em Comunicação Visual pela École Nationale Supérieure des Arts Décoratifs, mestre e doutora em Design pela Pontifícia Universidade Católica. Atualmente é coeditora das revistas **Lugar Comum, Global/Brasil e Multitudes**. No momento, desenvolve pesquisa de pós-doutorado intitulada “Tecnologias digitais e autenticidade: o estatuto da imagem fotográfica na linguagem visual contemporânea” na Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ. É autora do livro **Estética da Multidão**.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como avalia as manifestações que ocorreram nas últimas semanas em várias cidades brasileiras? O que é possível extrair do discurso coletivo?

Barbara Szaniecki – Foram 15 dias incandescentes, literalmente. Uma incandescência que animou boa parte da população e assustou boa parte de nossos governantes. Assustou porque, embora iniciada com uma demanda muito específica – a queda do preço da passagem de ônibus, os famosos 20 centavos –, as demandas rapidamente se multiplicaram. Aqui, a multiplicação das demandas indica, sobretudo, a multiplicidade de atores sociais. E foi essa multiplicidade o que se ignorou nas primeiras análises dos observadores da mídia, dos partidos, das ONGs e da academia,

entre outros. Talvez as análises mais acertadas nesse primeiro momento foram as dos próprios manifestantes em seus movimentos coletivos e singulares. Apesar da diversidade das demandas, eles visivelmente se reconheceram e se encontraram na crítica aos atuais governantes da nação e gestores das cidades. Contudo, essa crítica comum tem aspectos diferentes dentro do espectro político tradicional e suscita, por sua vez, receios diferentes. Digamos, muito resumidamente, que à direita impera o medo da revolução esquerdista enquanto à esquerda impera o medo do golpe direitista. Com base em categorias e métodos sociológicos e políticos abstratos ou arcaicos demais, o risco de erro de interpretação é grande. Faz-se necessário então ir a campo com a mente aberta e o corpo alerta.

A análise estética faz sentido aqui porque a estética é política. Jacques Rancière pode ser uma boa referência. Pela estética, podemos observar e analisar os posicionamentos e os movimentos dos corpos de cidadãos que saem de sua rotina produtiva e aderem à manifestação política que atravessa o espaço urbano e, nesse atravessamento, criam nos espaços públicos usos mais compartilhados, percursos menos disciplinados, deslocamentos de sentidos etc. Pela estética também podemos ouvir e analisar as emissões e composições das vozes dos cidadãos que, nessa expressão, criam dispositivos expressivos mais dialógicos, discursos mais polifônicos e, mais uma vez, deslocamentos de sentidos. Para essas questões Mikhail Bakhtin permanece uma importante referência teórica. Em todo caso, é preciso entender estética como algo além do olho, do olhar, da imagem e do campo do visível.

Estética

A estética parte do olhar, mas não se restringe ao campo do visível e ainda menos à produção de imagem. Quando falamos em estética, a introdução do corpo e da voz é fundamental. Por exemplo, circularam nas redes duas imagens bem interessantes: uma fotografia de um manifestante rebolando com bambolê na manifestação em frente ao Maracanã no último dia da Copa das

Confederações e uma fotografia de uma manifestante beijando um soldado durante a manifestação da quinta 27 de junho no Rio de Janeiro.

Na primeira, impressiona a soltura do corpo bamboleante do manifestante em franco contraste com a rigidez dos corpos disciplinados dos PM alinhados logo atrás. A disposição dos corpos em cena tem muito a dizer sobre o que estava acontecendo em termos estético-políticos naquele espaço-tempo.

Na segunda fotografia, nos faz sorrir a ternura com que o soldado programado para reprimir acaba por ceder ao beijo não programado da manifestante. Há também muito o que aprender ao comparar os corpos daqueles que foram chamados de “vândalos” com os dos policiais: das roupas, aos gestos e aos movimentos, está presente ali uma multiplicidade de discursos que são estéticos sem deixar em momento algum de ser políticos.

Todos esses registros são interessantes em si, na sua superfície imagética. Em termos de composição e uso (ou não) da cor, algumas fotografias são belíssimas, mas não é exatamente isso que nos interessa aqui. É preciso “entrar na imagem” (fotografia ou vídeo) e sentir os corpos. É preciso também “entrar no som” e ouvir as vozes que polifonicamente disputam o ruído uníssono do carro de som. Ou seja, é preciso estar presente nas manifestações para sentir e ouvir, e muito eventualmente entender o que está em jogo, sobretudo as demandas não ditas, mal-ditas e malditas.

O que é possível extrair do discurso coletivo? Eu diria que não há no momento um “discurso coletivo” e, portanto, há uma total impossibilidade de se extrair de todos esses corpos e vozes, consenso algum. A resposta dos poderes constituídos foi a da reforma política. Plebiscito ou referendo, pouco importa, pois em ambos os casos se trata de uma consulta pontual e cuja forma determina assuntos por demais abstratos. Se “discurso coletivo” houver, este será o de uma demanda por diálogo permanente com nossos representantes e instituições políticas, ou seja, a extensão no tempo e no espaço de uma “multiplicidade de discursos”! O que fazer?

Representantes políticos perguntam aflitos se existe uma metodologia para apreender o dis-

curso coletivo (eventualmente para capturá-lo mercadológica ou eleitoralmente) ou uma teoria adequada para analisá-lo. Enquanto isso, consultores, especialistas e todo tipo de novos representantes tentam vender alguma solução mágica. Um caminho a meu ver pode ser o da observação das articulações entre as redes e as ruas, e sua contínua expansão. Sábado passado, por exemplo, os hastags mobilizadores da passeata pela permanência do Horto entre outras comunidades do Rio ameaçadas de remoção, pela democratização da mídia e pela pacificação da polícia eram: **#RioSemRemoções #FicaHorto #VivaaVilaAutódromo**.

Mas voltando o olhar aos registros (fotografias e vídeos) dos cartazes e das performances realizadas ao longo da manifestação daquele dia, seria possível não apenas criar uma infinidade de outros hashtags (**#Sejamídia #RedeGlobo-DeCorrupção #ViolênciaéUPP #FavelaéCidade #FavelaTemHistória**) como, sobretudo, concluir que os discursos não apenas são múltiplos como eles estão, eles também, em movimento! O que os torna inapreensíveis nesse momento é revelador da potência do movimento. Em termos de teoria, alguns conceitos de Antonio Negri têm se mostrado pertinentes e até proféticos.

IHU On-Line – Pode nos explicar em que sentido aborda a metáfora do monstro e como ela pode ser aplicada à sociedade brasileira e, mais recentemente, às manifestações que aconteceram nos últimos dias?

Barbara Szaniecki – A metáfora do monstro parece se adequar aos acontecimentos dos últimos dias no Brasil. Quando digo “parece”, manifesto minha cautela, mas também a necessidade contínua de testar nossas ferramentas teóricas. *Multidão* e *monstro* são duas ferramentas importantes para tentar dar conta das transformações no Brasil nos últimos anos e das manifestações dos últimos dias. Nos últimos anos, ouvimos falar de classe C pra cá, classe C pra lá. De repente, estouram as manifestações e começamos a ouvir multidão pra cá, multidão pra lá. O mesmo acontece com o termo monstro. A difusão dos termos talvez indique sua pertinência com relação aos fa-

tos, mas ao mesmo tempo traz a possibilidade do esvaziamento ou banalização do significado.

Começemos com o termo multidão: este foi durante muito tempo, séculos talvez, associado a grupos não controláveis. Multidão estava mais para “turba” do que para “povo” (corpo social criado pelo Estado e que se manifesta, por sua vez, no cotidiano como “cultura popular” e nas eleições com o “voto popular”) ou para “massas” (grupos sociais determinados pelo mercado e que se manifesta, por sua vez, nas formas do espetáculo e nos estilos de vida próprios do consumo). Em 2005 é lançado **Multidão [1]** no Brasil, mas já em 2003 em sua vinda ao país, em várias palestras, Negri apresentou o conceito de multidão por pelo menos três perspectivas distintas, mas complementares e que proponho reapresentar rapidamente.

Pelo viés sociológico, Negri analisava a transformação de sociedades com economias baseadas no trabalho organizado disciplinarmente na fábrica fordista a sociedades com economias baseadas em produções em redes sociais e tecnológicas difusas nas metrópoles e, nessas associações mais cooperativas do que em relações subordinadas, ele apreendia novos caminhos para a emancipação e autonomia dos trabalhadores. Analisava também a própria forma do trabalho sempre mais predominantemente imaterial. Dessa percepção, decorria o segundo viés, que é político: novas formas produtivas demandam novas formas políticas.

Se o trabalho na fábrica gerou o sindicato (que, por sua vez, provocou o nascimento de partidos ligados às causas dos trabalhadores), as novas associações produtivas nas metrópoles demandam novas organizações políticas. Essas, de fato, não chegaram a se concretizar. Talvez seja esse descompasso entre as atuais potentes formas de produção (novas formas de se relacionar, de colaborar, de cocriar, em suma de produzir) por um lado e, por outro, as velhas formas de política o que gera aquilo que se chama “crise da representação”.

Em terceiro lugar, o viés ontológico leva à pergunta “o que é a multidão?” Uma questão delicada visto que, à diferença das classes sociais – velhas ou novas classes médias no nosso caso – se definem por dados e estatísticas **a priori**, a multidão se constitui e se define nas lutas, nos processos.

Biopolítica

Podemos retomar essa questão mais adiante aprofundando a questão da biopolítica. Mas já temos aqui alguns elementos suficientes para abordar as transformações recentes no Brasil como constituição da multidão. Pelo primeiro viés, entendemos que a abordagem sociológica e economicista em termos de classe C seja importante, no sentido que houve efetivamente uma grande transformação da sociedade brasileira nos últimos anos com os governos Lula por meio do aumento do salário mínimo e da distribuição de renda por meio de programas específicos e, portanto, do aumento do acesso ao crédito e ao consumo.

Mas essas conquistas não se limitaram aos planos de inclusão e homologação preparados pelos economistas neoliberais e tematizados pelos marqueteiros eleitorais. Elas foram o terreno de produção de uma subjetividade que, hoje, expressa outros desejos: desejos de se formar e se informar, de se expressar, de comunicar e de circular, em suma, de exercer sua cidadania.

A estagnação no campo da comunicação e o retrocesso no campo da cultura desde a chegada de Dilma ao poder são alguns dos sintomas da negligência por parte de governantes, que se acomodaram com resultados de eleição e pesquisas de opinião, e de arrogância por parte daqueles que não se preocuparam em promover o diálogo com a população.

No Brasil, a multidão se fez: uma multidão em grande parte constituída pela juventude oriunda das classes populares, das periferias e das favelas, mas não apenas. Apesar das imensas dificuldades encontradas em nossas metrópoles em termos de moradia, de transporte, de lazer e de tudo, a multidão é superprodutiva, hiperinformada, ultraconectada e cheia de opinião. Quem imaginava que fosse possível separar a produção da política se enganou. Quem imaginava controlar essa potência em termos de mercado consumidor ou de curral eleitoral se enganou.

Multidão x monstro

E aqui chegamos, enfim, ao monstro! O que distingue multidão de monstro é difícil dizer, pois

talvez não exista uma diferença tão marcada. Intuitivamente, eu utilizaria “multidão” para apreender os sujeitos que promoveram e foram promovidos junto com as transformações no Brasil dos últimos anos e utilizaria “monstro” para abordar as subjetividades atuantes nas manifestações dos últimos dias. Avancemos com um texto fundamental no qual Negri analisa o processo constituinte do monstro em dois momentos, sendo que esses dois momentos não são necessariamente subsequentes.

Em um primeiro momento, é possível associar monstro a um “corpo sem órgãos” tal como o definiam Gilles Deleuze e Félix Guattari: o monstro é corpo sem órgãos, pois não tem estrutura definida e não tem funções orgânicas determinadas. É apenas uma intensidade, mas não necessariamente uma intenção. O monstro é a carne da multidão. Não quer dizer que ele seja um estágio anterior à multidão (uma pré-multidão) que, por sua vez, seria um estágio anterior à formação das classes sociais ou formatação dos corpos institucionais.

O monstro não é um estágio pré ou pós qualquer coisa, o monstro está sempre aí: são as possibilidades que resistem e insistem por trás, ao lado, por baixo, por dentro e para fora daquilo que chamamos de realidade. Em um segundo momento, é possível associar monstro ao *General Intellect* tal como o concebeu Marx. *General Intellect* é a inteligência produtiva e politizada de que falei antes que, entre outras coisas, põe em xeque as figuras do “grande intelectual” e do “grande artista”, pondo em evidência que suas obras são fruto de processos mais coletivos que, contudo, não eliminam as singularidades presentes.

A constituição do *General Intellect* no Brasil pode ser relacionada às políticas, ao longo dos governos Lula, na educação superior (Reuni, ProUni e Cotas, investimentos em graduação, pós-graduação e extensão nas universidades federais e nos órgãos de fomento assim como movimentos de pré-vestibulares e formações alternativas que se beneficiaram dessas políticas indiretamente) e na área cultural (em particular no **Programa Cultura Viva** – com seus Pontos de Cultura, Ação Griô e Cultura Digital – iniciado na gestão de Gilberto Gil no Ministério da

Cultura e que teve na figura de Célio Turino um idealizador visionário).

O monstro é sublime. Nem belo nem feio, nem bom nem mau, nem verdadeiro nem falso, ele desconfigura nossas certezas estéticas e políticas e, nesse movimento, promove simultaneamente angústia e alegria. Contagia. O termo “monstro” foi utilizado na mídia nos últimos dias, equivocadamente, para ressuscitar à esquerda e à direita as paranoias de um golpe totalitário.

O monstro é a face mais politizada da multidão superprodutiva, hiperinformada, ultracnectada e cheia de opinião de que falei acima. A meu ver, o “monstro” não tem nada de autoritário, muito pelo contrário, ele é um terreno de experimentação e de inovação – estético e político – fundamentalmente democrático. O “monstro” é a verdadeira democracia: aquela na qual formas, conteúdos, princípios e processos são indissociáveis. Por que ter medo?

IHU On-Line – Em que medida aponta tais manifestações como uma des-hierarquização do espaço urbano? Quais as consequências disso?

Barbara Szaniecki – Essa é mesmo uma pergunta das mais instigantes. Pois como escrevi acima, se existe algum discurso coletivo por todo o Brasil, trata-se menos de demanda por uma reforma política genérica e mais por uma escuta contínua sobre questões concretas e, em particular, aquelas que dizem respeito à gestão das cidades. Não por acaso o estopim foi a questão do transporte público.

A mobilidade é um tema central no urbanismo moderno, junto com a moradia, o trabalho e o lazer. E ela se torna ainda mais central na contemporaneidade. Por quê? Porque se na era moderna a mobilidade era definida por trajetos relativamente determinados como o de casa ao trabalho e do trabalho a casa, tendo a variável de lazer nos momentos de repouso semanal, na contemporaneidade, a esse tipo de mobilidade, são acrescentadas inúmeras outras.

Por serem formas que misturam geração de renda, formação profissional continuada, produção e circulação de informação, acesso ao consumo e desejos de sociabilidade, e tudo isso junto

e misturado, tanto as formas de emprego flexível – que demandam uma atualização constante da dita “empregabilidade” – quanto as formas de produção autônoma exigem mais e mais mobilidade.

Jamais se circulou tanto pelas cidades, por necessidade sim, mas também por desejo de outras experiências urbanas e relações humanas. Um dos reflexos dessa intensa circulação é o nó no trânsito por conta do transporte coletivo de má qualidade e o conseqüente recurso ao carro individual. E a tendência é piorar caso a demanda seja atendida apenas em termos de redução da passagem em vez de melhorias quantitativas e qualitativas no sistema como um todo. Se o caos no trânsito me deixa relativamente pessimista porque envolve decisões imediatas não apenas técnicas como também políticas, a percepção do desejo de circulação urbana, casado com o de mobilidade social, que é visível entre os trabalhadores cognitivos e culturais – e particularmente entre os jovens –, me deixa otimista quanto à possibilidade de des-hierarquização do espaço urbano nesse momento monstruoso.

Minha reflexão assume aqui o caso específico do **Rio de Janeiro**. Porque diferentemente das outras cidades brasileiras, o Rio não acolhe apenas um megaevento (a Copa) e sim uma série deles com impactos consideráveis. E porque, por sua configuração muito especial – tradicionalmente conhecida pela distinção nas zonas centrais entre “favela” e “bairro”, “morro” e “asfalto” ou “assentamento informal” e “cidade formal” entre outras denominações, além das periferias –, o Rio se tornou uma espécie de laboratório de políticas públicas. Nos últimos anos, acostumamo-nos a ouvir o discurso das UPPs.

Megaeventos

Em tempos de megaeventos (Rio+20 em 2012, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016), as UPPs instaladas nas favelas cariocas seriam a garantia da segurança dos eventos e da circulação dos cidadãos na cidade. É o *modus operandis* do poder: ênfase no medo e implementação de uma forma

de controle do governo sobre a sociedade com um novo discurso.

O caso do Rio de Janeiro é novo, mas o tema é velho: Foucault tem ampla literatura a respeito. Em paralelo à implementação das UPPs, deu-se um forte movimento de especulação imobiliária que afetou todos os cariocas (de modo desigual como sempre, mas afetou todos) no que diz respeito à moradia. Os moradores de favelas, quando não são removidos à força, são removidos pelo aumento dos custos dos serviços num fenômeno conhecido como “remoção branca”. Os moradores dos bairros também têm sofrido com preços abusivos de aluguéis, mas o processo não é certamente comparável em termos de violência.

O Rio de Janeiro virou uma cidade globalmente cara para se morar. Em maior ou menor grau, estamos sendo removidos em prol do sucesso de um modelo urbano inadequado à configuração social e cultura carioca no que ela já tem de extremamente hierarquizada e que o modelo imposto pelos atuais poderes públicos só faz hierarquizar ainda mais criando centros gentrificados (me refiro não apenas à gentrificação do centro ligado à zona portuária na qual resiste o Morro da Providência como também a eliminação de qualquer alteração na Barra da Tijuca com a possível remoção da Vila Autódromo entre outras comunidades) ou “revitalizados”, isto é, esvaziados das formas de vidas que ali se constituíram e no aguardo da vinda de estilos de vida que não se sabe se virão.

Des-hierarquização do espaço urbano

Diante desse quadro, o que garantiu alguma possibilidade de des-hierarquização do espaço urbano (em seus aspectos sociais e culturais) foi justamente a circulação que mencionei acima: uma circulação eventualmente funcional no sentido de estar relacionada às exigências do trabalho contemporâneo, mas sobretudo uma circulação desejante de outras experiências urbanas e relações humanas. A dimensão mais qualitativa que quantitativa dessa circulação foi responsável não apenas pela resistência ao modelo hierarquizante de cidade – as resistências das favelas e das ocupações ameaçadas de remoção, por exemplo, se

articularam por meio de reuniões em cada uma delas potencializando-se reciprocamente e fortalecendo globalmente as lutas por moradia – como também abriu, com sua criatividade, outras possibilidades de vivências na cidade.

Nas universidades públicas no centro ou próximas ao centro da cidade, jovens e adolescentes das favelas, das periferias e mesmo dos territórios mais longínquos da região metropolitana vêm estudar e compartilhar saberes e fazeres. Nas redes e nos espaços sociais e culturais – lonas, cineclubes, lan houses, lajes, etc. – das periferias e das favelas, jovens e adolescentes de todos os cantos da cidade vêm trocar arquivos, músicas, livros, filmes, ideias, danças, trejeitos, modas, afetos e amores. No Rio de Janeiro, ao medo do confronto respondeu o desejo do encontro.

A multidão se constituía aí nos milhões de agenciamentos, deslocamentos e desdobramentos pela cidade. Instituições como universidades e ONGs entre outras formas instituídas deram alguma base a essa produção de novos sentidos e valores, mas foram os movimentos que fizeram toda a diferença.

Em suma, a des-hierarquização urbana não está dada e os episódios de repressão no centro da cidade seguidos da matança na Maré são ainda fortes indicadores de hierarquias perversas que persistem. Contudo, depois de um período em que o Rio de Janeiro parecia estar sob o jugo de poderes incontornáveis (o dos padrões internacionais de segurança para megaeventos e o das especulações do mercado imobiliário local e global) e, pior, parecia haver consenso e aceitação da situação como único destino possível, as monstruosas manifestações dos últimos dias – com sua reivindicação inicial de redução da passagem e integração progressiva de pautas como a da moradia, da educação, da cultura, da comunicação, de uma segurança cidadã entre outras – abriram outros devires apresentando novas possibilidades de des-hierarquização do espaço urbano especificamente e, com elas, de des-hierarquização da atividade política. **Poiésis e práxis**, mais uma vez, juntas.

IHU On-Line – Que estética surge a partir de tais manifestações? O que ela significa?

Barbara Szaniecki – Para responder, farei inicialmente algumas considerações sobre o que tenho

visto nas manifestações – concretas e virtuais – para em seguida tentar responder mais conceitualmente. Observei, por exemplo, nas ruas e nas redes, a produção de cartazes. Nas ruas, chama a atenção a proliferação de cartazes individuais em cartão ou cartolina entre outros materiais toscos, as escritas à mão na urgência ou no capricho em função do momento ou do talento, as ilustrações caricaturais e as fotografias sem retoques “profissionais” que, à primeira vista, podem ser interpretados como revival das ondas “do-it-yourself” (faça-você-mesmo) de hippies, punks ou anárquicos, ou ainda como expressão do “popular” ou “vernacular”: provavelmente é tudo isso junto mas não apenas.

Em todo caso, multiplicam-se as formas expressivas relacionadas a formas de vida que resistem aos padrões globais de cidade. Como trilha sonora, a apropriação da música “vem pra rua” utilizada por uma montadora se tornou ironicamente um dos slogans do movimento e disputa os ouvidos com carro de som e com o barulho das bombas. Nas redes, cartazes remixaram a representação a pessoas carregando vinagre ou a máscara do filme “V de Vendetta” num “**V de Vinagre**”.

Também são numerosos os cartazes (ou memes) que caricaturam, carnavaalizam ou canibalizam a imagem de representantes políticos que pouco nos representam assim como as insígnias ou logomarcas do seu poder, em particular às da FIFA nos ultimíssimos dias.

De modo geral, é visível, nos cartazes das redes, um uso mais acentuado dos recursos *high tech* (imagens realizadas com softwares de imagem e de composição tipográfica) se comparados aos recursos *low tech* e gambiarras dos cartazes das ruas (os cartões e cartolinas com escritas à mão de que falamos), pois esses usos dependem de vários fatores: acesso social, nível educacional e universo cultural, entre outros. Mas o tom caricatural, carnavalesco e antropofágico é frequente em todos. Uma faixa que traduz esse espírito foi a “Unfair Players” que juntava numa mesma imagem tipográfica a FIFA, a polícia e Anastasia em Belo Horizonte.

O carnaval de Bakhtin, aquele que subverte os poderes opressores e se desdobra em obras polifônicas. A antropofagia de Oswald, aquela que transmuta a tristeza em alegria – a alegria é a prova dos nove – e, após devoração e digestão

do outro gera alteridades radicais. A semiofagia da multidão, aquela que une redes e ruas. Teoria? Sim, mas não apenas. Estamos falando do que fazemos no nosso dia a dia: toma emprestado uma máquina aqui, remixa um signo lá, articula com outras produções acolá.

O trabalho da multidão supõe saberes e fazeres cooperativos e colaborativos. Em muitos casos, são produções quase sem autoria ou que exige outros modos de autoria, desde os aspectos legais até os gêneros expressivos. E se esse trabalho material e imaterial da multidão é analógico ou digital não importa tanto. Mas é sempre o caso de perguntar a quem interessa essa dicotomia que prioriza agentes, práticas e produções de tecnologia digital ao mesmo passo que invabiliza agentes, práticas e produções de tecnologia analógica ou de baixa tecnologia em geral. Como se o “novo” estivesse inequivocadamente assegurado com o digital e o “velho” estivesse fatalmente atrelado ao analógico. Como se não existissem formas de exploração 2.0 e de representação 2.0 e como se não resistissem importantes formas de emancipação 1.0 e de expressão 1.0.

É até possível afirmar com esse ciclo de monstruosas manifestações que, num momento em que o ativismo estava limitado (acomodado) ao Facebook e ao Twitter com seus hashtags e petições online, foi a volta às ruas quem fez toda a diferença! Nas ruas e nas redes as formas analógicas e digitais demonstram que não são antagônicas e sim complementares. Produzem, por sua vez, novos agenciamentos estéticos e políticos.

Como qualificar essa estética? Anos atrás, ao descrever a resistência à Guerra do Iraque em 2003, eu a havia descrito como uma estética da multidão [2]. Naquele momento, iniciei a análise com a produção de cartazes expandindo-a em seguida para as manifestações como um todo: dos inúmeros objetos que a compunham (cartazes, faixas, bandeiras, etc.) aos corpos dos manifestantes.

Considero que as manifestações desses últimos dias no Brasil poderiam ser pensadas dentro desse quadro teórico – de estética da multidão – mas, diante do impacto e sobretudo da desmedida que assistimos e vivemos, fico tentada em qualificá-la como uma estética do monstro e, por essa denominação, indico as subjetividades que a

produzem. Estética do monstro porque é o **Corpo sem Órgãos** (Deleuze e Guattari) e o *General Intellect* (Marx) mencionados acima que a produzem. Mas, além de atribuir essa produção a esse sujeito – corpo e intelecto – em contínua constituição e jamais plenamente constituído, podemos qualificá-la ainda mais, em sua *poiésis* e em sua *práxis*, no seu produzir e no seu agir: eu diria que se trata de uma estética da ocupação da cidade, em conflito com a estética de espetacularização da cidade, ainda dominante mas profundamente abalada nos últimos dias.

IHU On-Line – Quais são as principais práticas de resistência à sociedade de controle? Que perspectiva política é possível vislumbrar numa sociedade controlada pelo biopoder e pela biopolítica? Em que medida as manifestações podem romper com a lógica biopolítica? Deseja acrescentar algo?

Barbara Szaniecki – Para não me estender na teoria sobre o tema – já tratada intensa e extensivamente por autores como Michel Foucault [3], Antonio Negri e Giuseppe Cocco [4] –, abordarei a biopolítica a seguir a partir de um episódio de que pouco se falou na mídia no ano passado que foram as manifestações na frente do Museu de Arte do Rio no dia de sua inauguração na zona portuária. O exemplo é, de fato, muito significativo.

A zona portuária do Rio de Janeiro vem passando por um importante processo de “revitalização” dentro de uma tentativa de retomada econômica, social, cultural e artística baseado na dita Economia Criativa. Não negamos a importância de reforma da infraestrutura local e mesmo do projeto de revalorização do centro da cidade por meio da liberação do acesso ao chamado *waterfront* – o espelho d’água da Baía da Guanabara – para o usufruto carioca e, sobretudo, para a marcar um novo ciclo virtuoso para a cidade.

Mas cabe aqui perguntar: Que projeto de “revitalização” é esse que em nome da vida de uns exclui a vida de outros? Quem são os uns e quem são os outros? Por “uns” podemos entender o turismo de brasileiros e estrangeiros mas também, sem muita certeza, uma classe média que retoma-

ria o centro da cidade como lugar de moradia, de lazer e de negócios. E por “outros”, os outros de sempre: moradores de baixa renda que fizeram da zona degradada seu lugar de existência e de resistência. As vidas das ocupações são removidas. As vidas das favelas são removidas.

No Morro da Providência, favela histórica do Rio de Janeiro, são muitas as famílias ameaçadas de remoção para a construção de um teleférico que mais servirá aos turistas do que aos moradores que já manifestaram inúmeras vezes sua insatisfação com as soluções apresentadas. Apesar disso, em lugar de optar por um projeto baseado em experiências de mixidade social, o poder público optou por um projeto de gentrificação social.

Em suma, estamos realmente no terreno de confronto entre poderes que se exercem sobre a vida (biopoderes) e potências da própria vida (biopolítica). Retomemos então em *O cenário da inauguração do MAR* [5]. O Museu brilhava, os convidados brindavam: os três níveis governo, a família Marinho e a “classe criativa” (aqueles que se reconhecem como tal). Do lado de fora, movimentos sociais e culturais manifestavam batendo lata e executando performances. Pela primeira vez depois de muitos anos, ruidosa e provocadoramente, o Monstro mostrou a sua cara. Não poderia imaginar que meses depois as manifestações fossem tomar as ruas como tomaram, mas, retrospectivamente, considero bastante significativo que o primeiro sintoma de monstruação tenha se dado aqui no Rio de Janeiro pelo viés da arte e da cultura, que pareciam ultimamente adormecidas por grandes consensos.

Notas da entrevistada

[1] HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

[2] SZANIECKI, Barbara. *Estética da Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

[3] Michel Foucault em *Nascimento da Biopolítica e Segurança, Território, População*.

[4] COCCO, Giuseppe e NEGRI, Antonio. *GlobAL – Biopoder e luta em uma América Latina Globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

[5] Um artigo recente de minha autoria sobre esse evento: <http://naborda.com.br/2013/texto/sobre-museus-e-monstros/>

Por Patricia Fachin

Expectativas sociais: o combustível das manifestações

Entrevista especial com Hervé Théry

“As manifestações deram uma sacudida que o Brasil ainda não conhecia”, assinala o geógrafo.

Surpreso com as manifestações que tomaram as ruas brasileiras nas últimas semanas, Hervé Théry, pesquisador francês, aponta as desigualdades sociais como uma das causas dos protestos. “Muitas pessoas acharam que o aumento de 20 centavos era irrisório para gerar essa manifestação, mas há tanta desigualdade de renda no país que, para uma parcela significativa da população, 20 centavos (que vai a 40 centavos por dia e, assim, a 2 reais por semana), acaba sendo uma despesa grande”, aponta na entrevista a seguir concedida por telefone à **IHU On-Line**. Na avaliação do geógrafo, as manifestações “abrem possibilidade para o que ontem parecia impossível, mas que agora pode ser pensado como algo possível, a exemplo de uma reforma política ou uma política fiscal diferente”.

Autor de **Atlas do Brasil: Disparidade e dinâmicas do território**, Hervé Théry comenta que ao publicar a primeira edição do estudo, em 2003, tinha a expectativa de que o PT reduzisse as desigualdades sociais e as disparidades entre ricos e pobres. Dez anos depois, afirma, “serei menos afirmativo, porque muitas estruturas que estavam no modelo de desenvolvimento do PT foram descartadas. O sistema econômico mudou pouco, políticas sociais regrediram, mas em compensação algumas medidas mudaram a perspectiva da sociedade, como o aumento significativo do salário mínimo”. E acrescenta: “Trata-se de uma agenda social que consiste em dar um pouco mais aos pobres para que fiquem felizes, do que realmente romper com a condição de pobreza”.

Hervé Théry é graduado em História e em Geografia pela Université Paris I. É também mestre e doutor em Geografia pela mesma instituição. Trabalha como pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique, professor visitante da USP, pesquisador convidado da Universidade de Brasília – UnB e diretor do Observatoire Hommes-milieus OHM.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que relações o senhor estabelece entre as manifestações que ocuparam as ruas brasileiras nas últimas semanas e as desigualdades sociais que existem no país?

Hervé Théry – Tem uma relação parcial, apesar de o pontapé inicial ter sido o aumento do preço da passagem do transporte público. Muitas pessoas acharam que o aumento de 20 centavos era irrisório para gerar essa manifestação. Mas há tanta desigualdade de renda no país que, para uma parcela significativa da população, estes 20 centavos (que vai a 40 centavos por dia e, assim, a 2 reais por semana), acaba sendo uma despesa grande.

IHU On-Line – Em que regiões do país as desigualdades predominam?

Hervé Théry – Na publicação intitulada *Atlas do Brasil: Disparidade e dinâmicas do território*, escolhemos não falar em desigualdades, porque esse termo já faz um julgamento sobre o sistema. Optamos por mostrar as *diferenças* nas diversas regiões do país. Obviamente as regiões Sul e Sudeste se destacam em relação às regiões Norte e Nordeste. É possível observar cinturões de pobre-

za em volta de cidades de classe média imediata. Há quem diga que as desigualdades no Brasil são tantas que chegam a ser fractais, repetindo-se em cada escala. As regiões brasileiras são mais ou menos ricas, e dentro de cada estado as capitais são mais ricas, tendo cidades mais ou menos pobres.

IHU On-Line – As manifestações apontam alguma mudança na resolução das desigualdades sociais?

Hervé Théry – Para ser honesto, eu não havia previsto essas manifestações. Muitos especialistas brasileiros também não conseguiram prever essa onda de protestos. Tais manifestações abrem possibilidade para o que ontem parecia impossível, mas que agora pode ser pensado como algo possível, a exemplo de uma reforma política ou uma política fiscal diferente. Não digo que tudo mudará de um dia para o outro, mas pode mudar a perspectiva. A popularidade da presidente diminuiu e alguns ministros já mudaram bastante o discurso. Então, essas manifestações deram uma sacudida que o Brasil ainda não conhecia.

IHU On-Line – Por que as manifestações foram uma surpresa para o senhor?

Hervé Théry – Quem vive no Brasil ou é brasileiro sabe que há uma tendência na cultura do país de resolver pessoalmente as dificuldades com o apoio da família e dos amigos, e raramente se recorre a uma ação coletiva, muito menos a de sair às ruas. Olhando a retrospectiva, as últimas manifestações foram as **Diretas Já**, na década de 1980, e a manifestação do **impeachment do presidente Collor**, em 1992. Em 2002 não teve manifestação, porque foi a eleição do Lula, e 2012 acaba de passar. Então, vamos ver, de dez em dez anos, esse tipo de onda, sem nenhuma regularidade e nenhuma periodicidade obrigatória. Costumo dizer que gostaria que os franceses resmungassem e manifestassem menos e que os brasileiros se manifestassem mais.

IHU On-Line – Que avaliação faz dos dez anos da gestão do PT no governo nacional em termos de políticas sociais para diminuir as desigualdades?

Hervé Théry – Quando publicamos a primeira edição do nosso atlas, em 2003, escrevemos na orelha do livro: “Esse é o Brasil que o PT vai mudar”. Havia a expectativa de que este partido teria herdado um Brasil e iria construir outro. Dez anos depois, serei menos afirmativo, porque muitas estruturas que estavam no modelo de desenvolvimento do PT foram descartadas. O sistema econômico mudou pouco, políticas sociais regressaram, mas em compensação algumas medidas mudaram a perspectiva da sociedade, como o aumento significativo do salário mínimo. Como milhões de brasileiros ganham o salário mínimo, milhares de dezenas de pessoas passaram da miséria para uma pobreza mitigada, que introduziu esperança e aumentou as expectativas, as quais constituíram combustível das passeatas. Pessoas que pensavam que, graças a essas mudanças, mudariam de vida ainda esbarram em problemas que não tinham antecipado.

Tem de se considerar também que algumas regiões que estavam muito atrasadas começaram a recuperar o atraso, especialmente o Nordeste, não tanto através da renda e da criação de emprego, mas das transferências do programa Bolsa Família e de um melhor atendimento nas escolas. Isso fez com que o Nordeste saísse de índices muito baixos. Trata-se de um reequilíbrio.

IHU On-Line – Como romper com a agenda social brasileira assistencialista e resolver problemas de ordem estrutural?

Hervé Théry – Esse é o “x” do problema. São as questões estruturais que supõem uma mudança profunda do sistema, porque o que foi feito até então pode ser chamado de assistencialismo. Ou seja, trata-se de uma agenda social que consiste em dar um pouco mais aos pobres para que fiquem felizes, e não realmente romper com a condição de pobreza. Acho que ninguém discute muito que as duas alavancas principais para sair do desenvolvimento e crescer são educação e emprego. Outros casos conhecidos historicamente, como no Japão, na Coreia do Sul, em Singapura, mostram um esforço em educação para que as pessoas se qualifiquem mais e tenham empregos qualificados. É isso que cria um crescimento rápido.

Na França, a educação é universal desde 1870. E o crescimento econômico forte, o milagre francês, ocorreu exatamente 20 anos depois com a nova geração mais qualificada. Não é nenhuma surpresa que o investimento em educação custa caro, dá retorno lento, mas é a chave do sucesso.

Veja também

*#VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras, **CADERNOS IHU ideias**, no. 191*

A esquerda e o desejo por trás do rugido da plebe. Entrevista especial com Bruno Cava.

Quem tem medo do poder constituinte?

A esquerda e o desejo por trás do rugido da plebe

Entrevista especial com Bruno Cava

“Eu mesmo vi vários companheiros, governistas ou não, com nojo das manifestações. Muitas pessoas vão de verde-amarelo, cantam o hino nacional, e simplesmente não têm o discurso que a esquerda gostaria de ouvir. Algumas se comportariam como num show ou micareta, outras ‘distorcem’ a luta partindo para a depredação ou a pilhagem, outros seriam teleguiados pela grande imprensa... A esquerda passa a acusar pulsões incontroláveis em meio aos protestos, que seriam organizados e protagonizados por massas amorfas, passionais, volúveis”, critica o pesquisador.

Em entrevista à **IHU On-Line**, **Bruno Cava**, mestre em Direito pela UERJ, ao analisar as manifestações que estão ocorrendo em todo o país, assinala que “a esquerda ainda alimenta a pretensão de guiar as ‘massas’, iluminando o caminho da revolução. A esquerda acha que está com a razão. O que está fora de seu campo só contém uma carga errática e perigosa, que precisa ser controlada. É o procedimento típico da época das Luzes: me delimito definindo a não razão, o que é irracional. Aí você tem a Marilena Chaui falando pejorativamente em ‘magia’ dos protestos, ou o Tarso Genro que chegou a apontar uma ‘hipnose fascista’. Deveríamos, aliás, declarar uma moratória sobre o termo ‘fascista’. Ele tem sido usado quase como um mecanismo de defesa, para se proteger de uma alteridade que ameaça a própria identidade. Parece tão deslocado, quanto alguns setores da extrema-direita, que acusam o governo Dilma de planejar um golpe ‘comunista’”.

A exemplo das manifestações que acontecem sucessivamente em diversos países, no Brasil elas “chacoalharam consensos, bagunçaram as previsões e análises. Elas vêm erodindo a susten-

tação de governos, de um conjunto de políticas urbanas, de todo um projeto de Brasil e de brasileiro”, afirma na entrevista a seguir concedida por e-mail. Para Cava, os protestos também sinalizam o desenvolvimento brasileiro negativo e suas repercussões no mundo do trabalho. “O projeto de brasileiro por trás do novo Brasil é um brasileiro preparado para os desafios desse mundo do trabalho. E o mundo do trabalho, hoje, quer dizer ‘empregabilidade’, uma condição precária e flexível. O sujeito tem de se adaptar a cobranças sucessivamente maiores, tem de prestar um ‘cuidado de si’ voltado ao empreendedorismo, criatividade, sagacidade”.

Bruno Cava é graduado e pós-graduado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e mestre em Direito na linha de pesquisa Teoria e Filosofia do Direito. É blogueiro do **Quadrado dos loucos** e escreve em vários sites; ativista nas jornadas de 2013 e nas ocupas brasileiras em 2011-2012; participa da rede Universidade Nômade, e é coeditor das revistas **Lugar Comum** e **Global Brasil**.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A que atribui a adesão massiva ao Movimento Passe Livre e às recorrentes manifestações que se seguiram?

Bruno Cava – Em primeiro lugar, tem o fator global. Não falar dele seria deixar passar uma peça muito importante no quebra-cabeça. Como não ver pontos em comum entre o que está acontecendo no Brasil e na Turquia, ou no Egito, como parte do ciclo global disparado pelas revoluções

árabes, em 2011? Multidões saem para as ruas, se encontram, se organizam, exprimem a indignação acumulada. Não ficam só no grito: ocupam, acampam, geram mídia, debates, propostas, aparecem novos grupos e coletivos. Autoconvocadas principalmente pelas redes sociais, elas se organizam de maneira transversal, sem um centro, sem ideologia, bandeira ou liderança unificadas. Pelo contrário, nos protestos, frequentemente emergem narrativas conflitantes, pautas fragmentárias, quereres muitas vezes contraditórios e inconciliáveis. As manifestações são imediatamente acusadas de não ter direção política, de apresentar demandas vagas ou nenhuma, de não ter futuro. A reação das agremiações políticas mais tradicionais e da grande imprensa é de perplexidade, desconfiança, chegando até ao desdém. Quando muito, demonstram alguma condescendência, como se fossem manifestações ingênuas, e necessitassem urgentemente de uma requalificação por parte de quem entende do assunto.

Contudo, apesar dos narizes torcidos, em pouquíssimo tempo os protestos viram e reviram a cena política e provocam mudanças duradouras. Vão contagiando multidões noutros cantos, transmitindo o ímpeto por longas distâncias, de maneira imprevisível, nas velocidades próprias da era digital. Nas revoluções árabes, derrubaram ditaduras que até pouco tempo eram consideradas sólidas como pedra. Na Europa, puseram a nu a “ditadura financeira” em que os estados-nações e a própria União Europeia não passam de filiais subservientes, aplicando as receitas elaboradas por bancos, fundos e especialistas multimilionários. Nos Estados Unidos, as ocupações repuseram no vocabulário político a palavra “capitalismo”, trespassando o diálogo cada vez mais anódino dos partidos. No Brasil, de maneira bastante similar, as manifestações chacoalharam consensos, bagunçaram as previsões e análises. Elas vêm erodindo a sustentação de governos, de um conjunto de políticas urbanas, de todo um projeto de Brasil e de brasileiro. Até semanas atrás, tinha-se a sensação de que tudo isso ia de vento em popa, mas agora ficou confuso. Antes achavam que apenas algumas minorias – seja da elite ressentida, seja de um esquerdismo cronicamente “problemático” – estariam insatisfeitas. No entan-

to, agora a intranquilidade reina nos gabinetes. Mudou, de um modo fundamental, a percepção, o que já é muita coisa.

Então você tem a conjuntura global, mas por que pegaria no Brasil? Afinal, estivemos por vários anos na contratendência da crise do capitalismo, aproveitando a oportunidade para conjugar crescimento econômico com inclusão social. Quem disse que as revoltas só acontecem em tempos de recessão? O maio de 68 não aconteceu no auge dos **Trinta Gloriosos**, como ficou conhecido o período de prosperidade europeia do segundo pós-guerra? Em certo sentido, aquela foi uma insurreição contra o sucesso da sociedade de bem-estar social, de que a Europa Ocidental se tornou paradigma. Embora, de fato, aqui no Brasil estejamos bem longe das condições de um país europeu dos anos 1960, aconteceram melhorias importantes, e uma grande fração da população brasileira vive melhor do que há 10 ou 20 anos. O que ocorre é que também existe uma crise do crescimento. Sem muita consciência disso, o governo alimentou o monstro que agora quer devorá-lo.

Por um lado, ao valorizar os pobres, ao propiciar condições para a integração no mercado de trabalho (formal ou não), também se fortaleceram as ferramentas políticas, culturais, comunicativas, cujo contrafeito é uma capacidade superior também de agir e demandar. O ciclo se retroalimenta, e as pessoas querem cada vez mais, elevando o nível de exigências. É o que o cientista político Giuseppe Cocco, da UFRJ, chama de “mobilização produtiva dos pobres”, o que conforma uma nova composição social. O processo implica uma série de transformações, que os indicadores econômicos ou tabelas estatísticas não captam, porque são transformações que tangem à subjetividade. Aumenta o poder criativo, intensifica a produtividade combinada dos grupos sociais, o que Marx chama, nos *Grundrisse*, de expansão do “trabalho vivo”.

O projeto brasileiro

Por outro lado, o desenvolvimento brasileiro também tem um lado negativo. Integrar as pessoas no “mercado interno” significa, igualmente,

incluí-las no mundo do trabalho subordinado, em circuitos que exploram o tempo de vida para extrair valor. O projeto de brasileiro por trás do novo Brasil é um brasileiro preparado para os desafios desse mundo do trabalho. E o mundo do trabalho, hoje, quer dizer ‘empregabilidade’, uma condição precária e flexível. O sujeito tem de se adaptar a cobranças sucessivamente maiores, tem de prestar um “cuidado de si” voltado ao empreendedorismo, criatividade, sagacidade. Tem que se qualificar de maneira permanente, competir ferozmente por vagas disputadíssimas, tem de permanecer atento para as ameaças e oportunidades de um mercado cambiante. Em certo sentido, junto com a inclusão social, aparece também uma montanha de expectativas, exigências e cobranças. O sucesso se torna tangível para a “nova classe média”, mas isso também quer dizer que o fracasso passa a rondar cada um como uma sombra individual.

O sociólogo Jessé Souza, em *Os batalhadores do Brasil*, propõe-se a pesquisar os dramas, as angústias, os sonhos dessa nova composição social, emergente no governo Lula, de quem o mercado exige a qualificação. No livro, é narrado o esforço gigantesco dos pobres em construir para si um futuro no “capitalismo brasileiro”, empenhando a integralidade do tempo de vida em projetos ferrenhos, incertos, extremamente demandantes. Ele descreve como os pobres batalham abnegadamente para, contra todos os preconceitos e privações, adquirir estrutura material, cultural e emocional, a fim de escapar da desventura da miséria, dos estigmas da ralé. Para ajudar a entender os protestos no Brasil, um livro que pode ser lido em paralelo é a *A fábrica do homem endividado* (ainda sem edição em português), de Maurizio Lazzarato. Nesse livro, a culpa é abordada como o motor do capitalismo contemporâneo. A dívida de cada um perante a sociedade capitalista, mais do que mensurada em dinheiro, é medida pelas expectativas interiorizadas, por uma exigência subjetiva que nos impele, incansavelmente, para longe do fracasso. O fracasso é sempre culpa nossa, uma responsabilidade individual, em vez de produto de um sistema político-econômico que precisa da aceitação da própria lógica de sucesso e

fracasso para constranger as pessoas a trabalhar tanto e em condições tão desfavoráveis.

É aí, no encontro entre a “mobilização produtiva dos pobres” (que querem mais e melhor) e o descarrego das culpas acumuladas diante do crescimento do Brasil, que a expressão global “pegou” por aqui. Foi essa conjunção que conduziu centenas de milhares aos atos começados pelo MPL. O que permitiu o encontro foi a situação crítica dos transportes coletivos. Eles continuam desconfortáveis, lentos e superlotados, apesar do crescimento de renda e consumo. Continua um lugar de sofrimento, abuso sexual, irritação permanente. A mobilidade urbana em dias de semana cai a quase zero. Não por acaso, no noticiário das grandes cidades, haja tantas brigas, depredações, delinquências, incêndios propositais, sabotagens miúdas de ônibus e estações. Essas expressões esparsas de insatisfação são um sintoma das tensões saturadas, e não apenas marginalidade gratuita.

Problema político

Ao contestar mais um aumento da passagem, boa parte da população se viu representada na atuação do MPL. Só que, desta vez, as pessoas estavam mais preparadas para se organizar, tinham mais canais para a insatisfação, outras mídias em que se apoiar além da imprensa convencional. E dentro de uma conectividade muito grande com o que está acontecendo nas lutas globais. Isso mudou a percepção: em vez de me sentir culpado por não ter conseguido comprar o conforto de um carro, percebo como se trata de uma condição coletiva e que, portanto, pode ser resistida coletivamente. O sofrimento diário nos ônibus, metrô e trens passa a ser subitamente entendido não mais como resultado de um fracasso individual, mas como violência de classe.

A culpa, enfim, não é nossa. A culpa é do sistema de transportes, do governo da cidade. “Estão fazendo algo conosco!” Quer dizer, está-se diante de um problema político. Essa percepção alastrada pelas redes torna subitamente possível uma luta de grandes proporções. As delinquências e revoltas miúdas se agrupam para se trans-

formar num grande ato político de recusa. E não seria a pecha de vandalismo a apagar a chama da indignação, diante de uma condição degradante da vida que é experimentada cotidianamente por milhões de pessoas. O vandalismo sempre esteve lá, latente, localizado, como a manifestação mais passional de uma revolta cotidiana.

Desse estopim, em pouco tempo, disparou um processo constituinte. Entrou em cena o “trabalho vivo”, a capacidade de cooperação e organização, para espessar mais e mais indignações, para multiplicar mais e mais demandas, ligando os muitos pontos de atrito espalhadas pela sociedade brasileira. Com isso, os protestos ganharam impulso, e se rechearam de pautas do direito à cidade e à crítica do sistema político.

IHU On-Line – Essas manifestações não estão atreladas a movimentos sociais tradicionais nem a partidos de esquerda tradicional. O que isso significa?

Bruno Cava – Em primeiro lugar, que o campo de esquerda, como se autodefine, ainda é muito iluminista. Ainda alimenta a pretensão de guiar as “massas”, iluminando o caminho da revolução. A esquerda acha que está com a razão. O que está fora de seu campo só contém uma carga errática e perigosa, que precisa ser controlada. É o procedimento típico da época das Luzes: me delimito definindo a não razão, o que é irracional. Aí você tem a Marilena Chaui falando pejorativamente em “magia” dos protestos, ou o Tarso Genro que chegou a apontar uma “hipnose fascista”. Deveríamos, aliás, declarar uma moratória sobre o termo “fascista”. Ele tem sido usado quase como um mecanismo de defesa, para se proteger de uma alteridade que ameaça a própria identidade. Parece tão deslocado, quanto alguns setores da extrema-direita, que acusam o governo Dilma de planejar um golpe “comunista”.

Eu mesmo vi vários companheiros, governistas ou não, com nojo das manifestações. Muitas pessoas vão de verde-amarelo, cantam o hino nacional, e simplesmente não têm o discurso que a esquerda gostaria de ouvir. Algumas se comportariam como num show ou micareta, outras “distorcem” a luta partindo para a depredação ou a pilhagem, outros seriam teleguiados pela gran-

de imprensa... A esquerda passa a acusar pulsões incontroláveis em meio aos protestos, que seriam organizados e protagonizados por massas amorfas, passionais, volúveis. Daí essa obsessão, por assim dizer psicanalítica, de muitos comentaristas da esquerda, tentando revelar a verdade do desejo por trás do “rugido da plebe” e seus compromissos libidinosos mais aparentes.

Ora, a verdade do desejo não existe no caso, porque o próprio desejo está criando novas verdades. Uma razão pré-programada de esquerda não enxerga as transformações que estão acontecendo. A pessoa pode adotar o verde-amarelo, mas a simples presença nas marchas, discussões e organizações transforma os sentidos implicados. Podem ter se entusiasmado com imagens na TV (da Turquia, de São Paulo etc.), mas chegam à rua e veem a realidade do controle violento sobre a cidade. A esquerda pode mudar de atitude, e alguns já mudaram. Em vez de se refugiar na própria “zona de conforto”, onde conhecemos os coletivos, discursos e territórios, a esquerda pode mergulhar na multidão e pesquisar-com (copesquisar). É melhor do que ficar desejando querer que tudo passe logo, que possamos retornar a nossas marchinhas anódinas de 100 ou 150 cupinchas, sem qualquer real incômodo ao poder constituído.

A realidade está solta, sem gentileza para os esquemas, e por isso mesmo existem grupos de direita tentando capturá-la. Por isso, em vez de se fechar em sua própria razão iluminada, o caso talvez seja adotar a perspectiva da relação. Isto é, de que maneira esses protestos transformam a própria esquerda, a luta, a produção de subjetividade. Essas transformações estão encarnadas em que sujeitos, com que forma de organização? Está faltando uma antropologia perspectivista nas lutas, menos para “salvar” o ciclo de lutas, do que a própria esquerda tradicional.

IHU On-Line – As manifestações representam uma consciência de classe? Em que sentido?

Bruno Cava – Sobre as manifestações, Marcos Nobre, da Unicamp, escreveu um ensaio em formato instantbook, chamado “Choque de democracia”, onde ele caracteriza a mobilização como

sendo “antipeemedebista”. Por peemedebismo, o filósofo designa uma lógica de governabilidade que aprisiona o sistema político brasileiro. É uma lógica de acordões e vetos seletivos, que engessa qualquer mudança e reproduz continuamente o bloco hegemônico no poder. O peemedebismo seria resultado de muitas décadas de destroçamento da cultura democrática no Brasil, quase um déficit de “consciência de classe”, sem real polarização das forças sociais, o que até se manteve nos governos Lula e Dilma. Marcos Nobre se contrapôs, por exemplo, a André Singer, preferindo caracterizar o nosso “espírito da época” com a ideia de peemedebismo, em vez do lulismo.

Mas as manifestações quebraram as pernas do argumento. Não adianta falar, agora, que teriam despontado manifestações antipeemedebistas, como se isso não tivesse nada a ver com todo um conjunto rico de requalificações durante os últimos 10 ou 15 anos. Na realidade, as condições para que esse nível de mobilização e cultura democrática pudessem ocorrer foram fortalecidas nesses governos. Paradoxalmente, contra os próprios governos. Como se houvesse dois lulismos, para complexificar um pouco a tese de Singer.

Um “lulismo de estado”, que governa desde cima, numa lógica macroeconomicista, reformista, repleta de mediações e estruturas para cimentar o apoio tanto do grande capital (bancos, empresas, fluxos de investimento) quanto da população (massificação das políticas sociais, publicidade, aliança com as igrejas e “terceiro setor”). É possível que Dilma, imagem da boa gestão e qualidade tecnocrática, com pouca ou nenhuma atenção à relação com os movimentos e as transformações desde as bases, seja a maior figura dessa face.

E um “lulismo selvagem”, um contrafeito das políticas sociais, talvez nem tanto desejado, que ampliou as capacidades de organização, enunciação, autovalorização e mobilidade de uma porção enorme de brasileiros. A figura de Lula possivelmente guarde essa ambivalência fundamental. Se, por um lado, tinha em Dilma a sua principal assessora, ele soube manter-se conectado, em alguma boa medida, às tendências desde baixo.

A composição social ambivalente está no DNA do levante, e é aí que precisa ser perscrutada a luta de classe, ou seja, o momento de ruptura com um presente estagnado.

IHU On-Line – Por outro lado, como percebe manifestações propostas pelos movimentos tradicionais a exemplo da CUT, do MST, e das centrais sindicais? É um movimento dentro do atual movimento?

Bruno Cava – Nesta altura, não dá para delimitar um “dentro” e um “fora” do movimento atual. Está tudo em disputa. A própria linha está em disputa. Quero dizer, agora tudo é zona de transição, uma franja de recomposição. Essa recomposição pode ser de classe, desde que organizada a partir das transformações (políticas, antropológicas, biopolíticas) que vem acontecendo nos últimos tempos. A CUT, por exemplo, tem muito a ganhar se conseguir se deixar pautar pelas lutas dos precários, do trabalho informal em geral, que vem se tornando onipresente. O MST, por sua vez, se empenha em muitas atividades formuladoras de alternativas ao desenvolvimento. Vale lembrar que, no Egito de 2011, os sindicatos e as ligas camponesas exerceram um papel crucial, miscigenando-se às mobilizações organizadas diretamente pela juventude conectada nas redes sociais.

IHU On-Line – Ao longo dos governos Lula e Dilma, houve muito incentivo à compra de automóveis no país. Como entender o alto investimento em transporte individual em detrimento do transporte coletivo?

Bruno Cava – Não dá para culpar o indivíduo de querer ter um carro particular. Chega a ser perverso você favorecer a elevação da renda da população para, a seguir, culpá-la por querer consumir. A crítica ao consumismo agora que os pobres consomem têm uma impostação elitista insuportável. O objetivo principal nunca foi dividir o bolo, mas comê-lo. O que se deve perguntar não é por que as pessoas preferem carros particulares ao transporte coletivo. Mas, sim, na metrópole brasileira, por que é preferível andar de carro e não ônibus ou metrô. A resposta é evidente. Então como tornar o transporte coletivo preferível? Mais barato, mais rápido, mais seguro?

IHU On-Line – Quais são os principais déficits do transporte público brasileiro?

Bruno Cava – É outra pergunta que não exige grandes conhecimentos sobre urbanismo, arquitetura ou engenharia de transportes. Pensada desde cima, desde os gabinetes, negociatas eleitorais e conchavos, a cidade brasileira do século XXI funciona como uma grande fábrica de valor. As linhas e fluxos são organizados para conduzir a população de regiões-dormitórios para os centros de serviços, e vice-versa. A locomoção é taxada de maneira que qualquer outra utilização (digamos, ir ao cinema no domingo) exija um dispêndio que, para muitos, é demasiado oneroso. Nos dias úteis, a superlotação e a lentidão desaconselham qualquer deslocamento que não seja no circuito casa-trabalho. Todo o sistema parece sempre à beira do colapso, bastando problemas localizados para estancar o escoamento. Em algumas cidades, como São Paulo ou Rio de Janeiro, essa situação está se generalizando para todos os horários do dia. A resposta dos governos tem sido construir grandes canais viários, corredores de ônibus e linhas expressas.

Enquanto isso, as pessoas vão resistindo como podem. Subsiste um verdadeiro ódio contra os ônibus, o alvo preferencial em quase todos os tumultos. É onde os corpos se chocam com esse projeto de cidade, sobre o que não temos nenhuma ingerência. Sequer podemos participar de decisões relativas a nossos bairros e comunidades. Nesse contexto, a pauta da tarifa zero não poderia ser mais oportuna. Vai no calcanhar de aquiles do problema: a exploração que esse sistema difusamente violento se apropria a cada dia. A estratégia não é nova e está inserida numa luta maior por renda (indireta). Consiste em bombardear o governo para que incremente a despesa

pública, o que o força a reduzir as margens do capital, os riscos do investimento, e a lucratividade colhida a título de juros. O dinheiro se torna mais barato para as pessoas, e o governo é tensionado em seus acordos e conchavos de governança. Ou seja, a luta da tarifa zero, que as pessoas já se consideram representadas e participam, é uma luta que pode tornar insustentável a atual forma de planejar e governar a cidade. Daí outra realidade, outra forma mais democrática, tende a ocupar o lugar. Essa é, sem dúvida, uma luta pelo direito à cidade.

IHU On-Line – Como avalia a proposta de um plebiscito para votar a reforma política? Quais as possibilidades e implicações dessa proposta?

Bruno Cava – É mais um sintoma de que o medo mudou de lado. Essa oferta por si só já demonstra a tremenda força das manifestações. O poder constituído não faz concessões à toa. Começará a testar a força dos protestos, barganhando medidas e propostas que permitam-no retornar à tranquilidade dos gabinetes e seus projetos negociados desde o alto. Independentemente dos plebiscitos, reduções do preço da passagem, “pacotões” de emergência, não se pode perder de vista que tudo isso é uma conquista direta do poder constituinte que ocupou as ruas. A continuação dessas vitórias, a transformação disso em novas instituições, na regeneração das existentes, depende da continuação das lutas, de sua permanente reinvenção e remotivação. O tumulto é o pulmão das democracias, e esse propósito constituinte não pode ser esquecido. Os plebiscitos, assim, podem ser boas oportunidades para a reafirmação de propósito. Concessões? Sim, obrigado. Mas a gente quer é mais.

Por *Patricia Fachin*

Grito da Seca e Revolta do Busão

Entrevista especial com Tárzia Medeiros

“Trazer para a capital do estado do Rio Grande do Norte a manifestação Grito da Seca foi importante. Conseguimos juntar (...) mais de cinco mil pessoas. A Revolta do Busão, de forma solidária, se juntou ao Grito da Seca e participou do ato conosco para pressionar o governo do estado e o governo federal na busca de alternativas viáveis para essas comunidades”, avalia a comunicadora popular da Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA.

As manifestações de jovens nas redes sociais há dois anos, criticando a gestão da ex-prefeita de Natal, Micarla de Sousa (PV), continuam ativas na capital do Rio Grande do Norte. O movimento, que ficou conhecido no Twitter com a **#Fora-Micarla**, hoje chama a atenção com a **Revolta do Busão** e o Grito da Seca. Cerca de cinco mil pessoas passaram a semana manifestando sua indignação com o aumento do preço das passagens de ônibus, e com as políticas públicas que não geram resultados diante da estiagem que atinge o semiárido brasileiro.

Tárzia Medeiros, comunicadora popular da Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA, está acompanhando as manifestações e comenta, em entrevista à **IHU On-Line**, que, embora os dois movimentos não tenham nenhuma relação, eles decidiram “fazer um ato em comum” para pressionar os governos federal e estadual diante da atual situação do transporte público e dos problemas do semiárido. Segundo ela, as manifestações “estão sofrendo um processo de criminalização tanto da ação truculenta da polícia quanto do aparato da Polícia Federal, do BOPE, do Batalhão de Choque. (...) Sofremos uma violência muito grande porque enfrentamos um dos setores mais

poderosos de Natal, o das empresas de ônibus, que fazem um lobby muito grande e financiam a maioria das campanhas eleitorais, principalmente do poder Executivo”.

Tárzia Medeiros é comunicadora popular da ASA.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O que é a Revolta do Busão? Tárzia Medeiros – A Revolta do Busão é um

movimento que surgiu há quase dois anos, com um outro movimento chamado **Fora Micarla**, que denunciou a corrupção na gestão da ex-prefeita de Natal, Micarla de Sousa (PV). À época jovens estudantes e sindicalistas se mobilizaram visando para pressionar o poder Legislativo para que instalasse uma comissão especial de inquérito. Eles ocuparam a Câmara dos Vereadores por onze dias, onde montaram um acampamento chamado Primavera sem Borboleta, em alusão às manifestações da Primavera Árabe, e ao símbolo da prefeita (borboleta). Esse movimento ganhou muita força através de convocações feitas por meio das redes sociais.

Quando houve o primeiro aumento das passagens, o movimento **Fora Micarla** mudou o tema da reivindicação e passou a se chamar **Revolta do Busão**. Fizemos uma pressão muito forte e conseguimos derrubar o aumento da passagem. Durante a campanha do atual prefeito, Carlos Eduardo Alves (PDT), houve a promessa de que não haveria reajuste no preço das passagens, mas poucos meses depois de assumir a prefeitura ele assinou o reajuste do preço.

Vários estudos de técnicos da área urbana demonstram que o preço da passagem em Na-

tal, levando em conta a quilometragem rodada pelos ônibus e o percurso que eles fazem na cidade, comparando com outras capitais, é um dos mais caros do país, porque Natal é uma cidade com 800 mil habitantes. Em cidades como Recife, que tem mais de dois milhões de habitantes, a passagem custa R\$ 2,25. Em Natal, o valor da passagem era R\$ 2,20 e aumentou para R\$ 2,40. A partir desse aumento a **Revolta do Busão** começou a se reunir em plenárias, e nos últimos dez dias o movimento começou a organizar atos e marchas nos quais cerca de três mil pessoas têm participado.

Ocorre que as manifestações estão sofrendo um processo de criminalização tanto da ação truculenta da polícia quanto do aparato da Polícia Federal, do BOPE, do Batalhão de Choque. Até estudantes seminaristas de 15 anos foram espancados, presos de forma indevida. Sofremos uma violência muito grande porque enfrentamos um dos setores mais poderosos de Natal, o das empresas de ônibus, que fazem um lobby muito grande e financiam a maioria das campanhas eleitorais, principalmente do poder Executivo.

IHU On-Line – Qual a situação do transporte público em Natal?

Tárzia Medeiros – Os ônibus são precários e circulam lotados, com pessoas em pé. As empresas não disponibilizam frotas de ônibus para dar conta da demanda. Vivemos numa cidade da região Nordeste em que faz muito calor, os ônibus não têm ar condicionado, e as frotas não são renovadas. Toda a vez em que as empresas aumentam o preço da passagem, prometem que a frota será expandida, que os ônibus terão ar-condicionado, mas nada disso é feito. O poder Executivo nunca exige a contrapartida de as empresas cumprirem com as promessas. Essa também é uma revolta e um dos motivos pelos quais estamos nos organizando. Como a qualidade do transporte público é muito ruim, as pessoas começam a comprar motos e carros para ter alternativas de circular na cidade, e isso tem gerado um caos. Nunca teve engarrafamento em Natal, mas hoje não é possível andar sem ficar 40 minutos parado no trânsito em trechos mais críticos, que levam para a Zona Norte e Zona Sul. Então, a **Revolta do Busão**

não critica somente o aumento da passagem, mas reivindica o passe livre para estudantes, idosos e desempregados, e pela melhoria das condições de transporte.

IHU On-Line – E o que são as manifestações do Grito da Seca?

Tárzia Medeiros – O **Grito da Seca** vem sendo construído há pelo menos dois meses. Inicialmente, não tinha nenhuma ligação com a **Revolta do Busão**. Ele coincidiu com o aumento da passagem e aí a juventude foi para as ruas. O **Grito da Seca** decidiu se juntar com a **Revolta do Busão** para fazer um ato em comum.

O **Grito da Seca** foi construído pelo Fórum do Campo – FOCAMPO, que congrega várias entidades, movimentos sociais, que atuam na zona rural com os movimentos do campo. O MST e a Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA se juntaram à manifestação, além de algumas pastorais sociais, movimentos urbanos, como o Comitê Popular da Copa. A pauta é reivindicar e questionar as alternativas que estão sendo apresentadas pelos governos federal e estadual, e amenizar os impactos da estiagem prolongada da região semi-árida. Algumas alternativas que foram apontadas fortalecem a lógica da indústria da seca, a lógica de levar e trazer água através de carros-pipa na mão das prefeituras do interior. Essas políticas propiciam o uso político do acesso à água, à terra. A distribuição de água através de carro-pipa tira a autonomia das pessoas e vincula a distribuição de água como se fosse uma obrigatoriedade de vinculação política. É possível investir em alternativas mais eficazes para que as famílias e as comunidades rurais tenham mais autonomia para acessar o seu direito à água.

Trazer para a capital do estado do Rio Grande do Norte a manifestação Grito da Seca foi importante. Conseguimos juntar, no último dia 21, em Natal, mais de cinco mil pessoas. A Revolta do Busão, de forma solidária, se juntou ao Grito da Seca e participou do ato conosco para pressionar o governo do estado e o governo federal na busca de alternativas viáveis para essas comunidades.

As pessoas perderam os seus rebanhos e hoje, apesar de a chuva ter caído um pouco, não consideramos que a estiagem acabou. Foi uma

chuva passageira, que não dá conta de produzir nada. O plantio de feijão e de milho, que é a principal cultura da região, ainda precisa de um período de chuva mais intensa para poder se viabilizar. A estiagem ainda não passou e a situação das famílias das comunidades rurais ainda é muito crítica.

O MST ocupou o espaço do centro administrativo na capital, onde está localizada a governadoria, e ficaram acampados até hoje (23-05-2013), dia da negociação da pauta com o governo do estado. Hoje eles levantaram o acampamento e estão marchando junto com a **Revolta do Busão**. Novamente devem passar pela prefeitura, que é onde a Revolta do Busão deve fazer um protesto para continuar pressionando para que o valor da passagem volte ao seu preço anterior. Depois disso vão seguir para outro órgão do governo federal para poder negociar a pauta.

IHU On-Line – Quais as repercussões dessas manifestações?

Tárzia Medeiros – No dia 21-05, depois da marcha, teve uma audiência com a governadora Rosalba Ciarlini, e o que conseguimos de concreto foi a perfuração de dez poços que o MST já vinha reivindicando há dois anos, e agora o governo assinou a ordem de serviço. A pauta era assistência técnica nas áreas de assentamento e nas

comunidades rurais para viabilizar a produção de alimentos, a perfuração de 500 postos em regiões onde a seca está muito grande, e estes poços poderiam servir para retirar a água e encher as cisternas. Essas questões ainda estão no campo das promessas.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo?

Tárzia Medeiros – No dia 21, o juiz federal, Magnus Delgado, proibiu a manifestação de ocupar a BR 101, que é a via de entrada em Natal, e disse que quem obstruísse parcial ou totalmente a BR 101 iria preso em flagrante. Por causa disso, o juiz sofreu uma reprimenda do Ministro do Superior Tribunal, Joaquim Barbosa. Organizar-se, reivindicar e fazer atos são direitos constitucionais. A atitude do juiz é algo que não tem amparo na Constituição.

Esta atitude do juiz deve servir de alerta, porque nos próximos meses será aprovada a Lei da Copa, que cria um estado de exceção no Brasil. Durante a Copa do Mundo será proibida qualquer tipo de organização política, qualquer tipo de organização de marchas e de protestos. Então, é como se fosse um ato do AI-5, no período da ditadura. Então, o que aconteceu em Natal precisa servir de exemplo para os movimentos sociais de todo o Brasil.

Para ler mais

- 14/08/2013 – As manifestações de 2013. “O impasse da ordem das linguagens da temporalidade.” Entrevista especial com Eugênio Bucci
- 09/01/2014 – Uma outra leitura do não vai ter Copa e a disputa histórica das Jornadas de Junho
- 17/01/2014 – Rolês têm a ver com junho?
- 23/01/2014 – A brecha de junho está aberta: aprofundar a democracia
- 11/02/2014 – A única pessoa condenada pelas jornadas de junho de 2013...
- 17/09/2013 – “O pior saldo das manifestações seria o cinismo”
- 17/09/2013 – Lei antimáscara não vai diminuir violência em manifestações, diz pesquisador
- 27/09/2013 – Pesquisadores analisam manifestações
- 28/11/2013 – Copa FIFA 2014: a Copa das manifestações
- 06/01/2014 – “Manifestações de junho conseguiram destravar a luta popular”
- 14/01/2014 – Os traços de envelhecimento do PT e sua intolerância para com as manifestações juvenis
- 27/01/2014 – Ação da polícia questiona seu preparo para futuras manifestações
- 12/02/2014 – Lista de pessoas mortas e feridas no Brasil em manifestações
- 03/02/2014 – Governo prepara campanha para defender realização da Copa no País
- 07/02/2014 – Argumentos para continuar protestando contra a Copa do Mundo no Brasil
- 10/02/2014 – Protestos fizeram governo mudar discurso sobre Copa
- 12/02/2014 – Líder do MST diz que protestar durante a Copa do Mundo é um erro
- 27/01/2014 – Ação da polícia questiona seu preparo para futuras manifestações
- 27/01/2014 – ‘Polícia chegou batendo em todo mundo’, conta estudante
- 03/02/2014 – Policiais assumem não ter treinamento adequado para lidar com protestos
- 04/02/2014 – “PM cria monstros”, diz ex-policial que defende desmilitarização
- 12/02/2014 – Qual é o futuro das polícias brasileiras?
- 30/10/2013 – Governo quer conhecer grupo Black Bloc, diz ministro
- 30/10/2013 – Governo admite não ter compreendido ‘black blocs’, mas busca diálogo
- 30/10/2013 – Black blocs, o assassinato do menino Douglas e o inferno anunciado...
- 02/11/2013 – Por que os black blocs incomodam-tanta gente
- 05/11/2013 – Nem black nem bloc
- 12/02/2014 – Invasores e black blocs

- 12/02/2014 – Black blocs recebem apoio de internautas pelas redes sociais
- 03/07/2013 – 191ª edição – #VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras.
- 02/07/2009 – 34ª edição – A crise mundial do capitalismo em discussão
- Copa do Mundo. Para quem e para quê? Revista IHU On-Line, n°. 422
- A crise capitalista e a esquerda. Revista IHU On-Line, n°. 287
- O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes. Revista IHU On-Line, n°. 301
- Direito à cidadania. A política social brasileira em debate. Revista IHU On-Line, n°. 373
- 29/01/2014 – Rolezinhos preocupam as grifes de moda
- 27/01/2014 – Os rolezinhos nos acusam: somos uma sociedade injusta e segregacionista
- 25/01/2014 – Shoppings ‘ignoram potencial de consumo da classe C’ ao coibir rolezinhos
- 24/01/2014 – Rolezinhos e possível volta de protestos desafiam governantes
- 24/01/2014 – Rolezinho e roleta-russa
- 22/01/2014 – Kaique e os rolezinhos: o lugar de cada um
- 21/01/2014 – Os debates extremados à direita e à esquerda estão ignorando as pessoas que participam do rolezinho. É hora de entender a periferia
- 21/01/2014 – O rolezinho é bom para pensar o Brasil
- 21/01/2014 – ‘Rolezinhos’ têm raízes na luta pelo espaço urbano
- 20/01/2014 – Pastor promove “rolezinho” gospel e jovens leem a Bíblia em shopping
- 17/01/2014 – Pra onde vão os rolezinhos
- 17/01/2014 – Rolezinhos nos shoppings do Brasil proliferam e chegam à imprensa europeia
- 16/01/2014 – Etnografia do Rolezinho
- 24/01/2014 – Rolezinho e roleta-russa
- 22/01/2014 – Kaique e os rolezinhos: o lugar de cada um
- 21/01/2014 – Os debates extremados à direita e à esquerda estão ignorando as pessoas que participam do rolezinho. É hora de entender a periferia
- 21/01/2014 – O rolezinho é bom para pensar o Brasil
- 21/01/2014 – ‘Rolezinhos’ têm raízes na luta pelo espaço urbano
- 20/01/2014 – Pastor promove “rolezinho” gospel e jovens leem a Bíblia em shopping
- 17/01/2014 – Pra onde vão os rolezinhos
- 17/01/2014 – Rolezinhos nos shoppings do Brasil proliferam e chegam à imprensa europeia
- 16/01/2014 – Etnografia do Rolezinho
- 16/01/2014 – Repressão em SP faz “rolezinhos” se multiplicarem
- 15/01/2014 – “Rolezinhos” se espalham pelo País
- 20/01/2014 – O rolê da ralé
- 17/01/2014 – Rolês têm a ver com junho?

- 13/01/2014 – MA barra comissão de Direitos Humanos em Pedrinhas
- 11/12/2013 – Fórum Mundial dos Direitos Humanos reúne mais de 5 mil em Brasília
- 10/12/2013 – Para especialistas, Brasil vive momento decisivo para garantir direitos humanos
- 04/12/2013 – A terra e a crise dos direitos humanos na Colômbia
- 22/11/2013 – Políticos evangélicos em campanha contra avanços no campo dos direitos humanos e sociais: desinformação, confusão e retórica do terror
- 12/09/2013 – Dossiê denuncia violações de direitos humanos nas obras da Copa em Curitiba
- 11/09/2013 – Ditadura chilena. “É preciso esclarecer todos os crimes”, diz advogado experiente em direitos humanos
- 06/03/2006 – Movimentos sociais reavaliam Lula
- 28/05/2013 – ONU e ativistas denunciam violações de direitos humanos na preparação da Copa no Brasil
- 21/05/2013 – Direitos humanos e desenvolvimento
- 05/10/2012 – Fotos do dia. Um dia de protestos
- 15/06/2013 – Por dentro da ‘tropa de choque’ dos protestos
- 15/06/2013 – Movimentos e entidades protestam contra a violência policial nos protestos de jovens pelo transporte público
- 06/11/2013 – Autoridades buscam ‘fórmula’ para punir violência em protestos
- 15/07/2013 – Monstro e multidão: a estética das manifestações. Entrevista especial com Barbara Szaniecki
- 16/07/2013 – Manifestações do Outono Quente do Brasil em debate no IHU
- 14/08/2013 – As manifestações de 2013. “O impasse da ordem das linguagens da temporalidade.”. Entrevista especial com Eugênio Bucci
- 13/07/2013 – Centrais sindicais dizem que manifestações foram um ‘sucesso’
- 19/07/2013 – O sentido das manifestações não seria a refundação do Brasil?
- 08/08/2013 – Com vandalismo. Documentário sobre as manifestações no Ceará
- 09/09/2013 – Com medo da violência, classe média esvazia manifestações
- 17/09/2013 – “O pior saldo das manifestações seria o cinismo”
- 17/09/2013 – Lei antimáscara não vai diminuir violência em manifestações, diz pesquisador
- 27/09/2013 – Pesquisadores analisam manifestações
- 28/11/2013 – Copa FIFA 2014: a Copa das manifestações
- 08/01/2014 – Alckmin cria primeiro batalhão da Polícia Militar com função antiterrorista
- 08/01/2014 – RJ cria Batalhão de Grandes Eventos, que atuará na Copa e em protestos
- 22/09/2012 – Fotos do dia. Uma sexta-feira de protestos
- #VEMpraRUA: Outono Brasileiro? Leituras. Caderno IHU Ideias, nº 191
- A potência das ruas em debate. Revista IHU On-Line, nº 434

- 10/10/2013 – Black Blocs são bem-vindos desde que se submetam às tradições da categoria, diz sindicato de professores no Rio
- 09/10/2013 – “Por que eu apoio os Black Blocs”
- 09/10/2013 – SP e Rio endurecem e Black Blocs serão tratados como organização criminosa
- 02/10/2013 – Tropa de Choque investe contra professores e ativistas do Black Bloc no Rio
- 22/08/2013 – O Black Bloc está na rua
- 08/08/2013 – Black Blocs e Anonymous protestam contra a Rede Globo e entram em confronto com a polícia no Rio
- 30/10/2013 – Governo quer conhecer grupo Black Bloc, diz ministro
- 30/10/2013 – Black blocs, o assassinato do menino Douglas e o inferno anunciado...
- 02/11/2013 – Por que os black blocs incomodam-tanta gente
- 06/11/2013 – Autoridades buscam ‘fórmula’ para punir violência em protestos
- 29/10/2013 – Paraguai. Protestos contra o projeto de privatização
- 28/10/2013 – Os protestos de junho entre o processo e o resultado
- 24/10/2013 – O desafio da esquerda (sobre os protestos de junho)
- 23/10/2013 – Para Dilma, pactos assumidos em meio a protestos de junho estão virando ‘realidade’
- 15/10/2013 – Grandes protestos voltarão em 2014, diz ativista
- 28/09/2013 – Protestos foram uma resposta ao ‘peemedebismo’ da política
- 27/09/2013 – Pesquisadores analisam manifestações
- 17/09/2013 – Lei antimáscara não vai diminuir violência em manifestações, diz pesquisador
- 14/09/2013 – Marilena Chauí: “Não. As manifestações de junho não mudaram o país”
- 09/09/2013 – Com medo da violência, classe média esvazia manifestações
- 02/08/2013 – Moradores da Rocinha, “Ocupa Cabral” e “black blocs” fazem manifestações no Rio
- 10/07/2013 – Expectativas sociais: o combustível das manifestações. Entrevista especial com Hervé Théry
- 19/06/2013 – A busca por reconhecimento e participação política: o combustível das manifestações. Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna
- 25/06/2013 – Mobilização reflete nova composição técnica do trabalho imaterial das metrópoles. Entrevista especial com Giuseppe Cocco
- 03/07/2013 – Junho 2013. O Modelo Liberal Periférico e o Desenvolvimento às Avesas. Entrevista especial com Reinaldo Gonçalves
- 02/07/2013 – Precariado: a espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras. Entrevista especial com Giovanni Alves
- 27/06/2013 – “A disputa política está nas ruas”. Entrevista especial com Rudá Ricci
- 12/07/2013 – As tensões das manifestações de junho e do Dia Nacional de Lutas
- 11/07/2013 – Sindicatos aderem às manifestações e governo precisará de “tato”, afirma jornal francês

- 05/07/2013 – As manifestações de rua e a resposta do governo
- 02/07/2013 – CUT prepara manifestações contra PL da terceirização
- 01/07/2013 – ‘Epidemia’ de manifestações tem quase 1 protesto por hora e atinge 353 cidades
- 29/06/2013 – Manifestações nas ruas. Um cansaço e uma nova forma de expressão
- 28/06/2013 – A polissemia das manifestações populares
- 26/06/2013 – Centrais convocam manifestações e marcha para colocar nas ruas pauta do mundo do trabalho
- 26/06/2013 – Do “não” ao “vamos”: faltam Lulas e Tancredos nas manifestações
- 19/06/2013 – A busca por reconhecimento e participação política: o combustível das manifestações. Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna
- 02/07/2013 – Precariado: a espinha dorsal dos protestos nas ruas das 353 cidades brasileiras. Entrevista especial com Giovanni Alves
- 27/06/2013 – “A disputa política está nas ruas”. Entrevista especial com Rudá Ricci
- 05/07/2013 – As manifestações de rua e a resposta do governo
- 02/07/2013 – CUT prepara manifestações contra PL da terceirização
- 01/07/2013 – ‘Epidemia’ de manifestações tem quase 1 protesto por hora e atinge 353 cidades
- 01/07/2013 – “Tenho confiança na acelerada pedagogia das manifestações”
- 29/06/2013 – Manifestações nas ruas. Um cansaço e uma nova forma de expressão
- 28/06/2013 – A polissemia das manifestações populares
- 26/06/2013 – Centrais convocam manifestações e marcha para colocar nas ruas pauta do mundo do trabalho
- 26/06/2013 – Do “não” ao “vamos”: faltam Lulas e Tancredos nas manifestações
- 26/06/2013 – Manifestações de rua abalaram propostas históricas do PT
- 24/06/2013 – As manifestações e o direito à política
- 20/06/2013 – País contempla “atônito” manifestações dos últimos dias, diz Gilberto Carvalho
- 17/06/2013 – “As manifestações contra a tarifa são válvulas de escape”
- 30/03/2013 – 10 anos de PT no governo e o desafio de uma esquerda socialista de massas. Entrevista especial com Valter Pomar
- 01/07/2013 – Uma esquerda à altura da crise da República
- 25/06/2013 – A “esquerda” discute o que fazer
- 22/06/2013 – Esquerda ou direita?
- 15/06/2013 – Direita e Esquerda: das revoluções liberais ao capitalismo globalizado
- 19/06/2013 – A busca por reconhecimento e participação política: o combustível das manifestações. Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna
- 02/07/2013 – CUT prepara manifestações contra PL da terceirização
- 01/07/2013 – ‘Epidemia’ de manifestações tem quase 1 protesto por hora e atinge 353 cidades

- 01/07/2013 – “Tenho confiança na acelerada pedagogia das manifestações”
- 29/06/2013 – Manifestações nas ruas. Um cansaço e uma nova forma de expressão
- 28/06/2013 – A polissemia das manifestações populares
- 26/06/2013 – Centrais convocam manifestações e marcha para colocar nas ruas pauta do mundo do trabalho
- 26/06/2013 – Do “não” ao “vamos”: faltam Lulas e Tancredos nas manifestações
- 26/06/2013 – Manifestações de rua abalaram propostas históricas do PT
- 24/06/2013 – As manifestações e o direito à política
- 08/07/2011 – Movimentos virtuais chegam às ruas de Natal. Entrevista especial com Mozart de Albuquerque Neto
- 27/06/2011 – “Fora Micarla”. Movimento nasceu e cresceu nas redes sociais
- 29/10/2011 – “”As redes sociais e a internet deram ao mundo um novo fôlego em termos de cidadania”. Entrevista especial com Paulo Faustino
- 10/08/2011 – A democracia está sendo transformada pelas redes sociais. Entrevista especial com Ronaldo Lemos
- 06/07/2011 – 15M. A força que brota das redes sociais. Entrevista especial com Esther Vivas
- 16/10/2012 – A eleição das redes sociais
- 21/05/2013 – #RevoltadoBusão usa flores e corações em resposta à força policial

Temas dos Cadernos IHU em formação

- Nº 01 – *Populismo e Trabalhismo: Getúlio Vargas e Leonel Brizola*
- Nº 02 – *Emmanuel Kant: Razão, liberdade, lógica e ética*
- Nº 03 – *Max Weber: A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*
- Nº 04 – *Ditadura – 1964: A Memória do Regime Militar*
- Nº 05 – *A crise da sociedade do trabalho*
- Nº 06 – *Física: Evolução, auto-organização, sistemas e caos*
- Nº 07 – *Sociedade Sustentável*
- Nº 08 – *Teologia Pública*
- Nº 09 – *Política econômica. É possível mudá-la?*
- Nº 10 – *Software livre, blogs e TV digital: E o que tudo isso tem a ver com sua vida*
- Nº 11 – *Idade Média e Cinema*
- Nº 12 – *Martin Heidegger: A desconstrução da metafísica*
- Nº 13 – *Michel Foucault: Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*
- Nº 14 – *Jesuítas: Sua Identidade e sua Contribuição para o Mundo Moderno*
- Nº 15 – *O Pensamento de Friedrich Nietzsche*
- Nº 16 – *Quer Entender a Modernidade? Freud explica*
- Nº 17 – *Hannah Arendt & Simone Weil – Duas mulheres que marcaram a Filosofia e a Política do século XX*
- Nº 18 – *Movimento feminista: Desafios e impactos*
- Nº 19 – *Biotecnologia: Será o ser humano a medida do mundo e de si mesmo?*
- Nº 20 – *Indústria Calçadista: Quem fabricou esta crise?*
- Nº 21 – *Rumos da Igreja hoje na América Latina: Tudo sobre a V Conferência dos bispos em Aparecida*
- Nº 22 – *Economia Solidária: Uma proposta de organização econômica alternativa para o País*
- Nº 23 – *A ética alimentar: Como cuidar da saúde e do Planeta*
- Nº 24 – *Os desafios de viver a fé em uma sociedade pluralista e pós-cristã*
- Nº 25 – *Aborto: Interfaces históricas, sociológicas, jurídicas, éticas e as conseqüências físicas e psicológicas para a mulher*
- Nº 26 – *Nanotecnologias: Possibilidades e limites*
- Nº 27 – *A monocultura do eucalipto: Deserto disfarçado de verde?*
- Nº 28 – *A transposição do Rio São Francisco em debate*

- Nº 29 – *A sociedade pós-humana: A superação do humano ou a busca de um novo humano?*
- Nº 30 – *O trabalho no capitalismo contemporâneo*
- Nº 31 – *Mística: Força motora para a gratuidade, compaixão, cortesia e hospitalidade*
- Nº 32 – *Paulo de Tarso desafia a Igreja de hoje a um novo sentido de realidade*
- Nº 33 – *A família mudou. Uma reflexão sobre as novas formas de organização familiar*
- Nº 34 – *A crise mundial do capitalismo em discussão*
- Nº 35 – *Midiatização: Uma análise do processo de comunicação em rede*
- Nº 36 – *O Universal e o Particular*
- Nº 37 – *Mulheres em movimento na contemporaneidade*
- Nº 38 – *As múltiplas expressões do sagrado*
- Nº 39 – *Usinas hidrelétricas no Brasil: Matrizes de crises socioambientais*
- Nº 40 – *Campanha da Legalidade: 50 anos de uma insurreição civil*
- Nº 41 – *Memória e justiça: quando esquecer é imoral*
- Nº 42 – *Rio+20: “Que futuro queremos?”*
- Nº 43 – *A grande transformação no campo religioso brasileiro*
- Nº 44 – *Tecnociência e saúde*
- Nº 45 – *Agamben*